

Maria Helena P. T. Machado



**Preparado para a Inscrição no Concurso Público de Provas e Títulos
Para Provimento de um Cargo de Professor Titular
Departamento de História, FFLCH-USP
Área de História Social
Dezembro de 2010**

SUMÁRIO

<i>Formação Acadêmica.....</i>	<i>3</i>
<i>Atividades de Pesquisa, Publicação e Divulgação Científica</i>	<i>7</i>
<i>Etapas da Carreira Docente</i>	<i>50</i>
<i>Orientação de Alunos e Supervisão de Pós-Doutorado</i>	<i>62</i>
<i>Atividades Administrativas e de Serviço à Comunidade.....</i>	<i>91</i>
<i>Curriculo Lattes</i>	<i>101</i>

ANEXOS

<i>Anexo I: Crime e Escravidão (livro)</i>
<i>Anexo II: O Plano e o Pânico (livro)</i>
<i>Anexo III: O Plano e o Pânico, 2ª Edição Revista (livro)</i>
<i>Anexo IV: Diário Íntimo de Couto de Magalhães (livro)</i>
<i>Anexo V: Brazil Through the Eyes of William James (livro)</i>
<i>Anexo VI: (T)Races of Louis Agassiz (livro)</i>
<i>Anexo VII: Brasil no Olhar de William James (livro)</i>
<i>Anexo VIII: Artigos, Capítulos e Resenhas Publicados</i>
<i>Anexo IX: Working Paper “Slavery and Social Movements”</i>
<i>Anexo X: Cópias de Artigos no Prelo e outros Inéditos</i>
<i>Anexo XI: Programas de Cursos Proferidos</i>
<i>Anexo XII: Comprovantes de Atividades Mencionadas no Memorial</i>
<i>Anexo XIII: Brasil a Vapor (Tese de Livre-Docência)</i>
<i>Anexo XIV: Livros de Orientandos (com Prefácios da Candidata)</i>
<i>Anexo XV: Números da Revista de História sob a Coordenação Editorial da Candidata</i>
<i>Anexo XVI: Cartaz da Exposição “Rastros e Raças”</i>

O memorial que se segue é fruto de um trabalho, nem sempre fácil, de reflexão a respeito dos rumos de uma carreira universitária realizada com empenho e envolvimento e, como tal, parte fundamental do meu processo pessoal de constituição enquanto indivíduo e cidadã. Um dos maiores desafios na elaboração deste documento foi o de manter a necessária objetividade e um cuidadoso senso crítico, de forma a documentar o desenvolvimento de uma trajetória, a qual tanto evoluiu em torno de temáticas conectadas como mergulhou nos desafios de sua época. Embora balanços como estes sejam ocasião profícua para a reflexão, estas tarefas também nos estimulam a reavaliar cada passo dos trabalhos realizados, rever as tarefas ainda não concretizadas, bem como enfrentar os frutos dos caminhos trilhados.

Em sua primeira parte busquei apresentar um balanço sintético, porém compreensivo, de minha formação básica enquanto aluna de colégios católicos da São Paulo das décadas de 1960 e 1970, bem como a minha formação na graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado no Departamento de História da USP, ao longo dos anos de 1970, 1980 e 1990. Em seguida, no item “Atividades de Pesquisa, Publicação e Divulgação” procurei organizar de maneira temática e, quando possível, também cronológica, o desenvolvimento das minhas atividades enquanto pesquisadora das áreas da história social, com especial ênfase na história social da escravidão e pós-emancipação. Neste item procurei avaliar os temas de pesquisa, as publicações e os esforços para divulgação dos mesmos, a partir de uma perspectiva compreensiva, na qual figuraram também algumas discussões teóricas. Segue o item “Etapas da Carreira Docente”, na qual discuto os principais cursos ministrados ao longo da carreira, com especial ênfase naqueles oferecidos ao Departamento de História, no qual ingressei em 1995. No item “Orientação de Alunos” encontra-se uma discussão circunstanciada do meu trabalho como orientadora,

figurando aí uma descrição problematizada de todas as orientações de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado por mim supervisionadas. Estas duas seções do memorial demonstram que as atividades de docência e orientação de alunos foram, e ainda são, parte essencial de minha trajetória. Finalmente, o item “Atividades Administrativas e de Serviço à Comunidade” apresenta um balanço de atuações diversas, relativas tanto à minha inserção enquanto docente do Departamento de História, quanto como pesquisadora de temas de amplo impacto social como é o da escravidão e do pós-emancipação para a sociedade brasileira.

À guisa de conclusão informo que, embora este memorial tenha procurado apresentar um balanço de toda a carreira, o foco principal deste recaiu nas atividades realizadas nos últimos cinco anos pois foram estes, de fato, os mais produtivos da minha carreira. O amadurecimento paulatino da minha trajetória permitiu que neste último período, mais especificamente desde do retorno do meu estágio como Visiting Fellow na Universidade de Harvard (2003-2004), eu tenha realizado uma série de atividades conjuntas, de docência (transferência para a disciplina Brasil Independente e organização de novos cursos de graduação e pós-graduação, oferecimento de cursos no exterior), implementado a orientação de alunos (neste período formei 5 mestres e 6 doutores e, atualmente, oriento 2 mestrados e 8 doutorados), publicado livros, capítulos de livro e artigos (5 artigos, 4 livros, 9 capítulos de livro, 2 artigos aprovados no prelo, 2 artigos em apreciação, 1 capítulo de livro no prelo) e participado de inúmeros congressos e eventos nacionais e internacionais.

Formação Acadêmica

Toda minha formação básica se deu em colégios católicos de São Paulo, nos quais vigorava uma educação fortemente voltada para os estudos das ciências humanas. Embora eu tenha ingressado no ensino médio no momento em que os estudos do antigo clássico deixavam de existir para dar lugar ao curso colegial, matriculei-me numa escola católica tradicional, como era o Colégio Notre Dame e por tal recebi formação ainda muito voltada para as ciências humanas e línguas, com privilégio no estudo do francês, história e filosofia. Ainda me é forte a lembrança da leitura de Albert Soboul, *História da Revolução Francesa*, no decorrer do segundo colegial. Ao passar para o terceiro colegial, em 1973, ainda indecisa sobre qual carreira que eu gostaria de seguir, ingressei no curso preparatório do Colégio Equipe, quando ele ainda ocupava

o prédio do antigo Colégio Des Oiseaux, momento dos mais criativos desta escola, o que me deu a oportunidade para descortinar um novo mundo de possibilidades na área das ciências humanas.

Ingressei no Curso de História da USP em 1974, concluindo o Bacharelado em 1977 e a Licenciatura em 1979. Participando como discente de uma faculdade cujos cursos respondiam a orientações teóricas bastante variadas e a abordagens provenientes de afiliações historiográficas distintas, tive oportunidade de tomar um primeiro contato com a complexidade da disciplina histórica, e aprender que necessariamente se deve combinar a imparcialidade do pesquisador com o compromisso crítico e teórico do historiador. Foi neste universo acadêmico, ainda muito tumultuado pelas questões políticas do país, que alguns cursos, ao se discutirem questões fundamentais para a análise histórica, proporcionaram as bases por meio das quais pude iniciar minha trajetória pessoal. Neste quadro ressalto as discussões realizadas a respeito da transição do feudalismo para o capitalismo, enfocadas nas aulas de História Moderna, e as discussões a respeito do marxismo enfocadas nos cursos de Teoria da História nos quais se colocava em pauta os debates entre ideologia e ciência. Datam desta época minhas primeiras reflexões historiográficas, nas quais comecei a me conscientizar da necessidade de confrontar as abordagens estruturais com a necessária superação de modelos dogmáticos, o que revalorizava os estudos e a pesquisa no âmbito da história, como estratégia para recuperar a materialidade da experiência histórica que corria o risco de empobrecer-se em enfoques demasiadamente sistêmicos.

Devido à minha precoce profissionalização como professora do segundo grau do Colégio Santa Cruz, cargo que passei a ocupar desde 1977, e às minhas responsabilidades como mãe de um filho pequeno, meu retorno à universidade no curso de pós-graduação não ocorreu imediatamente após o término da graduação e apenas se efetivou após certa hesitação.

Em 1980, quando eu considerava a possibilidade de me inscrever na pós-graduação na área da ciência política, participei como aluna especial de um curso, intitulado “Regimes Políticos: Momentos de Transição”, cujo tema central encontrava-se na discussão da natureza mesma do autoritarismo e da democracia, ministrado pelo Prof. Bolívar Lamounier na Faculdade de Economia. As leituras deste curso, composta por uma bibliografia renovada dos especialistas então mais em voga, como Alfred Stepan e Guillermo O’Donnell, me proporcionaram a ampliação de meus horizontes, mas demonstraram que eu continuava me interessando basicamente pela história.

Em 1981 me matriculei no curso de pós-graduação, nível de mestrado, sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy. Meu interesse desde o início voltava-se para os temas da história social, vinculados a São Paulo, embora eu ainda não tivesse delimitado uma problemática específica. Por sugestão do meu orientador decidi visitar o então Cartório de Registros de Terras e Anexos de Taubaté, local no qual se encontrava depositados os registros criminais deste município. Esta documentação estava se deteriorando sob a guarda desleixada do cartório local, em local inadequado, sem nenhuma catalogação, limpeza ou conservação. No decorrer dos anos de 1982 a 1985 usufruí de uma bolsa de Mestrado concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP), o que me possibilitou a dedicação exclusiva ao trabalho de pesquisa e de elaboração da dissertação.

Embora desde o início de minha atuação na pós-graduação eu tenha me identificado como pesquisadora, as questões teóricas fizeram parte integral de minhas preocupações, inclusive espelhando toda uma tendência da minha geração de historiadores de passar a se dedicar à pesquisa da documentação cartorial como estratégia para atingir a materialidade da vida social e cotidiana das populações pesquisadas. Naquela altura, no início dos anos 80, as principais discussões remetiam-se às ideias de Michel Foucault, sobretudo às expressas em *Vigiar e Punir*, que colocavam em pauta a criação de aparatos de poder e seus discursos como estratégias onipotentes e onipresentes de dominação. Levadas a seu extremo, estas interpretações redundavam na impossibilidade lógica do historiador atingir a materialidade histórica que se ocultava nas entrelinhas dos discursos de poder pois acreditava-se que estes expressavam apenas uma lógica própria, produto da racionalidade interna. Minha participação como aluna no curso ministrado pela Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias, “Quotidiano e Poder na Historiografia Social Contemporânea”, no primeiro semestre de 1982, mostrou-se essencial para definição das linhas teóricas e do universo analítico ao qual passei a me reportar. As leituras de Edward Thompson, Eugene Genovese, Michelle Perrot, todos historiadores que com suas variadas abordagens e inclinações teóricas, interessavam-se para a recuperação da materialidade histórica, proporcionaram o escopo ao qual me vali para a definição do universo analítico da pesquisa. Em termos da historiografia brasileira, ao trabalhar com a problemática da sociedade escravista cafeeira e com a questão da criminalidade escrava muito me vali de leituras de trabalhos fundamentais a esta área como os de Stanley Stein, Emília Viotti da Costa, Paula Beiguelman, Maria Sílvia de Carvalho Franco e Suely Robles Reis de Queiroz, entre outros.

Outro momento importante foi o seminário internacional intitulado “Violência, Crime e Poder”, realizado na Universidade Estadual de Campinas, o qual assisti em 1982. Inspirado em parte nos estudos ingleses que foram reunidos na coletânea *Albion’s Fatal Tree*, o seminário forneceu novas diretrizes para pensar a criminalidade escrava no Brasil, a partir da apreensão de uma “economia moral” da escravidão e do quadro de mudanças institucionais afetando as relações costumeiras.

Apresentei em 1985 a dissertação de mestrado intitulada “Crime e Escravidão. Uma História Social do Trabalho e da Criminalidade Escrava nas Lavouras Paulistas, 1830-1888”, trabalho este de cunho monográfico mas que apresentava uma abordagem nova da questão da criminalidade escrava, enfocada a partir de um estudo serial que permitia a recuperação de aspectos importantes das tensões existentes na sociedade escravista cafeeira, inscrevendo-as num quadro cronológico vinculado às transformações do escravismo no período. Participaram da banca examinadora da dissertação os professores Carlos Guilherme Mota e Robert Slenes. A monografia de mestrado refletia claramente o contexto político e historiográfico do momento, uma vez que este buscava caracterizar os movimentos sociais dos pobres e oprimidos enquanto movimentos políticos. Especialmente intentava-se focar os comportamentos escravos como ações políticas consequentes. Tendo surgido como um trabalhador inovador em sua época, devido à abordagem de fontes manuscritas enquanto veículos para recuperação das vozes de escravos, “Crime e Escravidão” dialogava com os desafios ensejados pela renovação política do país.

Entre 1985 e 1986, no decorrer do ano letivo norte-americano, residi em Chapel Hill, Carolina do Norte, EUA. Embora neste período eu não tenha estabelecido vínculo com a Universidade de Carolina do Norte, conforme eu planejava, devido a uma nova gravidez, utilizei este ano em pesquisas e leituras na riquíssima biblioteca desta universidade, especializada nos temas da história do sul dos EUA e da escravidão, tanto local quanto caribenha. Embora eu tivesse planejado realizar meu doutorado nesta universidade, em 1986 retornei ao Brasil e, no ano seguinte, iniciei o doutorado na USP, agora sob a orientação da Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias, convencida de que o melhor ambiente acadêmico para concretizar os meus interesses de pesquisa continuava a ser o Programa de Pós-Graduação em História Social ao qual eu já devia minha formação.

Entre os anos de 1988 e 1991, usufruí de uma bolsa de doutorado concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), o que possibilitou mais uma vez uma dedicação exclusiva a esta nova empreitada. No segundo semestre de 1987 fiz o curso do Prof. Boris Kossoy, “Iconografia Fotográfica e História Social: Fontes e Métodos”, no qual desenvolvi pesquisa sobre iconografia escrava, fazendo levantamento da produção do fotógrafo Augusto Militão, cuja obra se mantinha na época ainda sob o poder da família e sem catalogação, e do fotógrafo campineiro Austero Penteado que, na virada do século XIX e nas primeiras décadas do XX, havia registrado a sociedade local, inclusive a vida de libertos e suas famílias que residiam nas imediações das fazendas. No ano de 1989, cursei a disciplina do Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz, oferecido no curso de pós-graduação em Antropologia da FFLCH, que versou sobre os movimentos messiânicos-milenaristas brasileiros e cuja bibliografia e discussão me auxiliaram a inscrever as revoltas de escravos, de fundo religioso e carismático, no contexto mais amplo dos movimentos sociais do campo.

A análise de uma revolta “messiânica”, apresentada como trabalho final para esse curso, acabou se desdobrando em um dos capítulos da tese de doutorado que apresentei em 1991, com o título “Escravos e Cometas. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição”. Reunindo uma ampla pesquisa realizada em arquivos, cartórios e fóruns em várias cidades, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Cachoeira Paulista e Resende, a tese analisou vários movimentos e projetos que mostraram a face complexa e heterogênea do abolicionismo, envolvendo setores muito mais amplas do que a vanguarda consagrada pela historiografia convencional. A tese, com algumas modificações, foi publicada em 1994, o que será detalhado adiante neste memorial.

Nos anos de 1993 e 1994, apoiada por uma bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), participei de um estágio de pós-doutorado no Departamento de História da USP, desenvolvendo o projeto intitulado “Diário de Notas Astronômicas: Couto de Magalhães, o Selvagem e os Sertões”. Como este estágio envolveu basicamente atividades de pesquisa e de docência, será o objeto de uma discussão mais detalhada nas seções pertinentes.

Atividades de Pesquisa, Publicação e Divulgação Científica

Embora familiarizada com questões e técnicas de pesquisa, adquiridas tanto a partir da minha formação no curso de graduação quanto através de um curto estágio no Arquivo

Municipal “Washington Luís”, a minha primeira experiência intensiva com a pesquisa histórica se desenrolou no mestrado, graças à bolsa da Fapesp. A primeira etapa do trabalho resultou na delimitação de uma série documental extremamente significativa para o estudo das tensões que permeavam a sociedade cafeeira da Província de São Paulo no século XIX, qual seja os processos criminais existentes no Cartório de Registros de Terras e Anexos de Taubaté. As primeiras pesquisas realizadas neste cartório, carente de qualquer infra-estrutura de pesquisa, demonstraram tanto as dificuldades da vida de pesquisadora dos documentos cartorial, como já apontaram para a riqueza do registro criminal como fonte histórica. Da leitura do conjunto dos processos criminais existentes, que perfaziam o período do início do século XIX à 1930, recortei os autos criminais que envolviam escravos, e entre estes aprofundi a pesquisa sobre aqueles que se relacionavam às peculiaridades do trabalho escravo em si.

Com vistas a ampliar este conjunto específico, recorri aos processos criminais existentes no Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (DAESP), realizando o levantamento minucioso de todos os processos criminais atinentes à mão-de-obra escrava em Campinas, do início do século XIX à Abolição. A partir destas duas séries documentais, aprofundi minhas pesquisas em direção tanto à documentação criminal de outras áreas cafeeiras ou não, da Província de São Paulo, como São Luiz do Paraitinga, São José dos Campos e Jundiaí, entre outros municípios, com o objetivo de ampliar meus dados para regiões ligadas ao mundo da cafeicultura. Uma outra estratégia foi a de expandir a pesquisa para outros conjuntos documentais, que viessem a complementar a documentação básica. Com este objetivo pesquisei em museus, arquivos e cartórios do Vale do Paraíba, tais como o Museu de Taubaté, a Cúria Diocesana de Jundiaí, o Centro de Ciências e Letras de Campinas e o próprio Arquivo do Estado.

Em 1983, a convite do Prof. Dr. Robert Slenes apresentei pela primeira vez as minhas pesquisas com o seminário “A Criminalidade Escrava”, realizado no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense de Niterói e do qual participaram além do Prof. Slenes, jovens pesquisadores de temas da história social e da escravidão. Apesar da minha inexperiência, encontrei boa receptividade com relação à condução à pesquisa, o que me encorajou a nela persistir.

Crime e Escravidão foi um trabalho que embora, tenha sido gestado nos anos anteriores ao Centenário da Abolição da Escravidão, já se identificava com o processo de renovação da historiografia da escravidão então em curso e o qual viria a se intensificar exatamente nos

congressos e publicações em torno deste evento. Tendo como objetivo fundamental recuperar a atuação histórica dos grupos de escravos na defesa de margens de autonomia no interior do sistema de trabalho escravo, *Crime e Escravidão* considerava o escravo enquanto um agente histórico, possuidor de racionalidade própria e capaz de articular, planejar e executar uma série de atos de resistência, que visavam transformações de suas condições – de vida, de trabalho, de sociabilidade – em uma perspectiva não-imediata. A discussão fundamental girava em torno da reconstituição de uma história social da escravidão, voltada para desvendar a escravidão enquanto um sistema que para sobreviver se via obrigado a negociar informalmente com os escravos e estabelecer regras transitórias e informais na administração da vida e do trabalho escravo, as quais eu conceituava como as regras do sistema paternalista. Discutia-se também como os escravos apreendiam aquilo que o senhor considerava como benesses ou privilégios, enquanto direitos, que seriam daí para frente defendidos a todo o custo pela comunidade escrava, mesmo da própria morte. As leituras fundamentais para o delineamento teórico do trabalho repousavam em Eugene Genovese, principalmente em *Roll Jordan, Roll: The World the Slaves Made*, cuja leitura foi fundamental para que eu pudesse considerar a existência de uma cultura escrava. Esta, certamente, como ensinava Genovese, encontrava-se atrelada ao mundo senhorial, mantendo-se, assim, literalmente invisível nos aspectos que fugiam aos dilemas e conflitos do paternalismo. No entanto, em meados dos anos de 1980, esta visão surgia como uma grande revolução nos estudos da história da escravidão em nosso país, até ali restrita às interpretações sistêmicas, à visão amenizada das relações escravistas proposta por Gilberto Freyre ou ao heroísmo de figuras excepcionais de escravos, cuja maior qualidade teria sido a recusa de se submeter a escravidão. Uma outra influência seminal em *Crime e Escravidão*, esta tão íntima que passou por mim despercebida por muitos anos, foi a de Stanley Stein em *Vassouras: A Brazilian Coffee County, 1850-1900*. Outras influências marcantes se fizeram presentes, como a de E. P. Thompson, sobretudo em *The Making of the English Working Class* e em *Whigs and Hunters*. Além disso, Michel Foucault, em *Vigiar e Punir* – já traduzido para o português na década de 1980 –, a literatura anti-colonialista de Frantz Fanon, sobretudo em *Os Condenados da Terra*, e a obra do antropólogo Sidney Mintz, principalmente em *Caribbean Transformations*, me proporcionaram as bases para conceber um trabalho cujos objetivos, para a época, foram essencialmente inovadores. Defendida em 1985, a dissertação de mestrado foi publicada pela

editora Brasiliense, em 1987, com o título de *Crime e Escravidão. Trabalho, Luta e Resistência Escrava nas Lavouras Paulistas, 1830-1888* (**Ver Anexo I**).

Após a conclusão do mestrado em 1985, tive a oportunidade de passar um ano nos Estados Unidos, período de ampliação do meu horizonte analítico para estudo das formações escravistas das áreas caribenhas e do sul dos Estados Unidos. De volta ao Brasil e iniciando o doutorado, comecei a divulgar de maneira mais ampla os resultados da pesquisa sobre a criminalidade escrava, sobretudo através da publicação do livro *Crime e Escravidão*. Este trabalho alcançou razoável divulgação, sobretudo no contexto das discussões do Centenário da Abolição da escravidão no Brasil, recebendo resenhas elogiosas na imprensa e nas revistas especializadas e passando a ser utilizado em cursos de graduação e de pós-graduação em diferentes faculdades de História e Ciências Sociais. Além disso, ao propor um modelo de pesquisa e interpretação das fontes criminais, o livro *Crime e Escravidão* tem sido utilizado como guia para a pesquisa de documentos criminais e a elaboração de trabalhos de pós-graduação por pesquisadores de diferentes universidades.

O Centenário proporcionou o ensejo para outras publicações, tornando a originalidade da pesquisa bastante visível nos meios acadêmicos no país e no exterior. Para minha geração de historiadores dos temas da escravidão e da abolição, o Centenário surgiu como um marco fundamental. Por um lado, os eventos que ocorreram em torno das comemorações congregaram historiadores e outros estudiosos dos temas relativos à história e aos modos de ser da cultura afrobrasileira, permitindo que jovens historiadores como eu dialogassem com grandes especialistas, estimulando a emergência de uma comunidade de pesquisadores, cujos trabalhos passaram a circular com relativa eficiência e rapidez. Mais ainda, o Centenário deu início a um processo de publicação de obras há muito esgotadas ou nunca publicadas, além de abrir uma oportunidade para os novos historiadores, que tiveram chance de divulgar seus trabalhos.

No início de 1988, publiquei o pequeno artigo “O Protesto do Escravo e a Abolição”, no jornal *D. O. Leitura*, 6 (68), janeiro de 1988, no qual expus a importância dos movimentos articulados por escravos, sobretudo através da criminalidade, para a articulação de uma conjuntura política favorável à extinção da instituição. Logo após o 13 de maio, publiquei o artigo “Em Torno do Crime na Escravidão”, no jornal *Estado de São Paulo*, 4 de junho de 1988, resumindo os principais argumentos e achados do meu livro. No meio mais estritamente acadêmico, publiquei um artigo intitulado “Trabalho, Compensação e Crime: Estratégias e

Contra-Estratégias” na revista *Estudos Econômicos*, São Paulo, 18, nº especial, 1988, pp. 81-102, um número duplo dedicado ao protesto e à rebelião dos escravos. Este artigo, uma versão ligeiramente modificada de um capítulo do livro, buscou mostrar como a criminalidade estava intrinsicamente ligada ao sistema de exploração do trabalho. Um segundo artigo, já apontando numa outra direção, foi publicado nesse mesmo ano com o título “Em Torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção para a História Social da Escravidão”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 8, nº 16 (1988), pp. 143-160, também um número dedicado ao tema da escravidão e cujos artigos tornaram-se referências das novas produções na área. Este trabalho resultou sobretudo das leituras e reflexões empreendidas durante a minha permanência nos Estados Unidos em 1985-86, integrando uma discussão da bibliografia referente ao Caribe e à América do Norte de colonização inglesa. Este artigo ao ter se desafiado a propor uma visão global das tendências dos estudos da escravidão entre nós, é ainda hoje amplamente citado. Ligado a este mesmo contexto, publiquei um depoimento sobre o significado da Abolição e de seu Centenário, junto com outros estudiosos, no número inaugural da revista *Resgate*, lançada em 1990. Neste texto, comentei o avanço significativo nos estudos sobre a escravidão, puxados evidentemente pela efeméride. Também escrevi uma resenha do livro de Eric Foner, *Nada Além da Liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, que saiu no número 120 da *Revista de História* **(ver estes textos no Anexo VIII)**.

A ocasião do Centenário da Abolição também foi um período agitado em termos da minha participação em reuniões científicas de vários tipos, onde a originalidade da minha pesquisa foi sempre objeto de interesse e de discussão. Dois eventos, contudo, se destacaram: o Congresso Internacional sobre a Escravidão, realizado de forma mais concentrada na USP, e o simpósio “Histórias da Liberdade: Cidadãos e Escravos no Mundo Moderno”, organizado na Unicamp. No congresso da USP, apresentei duas comunicações: “Visões da Liberdade”, sobre as revoltas de escravos no final da escravidão, e “Em Torno da Autonomia Escrava”, que acabou sendo publicado na *Revista Brasileira de História*. A segunda comunicação foi bastante discutida, inclusive porque foi apresentada numa mesa com Stuart Schwartz. Ainda ligado a este congresso, participei da fase itinerante, com uma apresentação na mesa redonda “Crime e Castigo: Padrões de Criminalidade, Resistência e Arranjos de Sobrevivência Escrava no Brasil”, realizada na Universidade Estadual de Maringá. No simpósio da Unicamp, apresentei o trabalho “Com Dois te Vejo, Com Cinco te Prendo: As Revoltas de Escravos em Campinas, 1882-1883”,

uma primeira abordagem da revolta messiânica liderada por Felipe Santiago, que seria mais amplamente elaborada na tese de doutorado. Esta também foi uma experiência marcante, pois participei de uma mesa que contava, além de mim, com Kátia Mattoso e Emília Viotti da Costa. Na esteira do Centenário, também participei de outros eventos científicos que discutiram a Abolição, com destaque para a conferência proferida na X Semana de História da Unesp-Assis, em 1989, com o título “Os Escravos que Aboliram a Escravidão? As Revoltas de Escravos dos Anos 80”, revelando algumas das perspectivas desdobradas na pesquisa de doutorado, ainda em andamento (**ver comprovantes destas atividades no Anexo XII**).

Para além do circuito estritamente acadêmico, apresentei aspectos das minhas pesquisas em fóruns de debates mais politizados, também em 1988. Proferi a palestra “As Formas de Resistência do Escravo” no seminário “Negritude e Racismo: Revendo o Passado, Buscando o Futuro”, realizado na PUC de São Paulo, com uma ampla participação de membros dos movimentos negros. Esta presença também se manifestou de forma importante na palestra “Trabalho e Resistência Escrava no Século XIX”, realizada no seminário “O Negro em São Paulo: Trabalho e Cultura”, promovido pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo nesse mesmo ano do Centenário.

Embora meu interesse pela história social da escravidão tenha permanecido como linha condutora na fase do doutorado, meu universo analítico se ampliou significativamente. Nesta etapa, ao lado da preocupação em recuperar o escravo enquanto ator histórico como estratégia de reconstituição da sociedade escravista como um todo, eu passava a buscar as possibilidades de articular estas análises voltadas para o escravo aos processos políticos mais amplos. Com este objetivo delimitei a última década de vigência da escravidão como período a ser estudado e voltei-me para a consideração dos movimentos sociais que ocorreram na década anterior à Abolição, procurando inserir os movimentos de escravos, forros, homens livres pobres das cidades e os de iniciativa dos integrantes dos movimentos abolicionistas, organizados num amplo contínuo que espelhasse os diferentes elos, tensões e mediações que estabeleceram um movimento popular muito amplo, como foi o abolicionista. Para tal pesquisei sistematicamente a documentação policial relativa à Província de São Paulo entre os anos de 1880-88, e depois complementei este quadro com pesquisas em diferentes arquivos e cartórios do interior de São Paulo, nos quais haviam indícios da ocorrência de revoltas de escravos, que tanto podiam ser de iniciativa local dos próprios cativos ou com influência abolicionista. Além disso complementei o

quadro com a consideração de uma variedade de fontes auxiliares que me ajudaram a construir um quadro original dos movimentos sociais populares da década da Abolição, no qual o movimento abolicionista ressurgiu articulado aos nascentes movimentos operários, e como expressão do primeiro movimento de massas pela cidadania da história do Brasil. A pesquisa e a reflexão bibliográfica que desenvolvi no decorrer da elaboração deste trabalho me levaram a aprofundar minha análise do problema da agência dos escravos, uma vez que nesta pesquisa eu não apenas me interessava em delimitar o papel dos escravos como agente histórico no mundo privado das relações escravistas, como eu buscava igualmente inserir os movimentos de escravos no âmbito dos complexos movimentos sociais que povoaram a década da abolição. Desta forma, buscava naquela ocasião, delimitar os instrumentos teóricos que me possibilitassem superar a cisão analítica então vigente na historiografia que antepunha os movimentos políticos das camadas médias urbanas, descontentes com a manutenção da escravidão, aos movimentos de escravos, libertandos e libertos, considerados como pré-políticos ou, pelo menos, circunscritos ao mundo da fazenda escravista.

Como estratégia de elaboração da versão final da tese de doutorado, “Escravos e Cometas”, defendida em 1991, publiquei algumas partes em forma de artigo e divulguei o argumento e a pesquisa através de outros veículos. Escrevi uma síntese da tese para a revista *Resgate*, saindo no número 5, 1993 e fiz um resumo dos principais pontos do trabalho numa entrevista ao *Jornal da USP*, publicada como “Uma Outra História para o Fim da Escravidão”, no dia 11/12/1994, logo depois da publicação da tese como livro. Uma parte do primeiro capítulo foi publicado como “Vivendo na Mais Perfeita Desordem: Os Libertos e o Modo de Vida Camponês na Província de São Paulo do Século XIX”, na revista *Estudos Afro-Asiáticos*, 25, 1995, pp. 25-42. Este artigo foi elaborado a partir de um fascinante processo de inventário do Vale do Paraíba, contendo detalhes reveladores sobre as perspectivas escravas e libertas sobre a apropriação do fundo agrário na fase de transição e desarticulação do sistema escravista. Também publiquei o artigo “A Revolta de Escravos como Estratégia de Libertação: Brasil nas Vésperas da Abolição”, na *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, 16/17, 1992-94, pp. 31-48. Este texto representou uma versão amadurecida do caso apresentado pela primeira vez no simpósio da Abolição da Unicamp e foi enviado para essa revista a pedido da Profa. Dra. Jill Dias, que conheci durante uma breve passagem por Lisboa em 1992 (**ver estes textos no Anexo VIII**).

A versão final do trabalho da tese apareceu, em 1994, como o livro *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*, co-editado pela Editora da UFRJ e da EDUSP (**Anexo II**). Ressalto que a aceitação deste no meio acadêmico foi bastante positiva, recebendo críticas e resenhas favoráveis dos especialistas da área. Interessante sublinhar que a abordagem do *Plano e o Pânico* estabelece nexos entre temas geralmente concebidos de maneira desconexa pela historiografia - como o da revolta de escravos, em suas características orgânicas, e os nascentes movimentos operários -, tornando-se pertinente para a discussão da questão da emergência dos movimentos sociais de massa no Brasil dos finais do XIX e inícios do XX, sendo incorporado como bibliografia em diferentes cursos de graduação e pós-graduação. Esgotado desde 2000, o livro foi finalmente relançado em uma segunda edição revista, em outubro de 2010, com prefácio de Flávio Gomes (**Anexo III**).

A visibilidade que a publicação do livro proporcionou resultou na minha participação em vários eventos científicos nesse período. Em 1994, apresentei o trabalho “Escravidão e Abolição no Brasil”, no VI Encuentro Internacional de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe, realizado numa antiga *hacienda* próximo à cidade de Querétaro, México. Esta ocasião foi interessante para a troca de informações e perspectivas, pois participei de uma mesa que incluiu especialistas na história da escravidão em outras partes da América, especialmente Cuba. Uma outra versão deste texto foi apresentado como “A Abolição da Escravidão: Velhos Problemas, Novas Perspectivas” no XII Encontro de História da ANPUH-SP, realizado na Unicamp em setembro desse mesmo ano. “O Plano e o Pânico” foi o objeto da minha conferência apresentada na Unesp de Assis, e também foi a referência básica para a palestra “Os Movimentos Sociais no Processo da Abolição da Escravatura no Brasil”, proferida no debate realizado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ambos em 1994. No ano seguinte, participei do seminário “Escravidão e Resistência Escrava no Brasil”, promovido pelo Arquivo Público do Estado da Bahia, proferindo a conferência “A Construção dos Mitos e o Fazer da História: O Movimento Abolicionista e sua Abolição da História”. Nesse mesmo ano, fui debatedora na mesa redonda “Culturas Quilombolas: construções simbólicas e experiências históricas”, realizada no XVIII Simpósio Nacional de História, realizado no Recife em julho. Na minha intervenção, tracei um diálogo entre as experiências coloniais e o quilombo de Jabaquara, já no final do período escravista. Nesse mesmo Simpósio, fui comentarista de um texto do Prof. Dr. István Jancsó, na

mesa redonda “Identidades Políticas no Período Pré-Independência” (**ver comprovantes destas atividades no Anexo XII**).

Neste período de conclusão e publicação do livro *O Plano e o Pânico*, as minhas pesquisas já se direcionavam para o estudo do tema da formação intelectual das elites no II Reinado e mais particularmente para a análise das nexos estabelecidos entre a trajetória pública de personagens do período em sua interface com a constituição de um senso de vida privada e individualidade que então se constituía, vinculado à emergência da modernidade e de suas tensões numa sociedade escravista e patrimonialista. Esse interesse desdobrou-se num projeto de pós-doutorado, realizado durante um estágio no Departamento de História da USP, nos anos de 1993-94. Com o título de “Diário de Notas Astronômicas: Couto de Magalhães, o Selvagem e os Sertões”, o projeto contou mais uma vez com o apoio da FAPESP. Este projeto teve início com a descoberta fortuita, no decorrer da pesquisa sobre a Abolição, de quatro cadernos manuscritos contendo os diários íntimos de uma figura do Império. Foi possível confirmar que se tratava dos diários inéditos do General Couto de Magalhães, com um conteúdo surpreendentemente diferente daquilo que foi editado por Brasil Bandecchi nos anos 70, este último referente ao período que cobria a passagem do Império à República na Província de São Paulo. De teor muito mais íntimo, os cadernos que descobri permitem uma análise fina e detalhada da vida privada desta figura pública do Império. As explorações preliminares desse tema resultaram nas comunicações “Incorporação de uma Paisagem Interior: O General Couto de Magalhães, os Sertões e os Desertos” e “Para uma História da Sensibilidade: Couto de Magalhães e a Trajetória Privada de um Personagem Público do Império”, a primeira apresentada no Congresso Internacional “América 92”, realizado na USP em 1992, e a segunda na 17ª Reunião Anual da ANPOCS, realizada em Caxambu em 1993 (**ver comprovantes em Anexo XII**). Uma versão reelaborada deste texto apareceu na *Revista da USP, Dossiê Império*, vol. 58, 2003 (**Anexo VIII**).

O período posterior ao meu ingresso no Departamento de História da USP, em 1996, foi bastante profícuo em resultados, no que se refere às atividades de pesquisa. A principal tarefa envolveu a conclusão de parte do projeto de pesquisa iniciado durante o estágio de pós-doutorado. Um desdobramento do projeto foi a preparação para publicação dos diários. Contemplados para a série “Retratos do Brasil”, editada pela Companhia das Letras, o livro saiu em junho 1998, com o título *Diários Íntimos*, tendo exigido um trabalho minucioso de

transcrição, estabelecimento do texto e anotação (**Anexo IV**). Para contextualizar as diversas referências a lugares, a autores em voga e a eventos ocorridos na década de 1880, foi necessária toda uma pesquisa complementar, capaz de desvendar a visão de mundo do General Couto de Magalhães. Uma outra dificuldade bastante grande foi a presença de anotações em nhengatú – a língua geral da Amazônia. A tarefa, aliás, se mostrou duplamente difícil pois, além de necessitar de um perito na língua com fluência suficiente para traduzir os trechos, este tinha que ser uma pessoa de razoável confiabilidade pela natureza delicada do conteúdo. A exemplo dos escritores de diários estudados por Peter Gay, que anotavam seus registros mais íntimos em línguas estrangeiras ou eruditas, o General Couto de Magalhães lançava mão do nhengatú para cifrar seus relatos de encontros amorosos, reais e imaginados. Outros aspectos dos cadernos também me obrigaram a realizar pesquisas complementares como, por exemplo, o fato de um dos cadernos ser um registro de sonhos ou, ainda, no caso de outro caderno que se constitui em “Extratos de Medicina”, com referências bastante obscuras a autores e a sintomas.

O caderno de sonhos do diário de Couto de Magalhães me desafiou a pensar as possibilidades de uma abordagem histórica dos sonhos, ou seja, na época, passei a me questionar sobre as possibilidades do sonho ser utilizado enquanto fonte histórica. Minhas pesquisas sobre o tema me levaram, em primeiro lugar, ao estudo de textos que se utilizaram desta fonte para tecer uma história das sensibilidades, da imaginação ou dos símbolos de pertencimento. Um texto que muito me inspirou na época foi o capítulo III do livro de Alberto Flores Galindo, *Buscando un Inca: Identidad y Utopia en los Andes* (Havana, Casa das Américas, 1986), intitulado “Os Sonhos de Gabriel Aguilar”, no qual Galindo utilizava-se do relato do sonho da personagem para recuperar os símbolos e ideias que informaram a organização da revolta independentista de mestiços de Cuzco de 1805. Meu interesse concentrava-se na reflexão das possibilidades de se analisar, enquanto evento histórico, a emergência na consciência do homem ocidental, da existência do inconsciente e de seus sintomas, podendo-se assim, determinar historicamente no material onírico documentado, um momento fundamental na constituição do homem contemporâneo, que é o da percepção e constituição de uma estrutura mental capaz de permitir que se pense naquilo que estaria para além de nossas possibilidades de controle. Estas preocupações me levaram a estudar a literatura sobre a histeria, o nervosismo, a hipnose, o mesmerismo e outras manifestações da segunda metade do século XIX, com especial atenção à emergência do conceito de nervosismo e histeria. Os estudos sobre Charcot foram, neste sentido,

importantes. Em seguida, minha curiosidade me levou a estudar as obras de S. Freud e, posteriormente, as de C. Jung. Foi este um longo caminho que me conduziu, durante a década de 1990, a chegar a considerar a possibilidade de seguir a formação psicanalítica e passar a atuar na área. Em 1995, fui aceita como participante ativa do Grupo de Vivência de Sonhos, conduzido pela psicanalista jungiana e professora da PUC-SP, Marion Rauscher Gallbach, da qual participavam apenas analistas formados. Apresentei igualmente trabalhos sobre o tema do ponto de vista da história em congressos e encontros, como a comunicação “Os Sonhos como Fonte da História”, no Mini-Simpósio História e Sonho, PUC-SP, em 1996, entre outros.

Embora eu não tenha persistido no projeto da formação psicanalítica, nem mesmo realizado os estudos dos sonhos, estas leituras foram fundamentais para minha formação e para a posterior realização de outros estudos, como o da passagem de William James no Brasil, descrito a frente. Tais leituras da psicologia clássica me levaram em seguida a J. Lacan – o qual estudei superficialmente via os textos de analistas winnicottianos – e depois para os autores pós-modernos, como G. Deleuze e F. Guatari. Estas leituras me conduziram finalmente aos estudos de G. Spivak e, sobretudo para Homi Bhabha, cuja leitura embasou uma nova visão da formação das relações entre dominadores e dominados na esfera colonial e pós-colonial. Juntamente com os estudos que realizei de Mary Louise Pratt, pude desenvolver uma visão menos simplificada das relações em zonas de fronteira ou em áreas de contato, como produto de uma dinâmica dialógica complexa. A análise dos processos de formação dos discursos descentrados foi fundamental na instrumentalização da minha abordagem de historiadora dos temas da história social da escravidão e do pós-emancipação.

Sublinho que minha leitura de H. Bhabha foi significativamente burilada devido meu contato com colegas do Departamento de Letras Modernas da nossa universidade, área de Inglês, sobretudo na pessoa de Lynn Mário Trindade Menezes de Souza, o qual não apenas discutiu comigo a obra de Bhabha, como participou de aulas do meu curso de pós-graduação, ajudando a decifrar de maneira muito positiva, os ensinamentos deste autor. Quero sublinhar também a influência das orientações de Maria Odila Leite da Silva Dias, a qual manteve sempre um interesse marcante na teoria. Nossas conversas e a leitura de seus artigos teóricos, como a “Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea” (*Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC de São Paulo*, no. 17, novembro/1998) foram sempre muito importantes. Ressalto que, em todos

estes anos, meu interesse heterodoxo pelas teorias das ciências sociais, história e psicanálise foram compartilhados com John Monteiro, o qual tem sido meu interlocutor constante já a muitos anos. Seu interesse amplo, sua memória prodigiosa e sua abertura para o diálogo intelectual muito me enriqueceu.

Acrescento que o trabalho sobre os diários de Couto de Magalhães alcançou certa visibilidade, tendo sido resenhado nos principais veículos de imprensa. A elaboração deste estudo me levou a descortinar, igualmente, duas áreas de pesquisa até então ausentes. A primeira foi o estudo da história da medicina no século XIX, área na qual comecei a estudar para poder melhor interpretar as anotações do diário e a qual, anos depois, me prepararam para vôos mais amplos. Outro tema que começou a surgir em meu horizonte a partir deste trabalho foi a questão da raça enquanto conceito científico que começava a ser esgrimido pelas elites burocráticas do Segundo Reinado. Iniciei nesta ocasião a ler sistematicamente os textos dos intelectuais do Império com fins em delimitar os temas da abolição, da raça e do lugar social do egresso da senzala em um horizonte pós-emancipação. Meu objetivo era o de aprofundar minhas reflexões a respeito das fronteiras entre o mundo da escravidão e do pós-emancipação, a partir de diferentes visões. Uma das constatações da época era a de que, embora os intelectuais e burocratas do império se utilizassem fartamente de referências a pensadores e viajantes estrangeiros adeptos do racismo, em seus textos os intelectuais do império invertiam, ou pelo menos amenizavam, as visões negativas dos estrangeiros a respeito das possibilidades da formação da nação a partir da massa de africanos e afrodescendentes existentes no Brasil e, sobretudo, os intelectuais do império, de forma alguma, aderiam a teoria da degeneração pela miscigenação. Tais reflexões embora tivessem sido pouco exploradas na época, vieram a me preparar para a ampliação do meu quadro de reflexão a respeito do processo de emancipação, com o aprofundamento de meus estudos sobre os usos dos conceitos de raça e degeneração na segunda metade do XIX.

Esta pesquisa também se desdobrou em diversos trabalhos analíticos, um publicado como artigo e os demais divulgados em encontros científicos no decorrer dos últimos três anos. O trabalho “Um País em Busca de Moldura: o pensamento do General Couto de Magalhães, o selvagem e os sertões”, foi publicado na coletânea organizada por John Monteiro e Francisca Nogueira Azevedo (**ver Anexo VIII**). Neste trabalho, traço um panorama geral da vida e obra do Couto de Magalhães, estabelecendo um diálogo entre a sua obra publicada (*Viagem ao Araguaia* e *O Selvagem*) e os diários inéditos. Neste mesmo período continuei meus estudos e pesquisas

sobre o tema da biografia do citado General, bem como leituras sobre temas diversos, referentes à vida das elites no Segundo Reinado e a penetração no Brasil dos temas da constituição da individualidade e da subjetividade concretizadas num estilo de vida burguês e privado. No segundo semestre de 1998 voltei à pesquisa do tema, junto ao acervo do IEB, a respeito da geração de intelectuais, burocratas e funcionários do Segundo Reinado, que participaram tanto da Guerra do Paraguai, quanto das comissões de demarcação de limites no interior do Brasil, assuntos estes que complementaram a pesquisa.

A elaboração dos temas deste estudo tem redundado em textos que apresentei neste período. O primeiro, “Um Mitógrafo no Império: a construção dos mitos na história nacionalista do Império”, foi apresentado no Congresso da LASA (Latin American Studies Association), em Guadalajara, México, abril de 1997, a minha participação sendo financiada pela Fapesp (**ver comprovantes Anexo XII**). Uma versão revisada deste texto foi publicada na revista *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 14, no. 25, 2000. Em outubro de 1997, durante o meu estágio de Visiting Scholar nos EUA, apresentei a conferência “The Private Life of a Public Statesman during the Brazilian Empire” para um público de professores e alunos vinculados ao Center for Latin American Studies da Michigan State University, em Lansing (**uma cópia deste texto encontra-se no Anexo X**).

Também divulguei, neste período, trabalhos ligados a pesquisas anteriores sobre a escravidão e a abolição no Brasil. Em primeiro lugar, estes temas, juntamente com o do desenvolvimento de um pensamento social no Brasil, acoplados às questões da raça e cidadania, continuaram ocupando minhas preocupações acadêmicas. Ao mesmo tempo, a oportunidade que tive de permanecer por um semestre, na qualidade de Visiting Lecturer, na Universidade de Michigan ampliou efetivamente meus horizontes com relação a estes temas. A preparação de um curso, a releitura e pesquisa de artigos e livros sobre estes temas em língua inglesa e, sobretudo, o diálogo com colegas e estudantes norte-americanos enriqueceram sobremaneira minha vivência acadêmica. Cito igualmente que tendo estagiado no Center for African-American and African Studies, da mesma universidade, na qualidade de pesquisadora-associada, tive oportunidade de participar de um riquíssimo programa de seminários realizados por outros colegas visitantes, provenientes de países africanos, e pesquisadores norte-americanos dos temas da diáspora africana, raça e da escravidão. Nesta instituição apresentei o seminário “Slavery and Social

Movements in Nineteenth-Century Brazil: Slave Strategies and Abolition in São Paulo”, escoreado num Working Paper do mesmo título (**Anexo IX**).

No período em que permaneci com a bolsa Scholar-in-Residence cumpri um programa de palestras e conferências em outras universidades e instituições ligadas aos estudos latino-americanos e à diáspora africana, apresentando, no mais das vezes, trabalhos referentes às temáticas da escravidão e abolição no Brasil e seu impacto na constituição da história nacional. Assim, afora a conferência proferida em Lansing, na Michigan State University, já citada, todas as outras apresentações se dedicaram a estes temas. Em novembro fiz uma viagem para a área metropolitana de Chicago, primeiro apresentando a conferência “Abolitionism as a Social and Political Movement in Nineteenth-Century Brazil” para um público bastante qualificado no Center for Latin American Studies da Northwestern University (na cidade de Evanston) e, no dia seguinte, a conferência “Abolitionism in Nineteenth-Century Brazil” na Lake Forest College, no subúrbio de Lake Forest. Foi interessante apresentar meu trabalho para públicos tão diferentes, o primeiro constituído por professores e pesquisadores do programa de estudos latino-americanos de uma grande universidade, o segundo por professores e alunos de uma faculdade particular de elite. No mês seguinte, discorri sobre o mesmo tema no Departamento de Sociologia da Universidade de Michigan, para um público de professores e pós-graduandos daquele programa. Finalmente, participei de um seminário no Programa de Antropologia e de História da mesma universidade, como debatedora do texto da professora Miriam Cottias, da Universidade de Paris, cujo trabalho “Forgetting the Past for Citizenship”, sobre a Martinica, proporcionou a oportunidade para tecer alguns comentários comparativos com respeito aos processos pós-abolição no Brasil (**Anexo X**).

Complementando o relato das minhas atividades na área dos estudos da escravidão, acrescento que publiquei neste período (abril/96) resenha no jornal *Folha de São Paulo*, Caderno de Resenhas, a respeito do livro do antropólogo francês Claude Meillassoux, intitulado *Antropologia da Escravidão. O Ventre de Ferro e Dinheiro* (**Anexo VIII**). Em 1998, publiquei a resenha intitulada “A Recuperação dos Grupos sem História”, sobre o livro de Emília Viotti da Costa, “Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue”, na revista *Ciência Hoje*, 24-142, setembro de 1998 (**Anexo VIII**). Apresentei também conferência intitulada “Escravidão no Caribe e no Brasil, uma perspectiva comparada”, ao curso de difusão cultural “América Latina: Novas

Perspectivas sobre a História da População”, organizado pelo Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, USP, outubro, 1996.

Meu interesse pelos temas da escravidão e das raças na formação dos conceitos de nação e cidadania no Brasil dos finais do século XIX me levou, a partir de 1997, a participar do Projeto Integrado “Cultura Popular: um problema histórico e seus desafios”, sediado no Centro Interno de Pesquisa em Cultura Popular, IFCH-UNICAMP, coordenado pela Profa. Dra. Maria Clementina Pereira da Cunha, com o projeto intitulado: “Nação e Nacionalidade no Brasil Império: os projetos europeizantes das elites face à pluralidade da cultura popular”. Devido à forte integração do grupo de pesquisadores deste projeto foi possível, ainda em 1997, transformar este num Núcleo de Excelência do Pronex, com o projeto, “Cultura e Diversidade no Brasil: para além da história da identidade nacional”, coordenado pelo Prof. Dr. Sidney Chalhoub, que aprovado teve vigência nos anos de 1997-2004. Em 1999, com a apresentação do projeto “Nação e Nacionalidade no II Reinado: O General Couto de Magalhães”, me foi concedida pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) a bolsa Produtividade em Pesquisa.

Em termos de participação em congressos e outros encontros acadêmicos, participei de congressos nacionais e internacionais desde o meu ingresso na USP, nos quais apresentei trabalhos e coordenei mesas, tendo obtido financiamento de diferentes agências financiadoras, quais sejam: XII Encontro Regional de História, Assis, São Paulo, setembro de 1996, onde apresentei a conferência “História e Historiografia da Escravidão e da Abolição em São Paulo”, texto que foi publicado no livro *São Paulo: Percursos Históricos e Historiográficos* (**Anexo VIII**), financiamento FAPESP; Mini-Simpósio “História e Sonho”, PUC- USP, São Paulo, em outubro de 1996, com o trabalho “O Sonho como Fonte da História”, financiamento FAPESP; XIX Simpósio Nacional de História, ocorrido em Belo Horizonte, MG, em julho de 1997, com a participação intitulada “A Escravidão e a Abolição na Província de São Paulo: uma análise do ponto de vista dos movimentos sociais”, financiamento FAPESP; e IV Conferência da Brazilian Studies Association, que teve lugar em Washington, DC, EUA, em novembro de 1997, com a coordenação da mesa “Entre o Regional e o Nacional: Identidade e Representações”, com financiamento da Fulbright (**ver comprovantes no Anexo XII**).

Em 1998, participei dos seguintes congressos: em julho, III Encontro Nacional de Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha (ANPHLAC), coordenando a mesa-redonda “Produção Cultural nas Américas”; em setembro, do XIV Encontro Regional de História

da ANPUH, apresentando o trabalho “Os Sonhos como Fonte da História” e do XXI International Congress da LASA, ocorrido em Chicago-EUA também em setembro, apresentando o *paper* “Social Conflict and Popular Movements on the Eve of Abolition: Brazil in the 1880s” (**Anexo X**).

Em 1999, ligado a meus trabalhos sobre viagens e viajantes, fiz a revisão técnica da tradução brasileira do livro de Mary Louise Pratt, *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação*, publicado em Bauru pela EDUSC em 1999. Tive a oportunidade de debater este livro com a própria autora na ocasião do XX Simpósio Nacional de História da ANPUH, em Florianópolis, em julho, numa mesa redonda organizada pela ANPHLAC. O texto da minha intervenção foi transformado em resenha do livro, publicada pela *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 20, no. 39, 2000. (**Anexo VIII**). Neste mesmo simpósio, numa mesa redonda, apresentei o trabalho “A Natureza, o Selvagem e o Progresso: Os Projetos Nacionais dos Intelectuais e dos Burocratas do Segundo Reinado”, que foi publicado nos anais do XX Simpósio, no livro *Fronteiras* (**Anexo VIII**). Também apresentei a comunicação “O Diário como Fonte da Vida Privada” no XX Simpósio. Ainda nesse tema, preparei o texto “A Literatura de Viagem como Fonte da História Social: uma análise crítica”, no qual resenhei o livro de Miriam Lifschitz Moreira Leite, *Livros de Viagem, 1803-1900*. Esta resenha saiu publicada na revista *Estudos Feministas*, vol. 7, 1999 (**Anexo VIII**).

Em 2001, o projeto de produtividade em pesquisa do CNPq foi ampliado para contemplar a relação entre viagens e a busca de origens não apenas no Brasil como também em outras partes das Américas. O principal objetivo do projeto visava discutir a literatura de viagem em sua conexão com a gênese do pensamento antropológico, etnológico e arqueológico no Brasil, procurando estabelecer os nexos entre teorias e hipóteses então em voga a respeito do grau e possibilidade de evolução das sociedades indígenas brasileiras e os projetos políticos de formação de um corpo de cidadãos no Brasil da segunda metade do XIX. Também visava examinar os conceitos de raça e civilização que subjaziam às descrições e interpretações do nascimento, apogeu e decadência ou desaparecimento das grandes sociedades indígenas americanas, procurando escrutinar a pertinência do que nos parece ser uma excessiva valorização do conceito de raça nas análises atuais a respeito do período no Brasil e América Latina em geral, em detrimento de interpretações que lançavam mão do conceito de civilização e do comparativismo dos costumes e instituições como forma principal de descrição das sociedades

não-europeias. Para tanto, foi realizado um extenso levantamento bibliográfico nas bibliotecas e museus da USP, resultando preliminarmente no estudo “Os Tupis e a Turânia: Hipóteses sobre a Origem do Homem e da Civilização nas Américas na Segunda Metade do XIX e Primeiras Décadas do XX”, publicado na *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, Vol. 12, 2002 (**Anexo VIII**). Também publiquei a conferência proferida no programa de pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, “Da Diversidade às Desigualdades: A Questão Étnica e os Projetos de Integração Nacional do Brasil do XIX”. *Estudos de Política e Teoria Social da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, no. 8, 2003 (**Anexo VIII**). Ainda entreguei, neste período, um texto sobre os movimentos abolicionistas no Brasil para uma coletânea na Espanha, que só agora foi distribuída em meio eletrônico (CD-Rom): “La Abolición en el Brasil: Movimientos sociales y políticos en el sudeste cafetalero”. Andrés-Gallego, José (org.), *Afroamérica, la tercera raíz*, Madri, Fundação Mapfre Tavera, 2005 (**Anexo VIII**).

No decorrer dos anos de 2003 e 2004, estive vinculada ao David Rockefeller Center for Latin American Studies (DRCLAS) da Harvard University, em Cambridge, Massachusetts, EUA. Inicialmente, de janeiro a junho de 2003, tive vínculo como Pesquisadora Associada, tendo usufruído de uma Bolsa de Pesquisa no Exterior da FAPESP. Segundo, de julho de 2003 a junho de 2004, fui formalmente convidada a manter meu vínculo com a Harvard University, nesta ocasião na condição de Brazilian Visiting Fellow no mesmo DRCLAS. Noto que entre fevereiro-junho de 2004 estive afastada sem vencimentos. No início da minha estada em Harvard, desenvolvi dois projetos que estavam em curso, um primeiro referente às teorias sobre as origens da civilização no pensamento social brasileiro e sul-americano entre 1850 e 1930, e o segundo sobre a visão de mundo dos escravos, libertos e ex-escravos frente à construção ideológica da nação e da mestiçagem. Ambos projetos foram enriquecidos pelos recursos de pesquisa disponíveis na Harvard, a começar pelo acervo de 14 milhões de títulos no sistema de bibliotecas, porém também pelas facilidades de pesquisa nos meios eletrônicos, através da rede interna da universidade.

O objetivo central do primeiro projeto era o de realizar um estudo a respeito da recepção e reelaboração das teorias relativas à origem do homem americano e da antiguidade da civilização nas Américas, veiculadas no contexto latino-americano e sobretudo brasileiro, entre o segundo quartel do século XIX e primeiras décadas do XX. Ao buscar esclarecer como se

realizou, no âmbito da América Latina, a reinterpretação da massa de teorias, debates e ideias produzidas na Europa e secundariamente nos EUA, o projeto se atrelava a uma das principais vertentes historiográficas latino-americanas do período, que tem como ponto de reflexão o debate sobre a formação da nação frente às realidades “raciais” nacionais. Em segundo lugar o projeto se propunha a elaborar uma abordagem crítica das visões que se limitam a apontar os processos de cópia e empobrecimento teórico das ideias importadas nos contextos intelectuais periféricos, sublinhando a existência de dinâmicas de recepção e elaboração autônomas e criativas destas teorias e ideias nos diferentes contextos nacionais. Atravessando uma multiplicidade de temas entrelaçados, como o dos nascentes nacionalismos, dos processos de formação de identidades “nacionais-raciais”, do papel das elites intelectuais nacionais, do racismo e dos projetos de controle social, europeização e branqueamento das populações indígenas e afro-descendentes, as discussões a respeito da origem do homem e das civilizações nas Américas espelhavam as profundas angústias e divergências das elites latino-americanas frente ao desafio da construção das identidades nacionais. Finalmente, tinha como objetivo analisar os temas que mobilizaram os debates intelectuais a respeito das formações nacionais latino-americanos, especialmente da brasileira, enfocando principalmente aqueles atinentes ao grau de desenvolvimento, de civilização e de possibilidade de evolução das populações americanas “originais” (pré-conquista) e o papel da América no mundo civilizado. Inúmeros estudos de autoria dos intelectuais brasileiros, que se encontravam à frente dos nascentes institutos históricos e geográficos e museus de história natural especulavam sobre hipóteses as mais variadas a respeito da questão: supunha-se, por exemplo, a origem indo-europeia tanto do quéchua quanto do tupi, ao mesmo tempo em que se aventava possibilidade de ligação das antigas civilizações americanas às civilizações clássicas do mundo ocidental. Embora tenha permanecido de certa forma subaproveitada, esta pesquisa foi apresentada, em julho de 2003, do XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH, em João Pessoa PB, sob o título “Tupis ou Turanianos?: Hipóteses sobre a Origem do Homem e das Civilizações nas Américas”.

A pesquisa bibliográfica realizada na Widener e Tozzer Libraries, vinculadas ao sistema de bibliotecas da Harvard, mostrou-se extremamente frutífera. Neste estágio tive oportunidade de ler e anotar uma série de autores latino-americanos, norte-americanos e europeus que dialogaram entre si sobre as questões relativas à raça, origem das línguas e das civilizações nas Américas. Um dos temas que mais chamou a atenção foi a ampla aceitação, nas décadas iniciais do XX, da

ideia da existência da Atlântida como berço inicial das civilizações humanas, explicação que, por seu turno, coloca a origem sincrônica de todas as civilizações, reafirmando, por meio de uma formulação nova, não apenas a explicação monogenista, como a ideia de igualdade de todos os grupos humanos. Estas ideias circularam em toda a América Latina, sendo encontradas em obras de estudiosos de diferentes países, em formulações que trafegam da discussão científica propriamente dita às ideias filosóficas e políticas ligadas ao americanismo e à identidade latino-americana. Esta pesquisa servirá para complementar trabalhos já realizados sobre as origens da arqueologia, etnologia e filologia comparada.

Já o segundo projeto tinha uma finalidade mais claramente dirigida à conclusão de dois textos para coletâneas publicadas no Brasil. Ampliei a minha pesquisa sobre o Quilombo do Jabaquara no período abolicionista e sua história pós-abolição. Além dos livros do acervo da Widener Library, muitos dos quais de difícil acesso no Brasil, trabalhei com processos da justiça de Santos. O texto, “De Rebeldes a Fura-Greves: As Duas Faces da Experiência da Liberdade dos Quilombolas do Jabaquara na Santos Pós-Emancipação”, apareceu como capítulo da tese de livre-docência a frente discutida e foi posteriormente publicado na coletânea *Quase-Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2007) (**ANEXO VIII**). Este texto teve como proposta focar as décadas de 1880 e 1890 na cidade de Santos sob o ponto de vista da vivência dos escravos fugidos que, atraídos pela propaganda abolicionista dos anos de 1880, haviam se refugiado nos quilombos do Jabaquara e subsidiariamente no do Pai Felipe. Embora fossem estes dois quilombos assistidos ou propriamente organizados por homens livres, em sua maioria brancos, sobretudo intelectuais, advogados e comissários de café da província de São Paulo que atuavam na praça de Santos, a entrada de numerosa população negra na cidade inviabilizou a manutenção do controle da elite branca sobre esta população negra, desenraizada e em processo de politização, situação esta que teve forte impacto na urbanização santista. Buscando sobreviver a qualquer custo, os quilombolas do Jabaquara entraram no mercado de trabalho informal da cidade portuária, ocupando qualquer pequena ocupação que lhes permitisse sobreviver, sempre em condições precárias. No entanto, o pior viria no período pós-emancipação. Tendo perdido interesse como assunto político, os ex-escravos tornaram-se massa de manobra e contenção do nascente movimento operário e portuário santista de origem europeia. Negociados pelos seus antigos líderes, os quilombolas passaram de rebeldes em busca

da liberdade a krumiros, tornando-se fura-greves nos primeiros movimentos paredistas da militante estiva santista. Embora tenha sobrevivido como comunidade até o final do século, o quilombo foi dissolvido melancolicamente em 1898, devido a um processo judicial de reintegração de posse de suas terras. A partir daí, o Jabaquara e sua população rebelde foram varridos da memória santista.

Meu interesse pelo estudo das formações de quilombo em São Paulo também frutificou em diversas apresentações. Em fevereiro de 2003, a convite da professora Sueann Caulfield, participei da série "Bate-Papo" do programa de Latin American and Caribbean Studies da Universidade de Michigan em Ann Arbor, apresentando a palestra "The History of Quilombos in Brazil and Their Descendants' Struggles for Land". Em maio de 2003, a convite do prof. Dain Borges, do Departamento de História da Universidade de Chicago, proferi a palestra "The Quilombo of Jabaquara: New Perspectives on Runaway Slave Communities in Brazil", voltada para os alunos da graduação e pós-graduação da área de América Latina (**ver texto no anexo X**). A partir deste texto inicial, em novembro de 2003, fiz uma apresentação no Boston Area Latin America History Workshop, que se reúne mensalmente no DRCLAS da Harvard. Circulou o texto "From Slave Rebels to Strikebreakers: The Quilombo of Jabaquara and the Problem of Citizenship in Late-Nineteenth Century Brazil" e recebi o comentário do historiador James Woodard. Este texto, amplamente revisado, foi publicado na revista *Hispanic American Historical Review*, vol. 86, no. 2, maio de 2006 (**ver texto no anexo VIII**). Em abril de 2004, como atividade da Semana Brasileira em Harvard, participei do seminário *Defending remnant peoples' rights to land: Brazilian indigenous and Afro-descendant groups*, apresentando a conferência "Defending Remnant Peoples' Rights to Land: Quilombos and Quilombolas" (**ver texto no anexo X**).

No texto publicado na *Hispanic American Historical Review* apresento uma reflexão a respeito do problema do estabelecimento da cidadania entre os afrodescendentes no Brasil e, especialmente, em São Paulo. O artigo desenvolve uma reflexão crítica a respeito dos limites da inserção política dos afrodescendentes na São Paulo dos movimentos operários e do sindicalismo, ao mesmo tempo em que sugere caminhos de sobrevivência e inserção destes grupos no ambiente crescentemente hostil do pós-abolição, sobretudo em São Paulo e Santos. Este artigo parece ter sido bem recebido junto ao público norte-americano, uma vez que este texto figurou no site da revista, durante meses, entre os 50 artigos mais lidos eletronicamente.

O segundo texto elaborado neste período inicial na Universidade de Harvard atendeu ao convite de participar do projeto “História da Cidade de São Paulo”, com a proposta de redigir um capítulo que oferecesse um painel da escravidão negra na cidade de São Paulo, do século XVI ao XIX, especialmente enfocando questões da história social da escravidão à luz das especificidades da cidade. Repensando as questões já consagradas pela historiografia, este capítulo teve como objetivo principal oferecer um amplo leque da escravidão urbana da cidade de São Paulo, procurando reavaliar uma série de temas clássicos como o papel da mulher escrava na construção de uma cultura negra na cidade, o papel das irmandades religiosas como mecanismo catalisador das sociabilidades afro-descendentes, o papel da polícia e do estado na disciplinarização da escravidão urbana de pequenas posses característica da cidade, a emergência do abolicionismo em São Paulo e Santos – no qual sublinhei figuras como as de Luiz Gama e Antonio Bento –, os movimentos populares e de escravos e as ambivalências entre abolicionismo e republicanism. O artigo foi publicado no final de 2004, com o título “Sendo Cativo nas Ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo” in: Porta, Paula (org.), *História da Cidade de São Paulo. A Cidade no Império*, 1823-1889. São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp. 57-98 (**ver anexo VIII**).

No decorrer das pesquisas realizadas na Harvard, iniciei um projeto novo referente à Expedição Thayer ao Brasil em 1865-1866, sob a liderança de Louis Agassiz, o qual vem produzindo resultados até o presente. A pesquisa documental foi realizada nos diferentes arquivos e museus da Universidade de Harvard – como à frente comento com mais vagar – porém a reflexão sobre os temas atinentes a esta pesquisa, vinculados à emergência de um pensamento científico racializado e do poligenismo na América do Norte e sua subsequente discussão no Brasil, a difusão de ideias de pureza racial e degeneração continuam a se desenvolver de maneira cada vez mais amadurecida. Além disso, a pesquisa se espalhou para a questão da representação corporal racializada, abrindo um novo campo de atuação, conforme discuto a seguir. Pode-se dizer que o estágio realizado na Universidade de Harvard redundou em uma notável ampliação de meu campo de atuação e de publicações, comprovando a importância da realização de estágios de pesquisa mais longos para a reciclagem dos docentes, no geral carentes de tempo para se dedicar a novos campos de pesquisa.

Em minhas pesquisas iniciais nos acervos da Universidade de Harvard, chamou a atenção o acervo relativo à participação de William James na expedição, servindo como coletor de espécimes. No decorrer de sua longa carreira de filósofo, psicólogo e professor da Harvard,

William James tornou-se uma das figuras mais importantes do pensamento filosófico norte-americano. Tendo convivido e dialogado com as principais figuras do meio acadêmico e intelectual da Nova Inglaterra e dos EUA em geral, como com o matemático e filósofo Charles Peirce, o jurista Oliver Wendell Holmes e o filósofo John Dewey, William James é hoje considerado o pioneiro introdutor, no ambiente universitário da Harvard da divisão clara entre teologia e ciência, fé e razão, estabelecendo, inclusive institucionalmente com a fundação da Faculdade de Psicologia, a separação entre as discussões relativas a fé e a ciência da mente. Tendo sido o sistematizador da corrente filosófica que ficou conhecida como Pragmatismo, William James influenciou praticamente todas as tendências de pensamento norte-americanas entre as décadas de 1880 e 1930. Figura proeminente, James, que estudou anatomia, história natural e medicina na Harvard University, foi aluno nos anos de 1860 de Louis Agassiz. Tendo se incorporado na missão brasileira de Agassiz, às suas próprias custas, James então com 23 anos, despendeu um ano viajando pelo Brasil. Ao contrário de sua produção posterior, seu diário, cartas e outros papéis escritos no decorrer de sua estadia no Rio de Janeiro, Santarém, Manaus e outras paragens, são muito pouco conhecidos, tendo sido até o momento estudados apenas por seus biógrafos, que procuraram nos registros do jovem James os traços de suas posteriores ideias e conflitos filosóficos. No ambiente brasileiro, por sua parte, a produção de James mantém-se praticamente desconhecida, não constando existir nenhum estudo a respeito desta. A passagem de Agassiz, entretanto, foi exaustivamente divulgada, tanto com a publicação do seu livro em colaboração com sua mulher, Elizabeth e Louis Agassiz, *Viagem ao Brasil, 1865-1866*, profusamente citado no Brasil, porém pouco analisado criticamente. A análise dos papéis de James que realizei contrapôs as conclusões de seu mentor, L. Agassiz, marcadas pelas ideias do criacionismo e degenerescência das “raças híbridas”, com as suas ideias muito menos preconceituosas e empáticas. Enfocando os conceitos de raça e natureza, constantes das descrições feitas por James, pretendi mostrar como puderam coexistir, sincronicamente, visões a respeito do Brasil menos comprometidas com o pessimismo do racismo científico, do qual Agassiz foi um dos principais expoentes.

A pesquisa documental enfocou sobretudo a coleção “James, William, 1842-1910. Papers”, depositada na Houghton Library da Harvard University, sob o número de chamada MS AM 1092.9-1092-12. Em termos de seu escopo e conteúdo, a coleção contém a correspondência pessoal e profissional de William James, sendo a maior parte cartas escritas por ele, incluindo

mais de 1300 cartas escritas para sua mulher, Alice e mais de 400 para seu irmão, Henry, e composições incluindo manuscritos, rascunhos e anotações sobre filosofia, psicologia e religião, e sobre Herbert Spencer; assim como palestras, aulas, artigos e diários de 1865-1910 (com intervalos), caderno de endereços e cadernetas com listas de leituras, esboços e notas que James fez como estudante. A coleção também contém a correspondência dos seus pais e mulher, antigos papéis da família James, livro de contas, daguerreótipos e fotografias da família James, álbum de recortes, bilhetes e miscelânea. Inclui também manuscritos de terceiros, inclusive apontamentos de alunos sobre seus cursos e trabalhos escritos sobre suas obras, cartas de estudantes endereçadas a Ralph Barton Perry a respeito do livro *The Thought and Character of William James*; a correspondência de Henry James III relativa a sua busca das cartas de William James e material publicado sobre William James. O material está muito bem organizado e o catálogo é bastante eficiente. No entanto, foi necessário percorrer volume grande de cartas para localizar aquelas concernentes à passagem de James no Brasil, tanto as escritas no decorrer de sua estadia, mas também após seu retorno a Cambridge mas concernentes a sua estadia no Brasil. Foram lidos e fichados também os papéis de James – anotações, artigos e resenhas – concernentes aos temas da evolução, seleção natural e raça. A acervo da Houghton também inclui 64 desenhos feitos por James, além de fotografias diversas. Muitos destes foram desmembrados de outros documentos e não estão catalogados. Também realizei pesquisa no Museu de Zoologia Comparada da Harvard, criado por Agassiz, inicialmente em 2004 e depois, em 2005, quando, graças a uma bolsa Fapesp para o exterior, pude despender um mês de pesquisas neste museu e no Museu Peabody. O setor de arquivo do museu possui um fundo documental “Thayer Expedition, 1865-1866”, contendo papéis, cartas, mapas, desenhos, fotografias e documentos sobre a coleção de objetos. Também possui um diário de William James “Brazilian Expedition, 1865, Diary and Sketches by William James”, o qual contém vários desenhos, notas de gastos pessoais, uma lista de remédios e coisas a fazer e a lista das atividades e tarefas com datas. A pesquisa foi completada com o levantamento do acervo de fotografias na Coleção Agassiz, depositada no setor de arquivo do Peabody Museum da Harvard, comentada mais a frente.

Em 2005 apresentei minha tese de livre-docência intitulada “Brasil a Vapor. Raça, Ciência e Viagem no Século XIX” (**Anexo XIII**). Neste trabalho, reuni uma série conectada de artigos, a maioria inéditos, cujos temas ligavam-se ao amplo espectro de interesses que eu havia

desenvolvido nos anos anteriores, em torno do problema dos conceitos de raça, ciência e vida social nas Américas, e em especial no Brasil, na era da abolição. O trabalho filiou-se a uma abordagem da história social e da cultura, comprometida com o estabelecimento da historicidade e a pluralidade da eventos sociais. Embora o trabalho se voltasse para a análise de sistemas de pensamento e ideias, ele se orientou para a busca dos significados sociais destes, não no mundo abstraído das análises formais, mas na multiplicidade, muitas vezes desorientadora, de suas mutáveis manifestações. A ideia de uma história do cotidiano que “abarca uma frente ampla de áreas multidisciplinares e uma estratégia de questionamentos e crítica de cultura”, conforme ratificou Maria Odila Leite da Silva Dias, no artigo já citado “Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea guiou a abordagem. Neste sentido, o trabalho empreendido inseria-se no processo de revisão de sistemas explicativos abstratos nas ciências humanas, baseado em conceitos amplificados como o da modernidade e da onipresença do estado nacional.

Embora o trabalho tenha elegido como fio condutor a construção dos meios de transporte de massas desenvolvidos a partir de meados do século XIX, tendo voltado sua atenção para consideração dos projetos de estabelecimento da navegação a vapor, como a do Araguaia, em 1868, que almejava, como plano maior, transformar florestas e “desertos” em verdadeiras utopias do capitalismo selvagem do XIX, não era este um trabalho propriamente focado na análise dos meios de transporte. O contexto mais amplo do trabalho apresentado como tese de livre-docência foi o do universo dos planos de montagem e desenvolvimento de uma infra-estrutura de transportes mecanizados da segunda metade do XIX, que apoiados nos capitais europeus e norte-americanos, se materializavam em estradas de ferro, os quais sustentaram a elaboração de novas formas de ver o mundo que passava a deslocar-se na velocidade do vapor e que, em conexão com as possibilidades de deslocamento, enfrentava o desafio de repensar a própria distribuição geográfica, populacional e política das populações subalternas. Não foi por acaso que a inauguração dos trens e dos vapores como meio de transportes de massa coincidiu com a ascensão dos movimentos abolicionistas nas Américas e com a emergência dos desafios de se conceber novos paradigmas que conduzissem as relações sociais no período pós-emancipação que se avizinhava. As viagens e a literatura de viagem do período são, entre outras coisas, produtos destes deslocamentos geográficos e de perspectiva. Assim, em “Brasil a Vapor. Raça, Ciência e Viagem no século XIX”, o vapor aparece como metáfora dos muitos deslocamentos

vivididos – geográficos, políticos, ideológicos e sociais – que o mundo do movimento rápido instaurou a partir de meados do XIX.

Na segunda metade do XIX, mais precisamente em 1865, quando o famoso diretor do Museu de Zoologia Comparada da Harvard University, Louis Agassiz, chegou a Manaus, centenas de viajantes atravessavam a América do Sul, embora na Amazônia ainda se pudesse contá-los nos dedos da mão. Viajava Agassiz e sua expedição – a Thayer – na esteira de outros viajantes norte-americanos, que haviam percorrido a Amazônia embevecidos com a ideia de navegar seus rios a vapor, estimulando o comércio, explorando o trabalho dos nativos e fomentando a cobiça dos ribeirinhos por bagatelas industrializadas. Consumido por visões grandiosas, William Herndon, o marinheiro norte-americano que peregrinou dos Andes ao Pará entre 1851-52 imaginava derrubar a floresta, se livrar dos índios, enforcando-os e povoar a Amazônia com negros escravos – de preferência com aqueles que já viviam nos estados sulistas dos EUA. Desta forma, pensava ele, se mataria dois coelhos com uma cajadada só: se livrava os EUA da “maldição das raças” e se beneficiaria o Brasil, país tropical, com os cidadãos que melhor se adaptavam às suas circunstâncias. O mentor deste plano visionário era também um homem dos mares, Matthew Fontaine Maury - inventor do telégrafo submarino e do torpedo naval – além de sulista ardoroso. Pensando em sua amada Virgínia, ameaçada de sucumbir ao peso de escravos e abolicionistas, Maury elaborou o plano de transferir os negros do sul dos EUA para a Amazônia, onde eles poderiam produzir os bens tropicais a serem transportados pelos vapores norte-americanos (a bem dizer, sulistas), que singrariam o Amazonas, desembocando no mar do Caribe e de lá seguiriam para o Golfo do México. Todos estes territórios, nas visões grandiosas do patriota dos mares, seriam peças do que ele chamou do “nosso lago” (Parte I).

Mas Maury não pontificou no deserto – além do amplo apoio que ele carrou nos EUA na década de 1850 - outros surgiram. No Brasil da década de 1860, Tavares Bastos se tornou ardoroso admirador de Herndon e defensor obstinado da livre navegação do Amazonas, posição que ele defendeu, com unhas e dentes, em artigos e livros. Couto de Magalhães, defensor do progresso e nacionalista, encantou-se igualmente com a miragem dos transportes, participando da navegação do Amazonas, fundando a Companhia de Navegação do Araguaia e construindo, com capitais ingleses, a Estrada de Ferro do Rio Verde – a Minas Railway. Ambos declararam-se nacionalistas ferrenhos; Couto execrava os estrangeirismos e gostava de alardear que dormia em

rede e falava tupi. Na verdade, suas anotações e diários apontam para um mundo de percepções atravessadas pelas angústias dos viajantes, que embora tudo vejam e conheçam, nunca estão totalmente lá. Quem pensa em transporte pensa também na ligação entre lugares e na integração entre pessoas. No entanto, no mundo dos planos grandiosos de construção das conexões a vapor – trens ou locomotivas – cabia decidir quais seriam os embarcados e quem seria deixado às margens do progresso. Neste sentido, um dos principais problemas com os quais se avizinhavam os homens e as mulheres que planejavam trens e mecanismos ou que, pelo menos, viajavam neles, na primeira classe, sonhando com selvas misteriosas e rios caudalosos, era o problema da raça e o lugar que caberia aos negros, índios e mestiços no mundo renovado pela velocidade do vapor. Para estes viajantes e para os ideólogos do mundo rápido da pós-emancipação parecia caber decidir como rearranjar a distribuição das cores e tons de pele da humanidade, de forma que se pudesse alcançar uma nova configuração do mundo, com as “raças” colocadas, novamente, em seu devido lugar. De certa forma, muitos dos ideólogos e militantes das Abolições pensavam que o melhor seria fazer o mundo retroceder ao estágio anterior aos deslocamentos maciços de índios e africanos, reorganizando a distribuição das raças na face da terra de acordo com os pretensos ditames da Providência. Segundo os criacionistas e defensores das províncias zoológicas, se Deus havia criado a flora, a fauna e o homem em nichos ecológicos precisos, com que direito o próprio homem havia afrontado estes desígnios, misturando climas e raças e ainda fazendo-as interagir? Para alguns dos abolicionistas e pensadores racialistas do XIX, principalmente os da América do Norte, ao mal dos deslocamentos de índios e negros, outro erro, ainda pior, apontava no horizonte do mundo pós-escravidão, e este se chamava hibridismo ou mulatismo (*mulattoism*). Foi procurando descrever os horrores da conspurcação do sangue ocasionada pela mestiçagem que o abolicionista Howard Howe, em 1863 lançou a imagem do lago cristalino no qual a adição de uma só gota de tinta, embora permanecesse invisível, ainda assim o contaminava irremediavelmente. Desta forma, pensaram alguns - Herndon, Maury, Agassiz, entre muitos outros – o melhor seria libertar os brancos, livrando-os dos negros, que seriam enviados para terras tropicais, onde voltariam a habitar o lugar que Deus lhe havia designado desde o início dos tempos. Muitos pensaram na Libéria como o destino dos negros. Segundo alguns, porém, a Amazônia seria este lugar (tema discutido na Parte I).

Embora mais raramente, a viagem aos trópicos podia suscitar mais do que reflexões pessimistas sobre os destinos de negros, índios e mestiços, sobre os horrores da miscigenação ou

reafirmar a necessidade da tutela das elites capitalistas internacionalizadas para submeter e controlar os ritmos de trabalho e vida dos libertos. Viajando pela Amazônia em companhia de Agassiz, William James, que, mais tarde, fundaria o Pragmatismo, se dispendo a pensar num universo no qual as ideias, de certa forma, estavam sempre em seus lugares, uma vez que elas haviam sobrevivido ao escrutínio do mundo exterior, mostrando a sua adequação explanatória ao mundo que as cercava, parece ter aproveitado a oportunidade dos trópicos para observar o relativismo das crenças humanas. Para o jovem estudante James, o deslocamento nos trópicos significou, também, um deslocamento de perspectiva. Dormindo em redes e viajando de montaria, James chegou a pensar que o mundo dos ribeirinhos era exatamente aquilo que parecia ser. Nem pessimista nem otimista, James parece apenas ter viajado apreciando a descoberta de outras formas de viver e pensar (a respeito ver Parte I).

Quem pensa em transportar pensa também, eventualmente, em integrar. À revelia das crenças do determinismo geográfico e dos degeneracionistas que destinavam os trópicos ao fracasso, homens como Couto de Magalhães, ao pensarem em seus planos grandiosos de desenvolvimento das selvas, propunham a integração. Embora se encontre nos discursos dos viajantes nacionais da segunda metade do XIX o vocabulário da raça e da tutela, no fim das contas, sugeriam eles o embarque nas linhas do progresso das populações não-brancas. Frente ao problema da Abolição, a discussão estratégica da questão dos braços expandia-se. A campanha abolicionista, os debates parlamentares e os textos da época indicam que se tratava de delimitar, principalmente, as possibilidades de integração do chamado elemento nacional – aqui inclusos os desclassificados sociais em geral – na construção de uma nação que buscava desvencilhar sua imagem das feridas da instituição servil. As elites burocratizadas do Império e os pioneiros dos planos de modernização das selvas, embora lessem e se reunissem a homens como Agassiz viam o mundo com outros olhos (temas discutidos na Parte II e III).

Além de propor novos papéis aos libertos e aos índios e mestiços, aquele de trabalhadores disciplinados e construtores subalternos de uma civilização dos trópicos, os intelectuais do Império tiveram que conceber uma origem dignificada para a nação e a civilização brasileira. Para isto, tornaram-se eles próprios viajantes, delineando os mapas da viabilidade brasileira, fundando mitos e buscando as origens das raças americanas. No mundo que pensava nas possibilidades dos deslocamentos a vapor, ideias sobre longas e misteriosas imigrações, de egípcios, turânios e arianos poderiam explicar os mistérios do surgimento de uma raça

americana. Se os intelectuais brasileiros pensaram nos Tupi como a raça-mãe, eles a pensaram em relação à outras grandes civilizações indígenas americanas que, na segunda metade do XIX, por conta exatamente da vulgarização das viagens, tornavam-se mais conhecidas (Parte III).

No entanto, minha constatação de que a montagem de uma rede de transportes de massa adquiria amplo e rápido impacto sobre vidas das pessoas que a experienciava nasceu da observação dos distritos cafeeiros de São Paulo nas décadas de 1870-1880. Ao estudar as revoltas de escravos de Campinas e adjacências, eu não pude deixar de observar que a construção de estações ferroviárias locais haviam ampliado enormemente a capacidade de organização dos movimentos de escravos. Os cativos e libertos logo aprenderam a se utilizar amplamente delas. As quitandeiras e os carregadores, neste sentido, começavam a reatualizar um poder que embora lhes fosse tradicional ganhava, nesta conjuntura, aspectos ainda mais estratégicos devido ao fato deles estarem em constante contato com os viajantes, com as redes de ajuda que se estabeleciam entre ferroviários e escravos, deles terem acesso às notícias e jornais e estarem aptos a enviar, pelos trilhos dos trens, mensagem e recados para seus iguais. No alvorecer da década de 1880, todo o movimento de escravos, sem dizer do movimento abolicionista, dependia das estradas de ferro para se organizar. Porém, na maior parte das vezes, os escravos, mesmo na década de 1880, fugiam a pé e, apenas eventualmente, conseguiam guarita nas locomotivas que partiam de São Paulo rumo a Santos. Ainda assim eram os trilhos dos trens os melhores guias dos fugitivos, que das fazendas cafeeiras do noroeste da Província de São Paulo ou do Vale do Paraíba pretendiam alcançar a Serra do Cubatão e de lá o Quilombo do Jabaquara. Na cidade portuária, os libertos, além de mão-de-obra subsidiária e massa de manobra política, tornaram-se também portuários, sendo expostos à experiência do outro lado da moeda da navegação a vapor. O movimento portuário com suas lutas e ideologias teve amplo impacto, para o bem e para o mal, na vida dos recém-libertos.

Tomando como mote a imagem dos grupos de escravos do sudeste cafeeiro que em suas fugas seguiam os trilhos, porém a pé, buscou-se discutir as maneiras pelas quais os afrodescendentes, que haviam sido alçados a questão política prioritária dos anos de 1880, foram sendo gradativamente descartados da cena política e alijados dos postos mais dinâmicos do mercado de trabalho proletarizado que se constituiu nos anos imediatamente posteriores à Abolição de 1888. Assim, este trabalho analisa as maneiras pelas quais as alianças políticas, formadas em torno do movimento humanitário-paternalista-abolicionista foram perdendo sua

viabilidade política, à medida em que a solução conservadora da Abolição sem mudança e imigração possibilitaram a que setores das elites descartassem os afrodescendentes para as franjas da cena política e retaguarda do mercado de trabalho proletarizado, espaço no qual estes deveriam permanecer, no gozo apenas nominal e abstrato dos direitos-cidadãos. Desta forma, pretende-se documentar tanto as maneiras pelas quais grupos de escravos fugidos e quilombolas altamente organizados em torno de metas políticas abolicionistas concretas e iniciativas populares de resistência, foram calculadamente esvaziados, a ponto de perderem o poder de barganha, sendo constrangidos a retirar-se para trás da cena, sendo momentaneamente eliminados da corrida pela implementação dos espaços políticos, sociais e trabalhistas que preencheriam os sentidos de uma cidadania recém-inaugurada na República de 1889 (Parte IV adiante).

A realização da livre-docência surgiu como passo fundamental da minha carreira, abrindo-me novos horizontes. Os trabalhos apresentados enquanto partes da tese se desdobraram em diferentes publicações. A parte I, “A Expedição Thayer, 1865-1866”, foi parcialmente utilizada e transformou-se na base do ensaio que apresentei no livro *Brazil through the Eyes of William James. Letters, Diaries, and Drawings, 1865-1866*, a frente discutido. As partes II e III, parcialmente publicadas em artigos anteriores, ainda está a espera de novas revisões, para aparecer como livro. A parte IV, composta pelo capítulo, “De Rebeldes a Fura-Greves: As Duas Faces da Experiência da Liberdade dos Quilombolas do Jabaquara na Santos Pós-Emancipação”, apareceu publicado na coletânea *Quase-Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2007), conforme mencionei anteriormente.

A partir de 2004 passei a publicar textos a respeito da Expedição Thayer em seu escopo mais amplo, incluindo Louis Agassiz e William James. Em primeiro lugar, publiquei um artigo sobre os diários de James num veículo de ampla circulação do DRCLAS: “The Nature of Tropical Nature. Brazil Through the Eyes of William James”, *ReVista. Harvard Review of Latin America*, Cambridge, vol. 3, fall-2004, pp. 13-16 (**ver anexo VIII**). A partir deste artigo, organizei o livro, publicado em 2006, pelas editoras da David Rockefeller Center for Latin American Studies e Harvard University Press, intitulado, *Brazil Through the Eyes of William James. Letters, Diaries, and Drawings, 1865-1866* (**Anexo V**). Foi esta uma edição bilíngue, a qual apresenta, em primeiro lugar, o conjunto dos papéis, notas, diários e desenhos de autoria de

William James no decorrer de sua estadia no Brasil, acrescido de um ensaio de fôlego de minha autoria, intitulado “An American Adam in the Amazonian Garden of Eden” (O Adão Norte-Americano no Éden Amazônico) no qual procurei estabelecer as bases para interpretação dos escritos de James. Para tal, o ensaio analisa de forma ampla o contexto norte-americano do período imediatamente anterior e durante a Guerra Civil, enfocando temas como os viajantes norte-americanos no Brasil, especialmente na Amazônia, os interesses norte-americanos com relação à expatriação da população afro-descendente norte-americana para a Amazônia, o desenvolvimento das ideias de ciência e raça desenvolvidas por Louis Agassiz tanto na Europa quanto em contato com os senhores sulistas dos EUA no período anterior à Guerra Civil, a emergência do poligenismo e do darwinismo no ambiente acadêmico e científico dos museus e universidades norte-americanos, sobretudo da Universidade de Harvard, entre outros temas. Especificamente com relação a William James, meu estudo se voltou para recuperar os anos formativos, sua relação com o pai, Henry James, sublinhando a inserção deste no círculo de Emerson e Thoreau, no “Saturday Club” (do qual pertencia Agassiz), o ambiente cultural das elites nortistas, atravessado por questões de ciência e religião, a Guerra Civil, a adesão da família James ao abolicionismo, e enfim, a entrada de William James na Harvard como aluno de L. Agassiz. A partir deste ponto, busquei configurar o contexto da expedição propriamente dita, sempre antepondo as ideias de Agassiz às de James. Um dos objetivos importantes deste ensaio foi mostrar como as ideias de James, mais tarde desenvolvidas no Pragmatismo, estiveram profundamente vinculadas a sua experiência juvenil de coletor voluntário na Expedição Thayer, a qual havia mostrado para James as debilidades do criacionismo, poligenismo e pensamento racista.

Este trabalho resultou do investimento de um enorme esforço, o qual compartilhei com John Monteiro, que traduziu meu ensaio inicial do português para o inglês, revisou minha tradução para o português dos escritos de James, além de acompanhar com grande dedicação toda a fase de preparação dos originais do livro. Sublinho que a preparação dos originais para a publicação de um livro bilíngue, editado pela Harvard University Press, demandou uma enorme dedicação, ainda mais quando se considera que no período de preparo do material eu repus todos os cursos que deixei de dar no período da minha licença de pesquisa (2003-2004). O livro, lançado em 2006, teve uma trajetória excepcional no mercado norte-americano. Colocando-se em um ponto estratégico dos estudos dos escritos de viagem no XIX, história das ciências e da

raça, no contexto das emancipações, a abordagem do livro ambicionava inscrever o episódio da viagem de James no Brasil, tido até ali por seus biógrafos, como um evento menor, no amplo campo de entrelaço de ideias e eventos conflituosos do período, propondo assim, reavaliar a passagem de 8 meses de James no Brasil como marcante na formação de seu futuro pensamento. A ambiciosa meta proposta por um livro de uma pesquisadora latino-americana, que pretendia adentrar no campo dos estudos de cultura e pensamento americanos, foi surpreendentemente favorável, tendo sido o livro resenhado em grandes revistas acadêmicas norte-americanas, a começar pelo *William James Studies*, 3 (1), 2008, no qual Douglas McDermick, sublinhou: “Suspeito fortemente que os entusiastas de James acharão neste livro uma leitura estimulante e intrigante. Porque? . . . Para começar, a magnífica introdução da organizadora (“O Adão Norte-Americano no Jardim do Eden Amazônico”) coloca a Expedição Thayer no seu contexto histórico e cultural . . . As dezoito cartas escritas por James para sua família – especificamente para seu pai, mãe e irmãos, Henry e Alice – são pequenas obras primas da arte epistolar . . .” Já o *Journal of the History of Biology* 40, 2007, em artigo de Paul Jerome Croce, ressaltou: “É este um belo livro. Em suas muitas páginas encontram-se as 18 cartas que William James escreveu para sua família durante sua experiência juvenil como membro de uma expedição científica no Brasil dos anos de 1865-66 e dois diários. Este livro apresenta também um vocabulário inglês/português/tupi composto por James, inúmeros desenhos e uma útil e perspicaz introdução escrita pela organizadora, Maria Helena Machado.” Igualmente a resenha que apareceu na *Transactions of Charles Peirce Society. A Quarterly Journal of American Philosophy*, 44(3), 2008, afirmava: “Este livro encontra seu ponto alto quando oferece o enquadramento da Expedição Thayer e o contexto da viagem ao Brasil no século XIX. A organização concisa de documentos vívidos e relevantes, acompanhada de uma astuta contextualização introdutória tornará este volume valioso tanto ao filósofo, ao historiador da ciências e ao especialista em literatura de viagem quanto ao estudioso de James”.

Outras resenhas também ressaltaram a contribuição do volume, tais como Jason Borge, em *AMERIQUESTS*, 5(1), 2008: “A edição bilíngue de Maria Helena P. T. Machado, *O Brasil no Olhar de William James* organizou e analisou com habilidade os desenhos, correspondências e diários de James produzidos no decorrer da Expedição Thayer à bacia Amazônica dos anos de 1865 e 1866, oferecendo uma visão fascinante da viagem de formação de um dos mais proeminentes pensadores norte-americanos. Ao mesmo tempo que enriquece o importante corpo

da literatura de viagem sobre o Brasil, que vai dos primórdios do período colonial (Hans Staden) ao século XX (Claude Lévi-Strauss), o volume da Harvard University Press, belamente ilustrado, oferece uma abrangente análise histórica e cultural da expedição e de seus participantes, contribuindo para o aprofundamento das relações entre os Estados Unidos e o Brasil estabelecidas em meio ao clima conflituoso da era da guerra civil.” O livro foi ainda resenhado pelo *New England Quarterly Review*, 80(1), março 2007, com texto de Linda Simon, uma das maiores especialistas vivas em William James (“A recuperação da viagem executada por Machado, com o detalhado *background* desta e dos participantes, torna este livro uma significativa colaboração ao estudos de James.”), *Luso-Brazilian Review*, *Foreword Magazine*, entre outros.

Este trabalho foi divulgado em diferentes congressos e seminários, mas eu gostaria de ressaltar especialmente o evento “*Conversa with the Author*”, promovida pelo David Rockefeller Center for Latin America Studies da Universidade de Harvard, na ocasião do lançamento do livro em 2006 e as conferências apresentadas no XIX Congresso Regional da Anpuh, ocorrido na Universidade de São Paulo, em 2008, de título “Narrativa e Contra Narrativa: Raça, Ciência e Exclusão na Viagem de Louis Agassiz e William James ao Brasil”, no Encontro “Historiadores no XXI EREH - N/NE - Manaus - Amazônia: Mitos e Verdades”, com título “Viagem e Ciência no Brasil do XIX: Louis Agassiz e William James visitam a Amazônia” e no 1o. Encontro de Arte e Ciência. Corpo, Voz e Emoção, ocorrido na ECA/USP, 2010, sob o título “O Brasil de William James” (**ver comprovantes no Anexo XII**). Todas estas apresentações, proferidas em ambientes e eventos de diferentes áreas, ilustram como este trabalho despertou interesse nas mais diferentes disciplinas. A partir desta pesquisa publiquei igualmente artigos nos quais procurei divulgar no ambiente acadêmico brasileiro as pesquisas realizadas, as quais, de outra forma, permaneceram pouco conhecidas. Sublinho o artigo publicado na *Revista da USP*, n. 75 de 2007, intitulado “A ciência norte-americana visita a Amazônia: entre o criacionismo cristão e o poligenismo degeneracionista” e o artigo de divulgação, que apareceu na revista eletrônica *ComCiência* (Labjor/Unicamp), vol. 6, 2006, “O Brasil no Olhar de William James”. Seguindo esta mesma trilha de reflexão, em 2009, vinculado às comemorações do ano de Darwin, publiquei o artigo “Travels and Science in Brazil: Charles Darwin, Louis Agassiz, and William James”, *ReVista (Harvard Review of Latin America)*, VII(3), 2009 (**ver estes artigos no Anexo VIII**). Neste número da *ReVista*, dedicado a comemoração deste evento, comparo o ideário

aboliconista de Darwin ao criacionismo poligenista de Agassiz, sublinhando a adesão de James ao darwinismo e esta como ponto de partida no desenvolvimento do pragmatismo. De certa forma, a elaboração analítica encetada neste e em outros trabalhos que venho desenvolvendo tem ambicionado reavaliar, em termos hemisféricos, a composição e a difusão das ideias raciais e racialistas produzidas no período que poderíamos denominar de era das emancipações (da abolição do tráfico pela Inglaterra em 1807 à abolição da escravidão no Brasil de 1888). O objetivo, por um lado, é analisar a constituição das teorias raciais como processos dinâmicos nos quais produtores e difusores se caracterizam tanto como cientistas naturais e outros pensadores como homens e mulheres comuns que estabelecem na prática os significados de tais conceitos. Procura-se, assim, estabelecer a crítica a uma ideia da produção de uma ciência racialista enquanto mera disciplina científica e abstrata, desvinculada das práticas sociais, ao mesmo tempo em que intenta-se superar uma ideia de recepção passiva destes conjuntos de saberes. Seguindo a análise de Barbara Fields, Martha Hodes e outros estudiosos, tenho buscado mostrar como os conceitos raciais são tão vazios quanto flexíveis, sendo, portanto, a difusão e a “recepção” parte ativa da construção dos mesmos. Por outro lado, tenho procurado avaliar a emergência do darwinismo vinculado a superação do poligenismo e do criacionismo na segunda metade do XIX, desta forma, recuperando-o fora dos quadros do empobrecido darwinismo social.

Uma outra vertente de análise se desenvolveu a partir da pesquisa inicial a respeito da Expedição Thayer e de seu contexto. Trata-se do estudo a respeito das interações entre os EUA e Brasil em torno da Guerra Civil norte-americana. A este respeito venho apresentando alguns trabalhos, tais como a comunicação apresentada no Simpósio Internacional “Guerra e História” (Departamento de História/FFLCH/USP), intitulada “A Guerra Civil Americana e os EUA de Hoje” e a conferência apresentada na Universidade de Columbia (Nova Iorque, EUA), “Os Abolicionistas Brasileiros e a Guerra de Secessão”, no congresso “Nabuco e o Novo Brasil. Primeiro Congresso de Escritores Brasileiros”, organizado por The Brazilian Endowment for the Arts, ambas em 2010 (**ver Anexo XII**). Destaco que o texto desta conferência encontra-se no prelo da Revista Comemorativa deste congresso (**ver Anexo X**). Ao mesmo tempo, continuei apresentando inúmeros trabalhos a respeito da abolição no Brasil. Nestas ocasiões tenho tido a oportunidade de apresentar um balanço do entrelaçamento dos processos de superação da escravidão no Brasil e nos EUA. O objetivo aqui tem sido o de destacar, para além das

tradicionais constatações da diferenças da escravidão e dos processos de abolição em ambos os países, suas similaridades e profundas interações. Desta forma, sublinho os seguintes eventos: palestra apresentada no Seminário “Africa, Brazil, and the Atlantic World”, promovido pela Universidade de Vanderbilt (Nashville, EUA, 2010), de título “Slavery and Social Movements in Nineteenth-Century Brazil: Slave Strategies and Abolition”, Seminário USP/Vanderbilt: “As Américas e o Mundo Atlântico” (Departamento de História, USP, 2010), sob o título “Dimensões da Abolição da Escravidão/ Abolição: movimentos e biografias”, conferência apresentada ao I Seminário Caminhos da Abolição e do Pós-Abolição “Os Caminhos da Abolição e do Pós-Abolição” (UFF, 2010) **(comprovantes no Anexo XII)**.

Uma vertente importante das pesquisas realizadas em Harvard, ocorreu no Museu Peabody e está vinculada à localização e publicação da Coleção Fotográfica de Louis Agassiz sob a guarda desta instituição. A coleção, que se mantinha virtualmente inédita até pouco tempo atrás, se apresenta como a mais completa documentação visual da população negra e mestiça brasileira da segunda metade do XIX, tornando-se um conjunto valioso para os estudiosos e público em geral do Brasil. Esta coleção, composta por quase 200 imagens, está organizada em dois conjuntos. Uma primeira parte da coleção é formada por uma série de fotografias realizadas no Rio de Janeiro, no estúdio fotográfico de Augusto Stahl, e pretendia documentar as “Pure Races”, isto é, os africanos. Parte desta coleção é composta por fotografias somatológicas, mostrando os fotografados nus em posições fixas. Uma segunda série de fotos foi realizada em Manaus, tendo por fotógrafo o coletor Walter Hunnewell, compondo a coleção “Mixed Races”. A coleção, em seu conjunto, nunca foi liberada para publicação. O Peabody apresenta restrições para a liberação do mesmo devido ao caráter francamente racista das fotos, a exploração do nu frontal e tem mesmo argumentado que tendo sido os sujeitos fotografados escravos eles não haviam podido exercer o direito sobre seus corpos, logo o Museu hoje não se percebe como possuidor dos direitos de divulgação do material. A liberação deste conjunto para publicação depende da aprovação do projeto pelo Peabody Museum. Iniciamos as negociações em 2003, quando nos reunimos com o Diretor do Acervo de Imagens, Steve LeBlanc e com o Diretor do Peabody Museum, Bill Fash. Em 2004 apresentei um projeto preliminar de publicação do conjunto fotográfico, que foi aprovado pelo David Rockefeller Center for Latin American Studies e pelo Peabody, com parecer do Prof. J. Lorand Matory, do Departamento de Antropologia da mesma universidade. Ao longo dos anos de 2004 e 2005, iniciei uma série de

contatos com o Museu Peabody, as negociações evoluíram bem, consegui o aval da instituição para reproduzir informalmente a coleção e iniciar a organização de uma publicação. No entanto, à época, devido a sobrecarga de trabalho decorrente da produção do livro *Brazil through the Eyes of William James*, não consegui implementar o projeto. Mudanças ocorridas na direção do David Rockefeller Center for Latin American Studies em 2006 também refletiram nas possibilidades de execução deste projeto, pois com a saída de John Coatsworth da direção do centro, o projeto perdeu seu principal ponto de apoio. Os anos seguintes mostraram o quanto seria difícil a realização das planejadas publicação e exposição da coleção. Não apenas o Peabody implementava uma política restritiva, como chegava a cobrar altas somas para a liberação do material. Por outro lado, a coleção de fotos raciais não interessava aos possíveis financiadores de projetos.

Em 2009, encontrei-me pessoalmente com a artista plástica de origem haitiano-suíça, Sasha Huber, com quem eu vinha trocando emails desde 2008, assim como com Hans Fässler, ativista anti-racista suíço, em torno da campanha De-Mounting Agassiz. Esta iniciativa, vinculada ao combate ao racismo contemporâneo existente nos países europeus, busca, por meio da implementação de campanhas, a renomeação de lugares e acidentes geográficos nomeados segundo personagens que se notabilizaram por sua adesão aos negócios da escravidão e do tráfico ou às práticas racistas, aumentar a consciência respeito dos lugares da memória e das políticas de esquecimento nas práticas sociais contemporâneas. A partir deste encontro, resolvemos vincular nossas diferentes abordagens na realização de uma exposição e publicação de livro-catálogo, as quais deveriam refletir diferentes abordagens da coleção de fotografias raciais.

Uma primeira publicação que surgiu desta colaboração apareceu em *Rentyhorn* (Helsinki, Museum of Contemporary Art of Finland. Kiasma, 2010), livro-catálogo da exposição com mesmo nome, organizado por Huber no mesmo Museu Kiasma, em 2008, a qual documentava o andamento da campanha De-Mounting Agassiz. Nesta publicação apresentei um estudo intitulado “(Re)constructing Renty's Image: From Agassiz's Daguerreotype to the De-Mounting Agassiz Campaign”, no qual eu reconstruí a trajetória da fotografia do escravo congolês de uma *plantation* da Carolina do Sul, Renty, desde sua encomenda por Louis Agassiz, em 1850, até os dias de hoje (**ver Anexo VIII**). O objetivo foi reconstituir os processos de construção, apagamento e emergência de releituras contemporâneas de uma imagem canônica da fotografia

racialista, como é a de Renty e dos outros seis escravos africanos e afroamericanos fotografados por J.T. Zealy na Carolina do Sul. O objetivo da série era a de documentar as raças puras africanas e seus traços físicos, se inscrevendo como a primeira representação fotográfica somatológica e frenológica de africanos que conhecemos. Este mesmo artigo, em versão ampliada, foi aprovado para publicação na *Revista da USP*, sob o título “(Re)Construindo a Imagem de Renty: Dos Daguerreótipos de Agassiz à Campanha De-Mounting Agassiz” e deverá figurar em um de seus próximos números (**ver Anexo X**).

Além disso, desde 2007 venho apresentando trabalhos a respeito da Coleção Fotográfica Agassiz e da questão da constituição imagética de um corpo racializado. Sublinho as seguintes apresentações: “O corpo e suas metáforas: materialidade e gestualidade nos museus” na VI Semana dos Museus da Universidade de São Paulo (Museu de Arte Contemporânea (MAC), Universidade de São Paulo, 2007), participação no debate on-line e posterior publicação dos resultados no “Representação Imagética de Africanidades no Brasil: Interterritorialidades”, na *Stadium* (Unicamp), 2007 e “As Raças Puras e as Raças Mistas do Brasil do Século XIX: A Coleção Fotográfica de Tipos e Somatológica do Peabody Museum da Universidade de Harvard (Expedição Thayer, 1865-1866)”, seminário apresentado ao Laboratório de Antropologia e História do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro em 2009 (**ver comprovantes no Anexo XII**).

Esta colaboração também se concretizou com a organização da exposição fotográfica e lançamento do livro-catálogo alusivo à mesma, *(T)Races of Louis Agassiz: Photography, Body, and Science, Yesterday and Today/Rastros e Raças de Louis Agassiz: Fotografia, Corpo e Ciência, Ontem e Hoje*. (São Paulo: Capacete/29º. Biennial of Arts of São Paulo, 2010). (**ver em Anexo VI**), graças ao financiamento da Frame (Finnish Fund for Art Exchange). Esta iniciativa realizou, finalmente, parte do longamente aguardado projeto de publicação da Coleção Fotográfica de Louis Agassiz no Brasil. Para a realização de tal intento, tivemos que perseverar frente a inúmeros obstáculos, a começar pela indecisão do Museu Peabody, que demorou quase seis meses para liberar ao final apenas parte da coleção (40 fotografias), ainda assim contra o pagamento de altas taxas em dólares. A demora ocasionou a perda de grande parte dos recursos levantados na Europa com vistas ao financiamento do projeto. Ainda ao final, tivemos pouco tempo para preparar um trabalho altamente complexo, que envolveu a colaboração de pesquisadores acadêmicos, artistas e militantes anti-racistas, do Brasil, da Finlândia, da Suíça e

da Macedônia, em uma publicação bilíngue, que além do mais apresentava uma coleção fotográfica de tipo racista, de alto impacto visual. O livro contou com a colaboração de artigos de John Monteiro, Flávio Gomes, Sasha Huber e Petri Saarikko, Hans Fässler e Suzana Milevska, além do meu. Todo o processo de elaboração deste livro, desde seus planos iniciais de 2003-2004, até a publicação, contei com a colaboração generosa de John Monteiro, que compartilhou comigo todas as etapas do trabalho e nele colaborou de inúmeras maneiras: elaborando o interessantíssimo artigo “Mr. Hunnewell’s Black Hands” (As Mãos Manchadas do Sr. Hunnewell”), traduzindo os textos meu e de Flávio Gomes para o inglês, revisando o texto em inglês de Suzana Milevska, entre muitas outras colaborações. Minha contribuição ao volume, intitulada “Traces of Agassiz in Brazilian Races: The Formation of a Photographic Collection” (Rastros de Agassiz nas Raças do Brasil: A Formação da Coleção Fotográfica”), apresenta um balanço conciso, embora denso, de mais de cinco anos de leituras a respeito da constituição de uma abordagem visual racializada e da apropriação do corpo enquanto suporte de traços raciais. O tema em questão vem crescentemente me interessando e começa a ser desenvolvido em diferentes trabalhos, à frente discutidos. Embora as dificuldades e, talvez, por causa delas, o trabalho proporcionou uma significativa ampliação de horizontes.

Assim, *Rastros e Raças de Louis Agassiz* é fruto de diferentes encontros e oportunidades, alguns quase inusitados. Em primeiro lugar, este livro apresenta, de maneira inédita, parte importante da Coleção Fotográfica Brasileira de Louis Agassiz. Ressalta-se que esta é a primeira vez que o Museu Peabody da Harvard University autoriza a publicação de uma série mais significativa desta coleção fotográfica, cujo contexto de produção, envolto em sérias questões de manipulação, poder e escravidão e cujos objetivos, conectados à defesa do poligenismo, do criacionismo e condenação da miscigenação, prescrevia que a instituição tomasse redobrados cuidados na divulgação da mesma. Em segundo lugar, este livro é produto da colaboração quase inesperada de profissionais de diferentes áreas. Incluindo historiadores, antropólogos, militantes anti-racistas, artistas, curadores e críticos de arte. A partir deste encontro, o livro começou a ser concebido como plataforma de contato e meio de divulgação de perspectivas de trabalho e de inserções no mundo distintas. Composto por textos propriamente acadêmicos, de crítica de arte e escritos militantes e auto-reflexivos, *Rastros e Raças* oferece ao leitor uma miríade de abordagens e reflexões por meio dos quais o leitor é levado a avaliar o conjunto de imagens que se encontram no centro deste livro. Ao mesmo tempo as imagens de autoria de Sasha Huber

inseridas ao longo do livro comentam o conjunto de fotografias de Louis Agassiz, propondo diálogos entre imagens do passado e do presente, assim desvelando aspectos das imagens racialistas de Agassiz que permaneciam impronunciáveis pelo texto escrito. Ao longo do trabalho as intervenções textuais e imagéticas vão se interpelando, estabelecendo diálogos, refletindo umas sobre as outras, construindo, desta forma, uma reflexão densa sobre as imagens racialistas de ontem e de hoje. Finalmente, é este um trabalho sobre o passado e o presente. Partindo do conjunto de fotografias raciais, de tipo somatológico e frenológico, características da fotografia antropológica do século XIX, o livro apresenta uma reflexão a respeito de como tais imagens, provenientes de repositórios de crenças e saberes científicos amplamente superados, continuam a assombrar a cultura visual e as políticas de rememoração e esquecimento do século XXI. O desvelamento dos contextos de construção da coleção, aliado à reflexão militante e à intervenção artística e performativa pretendem, assim, propor novas formas de leitura e de apropriação deste tão significativo quanto incômodo conjunto imagético. Entre outras, a ambição maior do livro é ser capaz de inverter a leitura destas imagens, permitindo, finalmente, que os homens e mulheres fotografados a quase um século e meio em nome da ciência e da raça, possam agora nos devolver um outro olhar, carregado de história, ação e transformação.

A exposição, ocorrida no Teatro de Arena, entre agosto e setembro de 2010, fez parte do circuito paralelo da 29ª Bienal de Artes de São Paulo, administrada pela ONG Capacete, dirigida por Helmut Batista (**Anexo XII**). Tanto a exposição quanto o livro têm recebido comentários da imprensa, como os artigos no jornal *Estado de São Paulo* (26 de agosto de 2010, Caderno 2 D3) e no *Diário do Amazonas* (14 de novembro de 2010). Atualmente planejo expandir o projeto em duas direções: uma primeira será a de replicar a exposição em outras instituições. No momento, Hans Fässler planeja a realização desta exposição no Museu de St. Gallen (Suíça) em 2012, da minha parte planejo inserir esta exposição no “Ciclo Roger Casement. Viajantes da Amazônia do Século XIX e XX: entre a Raça e os Direitos” a ser realizado no Centro Cultural Maria Antonia da USP, em meados do ano de 2011 e do qual participo do comitê organizador. Por outro lado, estou agora restabelecendo contato com o Museu Peabody, com vistas a liberar a coleção como um todo para futuras exposição e publicação de catálogo completo. Em janeiro de 2011, visitarei o Peabody pessoalmente com vistas a me reunir com os responsáveis pela coleção. E, em seguida, começarei a procurar linhas de financiamento compatíveis com a escala do projeto.

Retomando meus interesses sobre a questão da teoria em história, em 2006 participei do Seminário Internacional Memória e Cultura, organizado pelo SESC São Paulo, no qual apresentei conferência intitulada “A construção narrativa da memória e a construção das narrativas históricas: panorama e perspectiva”. Esta apresentação, em versão revisada, apareceu no livro, D. Miranda (org.), *Memória e Cultura. A importância da memória na formação cultural humana*, proporcionando-me uma excelente oportunidade para divulgar para os profissionais da área cultura ideias a respeito do caráter dialógico e não-essencialista da produção cultural (**Anexo VIII**).

Apesar da minha dedicação a temas e abordagens novas, desde minha livre-docência não negligenciei meus trabalhos de história social da escravidão e do pós-emancipação, pelo contrário, tenho procurado incorporar os conhecimentos adquiridos nesta outra linha de reflexão, para enriquecer minha abordagem de histórias de vida escravos – melhor dizendo, escravos e escravas, no limiar da abolição. Desde 2008, venho trabalhando em uma nova direção, a da reconstituição de biografias de escravos, libertandos e libertos, no limiar da abolição. Esta linha de pesquisa pode agora florescer devido ao amadurecimento da minha abordagem frente ao desafio da reconstituição da vida de escravos, libertandos e libertos, na qual o conceito de agência vem sendo fundamental. De difícil abordagem, o conceito de agência que venho me utilizando é fruto de anos de leituras teóricas, discussões e burilagem na prática da pesquisa e da redação. De difícil uso, o conceito de agência que venho me utilizando aparece cuidadosamente discriminado de uma abordagem voluntarista ou simplificadora, buscando sempre recuperar nos contextos específicos, as possibilidades da ação humana. No caso da escravidão e dos processos de precarização da liberdade que a acompanharam no Brasil, os quais assentam-se exatamente na aparente supressão da agência social do sujeito escravizado, libertando ou recém-liberto, a utilização deste instrumento analítico vem sendo cuidadosamente matizado, de forma a não encobrir a violência da escravidão e nem imputar aos escravizados, libertos e libertandos a responsabilidade de sua própria escravização ou dependência. Artigos como de W. Johnson, “On Agency” (*Journal of Social History*, 37:1, 2003) e o livro de Saidiya Hartman, *Scenes of Subjection. Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America* (Nova Iorque, Oxford, 1997) foram leituras importantes na instrumentalização profícua deste conceito fundamental à história social da escravidão e do pós-emancipação.

Um dos projetos em curso é o do aprofundamento das pesquisas a respeito do feitiçeiro liberto, Felipe Santiago, com vistas a reconstituir de maneira mais ampla sua biografia. Para tal, venho ampliando as pesquisas sobre esta personagem. A fase de redação, porém, ainda não foi iniciada. Uma outra biografia, a da Benedicta Maria Albina da Ilha, mulher livre/ Ovídia, escrava, já redundou na redação de um primeiro artigo longo, ora aprovado pela *Revista Afro-Ásia* e em revisão. O trabalho que vêm sendo desenvolvido com relação a reconstrução da biografia de Benedicta/Ovídia exemplifica, de maneira clara, com as minhas preocupações atuais ainda se conectam ao trabalho que iniciei com minha pesquisa de mestrado na década de 1980. O trabalho em questão tem como base documental um auto, o qual localizei originalmente na minha pesquisa de mestrado e tive a oportunidade de, na época, elaborar uma cópia xerográfica. Apenas em 2008 recomecei a pesquisar o tema, com vistas a elaborar uma biografia, na qual gênero, abolição e reflexão sobre a superação da escravidão caminhassem juntas. O primeiro resultado deste esforço se concretizou no artigo intitulado “Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: Benedicta Maria da Ilha, mulher livre/Ovídia escrava narra sua vida (Sudeste, 1880)” (**Anexo XII**). Trata-se este artigo que está baseado em um Auto de Denúncia de Redução de Pessoa Livre à Escravidão, no qual a justiça se empenhou em determinar se uma jovem apreendida em um comboio de escravos que se encontrava em 1880 em Taubaté, localidade do Vale do Paraíba Paulista, era livre ou escrava. A história de Benedicta Maria Albina da Ilha, mulher livre ou Ovídia, escrava coloca inúmeras questões que marcaram a última década da abolição no sudeste, tais como a construção das identidades sociais femininas no cativeiro e na liberdade, o deslocamento de escravas no contexto destes anos, o surgimento de políticas sanitárias de controle do trabalho doméstico, sobretudo da amamentação, a emergência dos discursos médico-raciais voltado para controle das mulheres advindas da escravidão.

A estratégia textual abraçada por este artigo é a de apresentar as diferentes narrativas que aparecem no Auto de Denúncia, permitindo que o leitor acompanhe como a identidade da personagem central deste artigo foi reiteradamente narrada segundo o ponto de vista de diferentes instâncias: a da própria jovem averiguada, a do senhor e, finalmente, a dos órgãos técnicos estatais, que começavam a emergir nos anos finais de vigência da escravidão como o novo espaço de autoridade e controle social dos egressos da escravidão. As narrativas de vida – de Benedicta e de Ovídia - reconstituídas a partir deste documento recuperam identidades sociais que se estabeleciam e se separavam nas sutis fronteiras entre a escravidão e a liberdade. A

comparação das possíveis vidas da jovem, como Benedicta e como Ovídia, apontam que, apesar de pouco distinguíveis, as vidas de mulheres livres afrodescendentes e de escravas e libertandas se distanciavam em um quesito fundamental. Embora vivessem vidas similares, submetidas aos mesmos tipos de trabalho e tratamento social semelhante, as mulheres livres gozavam do privilégio do deslocamento geográfico desimpedido, o qual lhes proporcionava a defesa ciosa de espaços afetivos e familiares mais autônomos. Às escravas, no entanto, ainda pesava o controle senhorial no ir-e-vir diário. Igualmente, procuramos apontar como a década da abolição, ao mesmo tempo que abria espaço para as demandas de liberdade, fazia emergir uma instância decisória técnica e cientificizante, alojada no estado, a qual viria a ocupar o espaço de autoridade anteriormente apropriado pelos senhores e sempre evocado a partir do mundo privado da gestão escravista. Diferentemente da posição senhorial, os órgãos estatais se referendavam por serem capazes de impor, em uma instância pública aparentemente neutra e por meio de uma linguagem técnica, renovadas formas de controle. Neste último ponto, nos voltamos para uma discussão a respeito da construção do corpo racializado às vésperas da abolição. Analisamos assim a emergência do sanitarismo, a obstetrícia e puericultura – que tão fortemente condenaram a amade-leite escrava –, os discursos médicos a respeito da sífilis, a medicina legal, tanto quanto a formação de técnicas modernas de controle das identidades pessoais, as quais recorrentemente se voltavam ao controle dos deslocamentos de libertandos, libertos e libertos do 13 de maio no período pós-abolição. Aqui, a discussão dos conceitos de raça, sempre levando em conta a maneira como ele se infiltra nas práticas do estado, médicas e nas relações sociais forma a base teórica na qual projeto a biografia de Benedicta/Ovídia, sem reduzir este processo a sua filiação a esta ou aquela teoria racial, muito menos a sua recepção mecânica pela sociedade brasileira da época.

Uma versão reduzida desta discussão deverá figurar no livro organizado por Flávio Gomes, Giovana Xavier e Juliana Barreto, *Mulheres negras, escravidão e pós-emancipação no Brasil*, (Alameda, 2011), ora em preparação. Este projeto deve se desdobrar em novos textos e a médio prazo pretendo publicar um livro de biografias destas personagens. Além disso, apresentei trabalhos sobre o tema em importantes eventos, tais como no Seminário Internacional "O Século XIX e as Novas Fronteiras entre a Escravidão e a Liberdade" no qual apresentei o trabalho "Biografia em Deslocamento: Benedita Maria da Ilha/Ovídia, escrava, narra sua vida (sudeste, 1880)", a convite da Série Bate-Papo, Latin American and Caribbean Studies (LACS),

Universidade de Michigan, EUA apresentei o trabalho, “Um Corpo, Uma Pessoa: Benedicta Maria da Ilha, mulher livre/Ovídia, escrava narra sua vida (sudeste, 1880)” e no I Simpósio Internacional de Estudos da Escravidão Africana no Brasil, a conferência, “Biografia: Raça e Gênero no Limiar da Abolição” (**comprovantes no Anexo XII**).

Este trabalho, ao permitir o encontro das minhas mais antigas preocupações – o da história social da escravidão e da abolição – com os estudos a respeito da representação racializada dos corpos, como produto do processo de reavaliação das relações sociais de poder no limiar das abolições, abriu muitas perspectivas de trabalho novas. Em meu projeto PQ-CNPQ ora em apreciação retomo esta questão. Em “A Construção de Identidades e Biografias no Limiar da Abolição: Corpo, Gênero e Raça” proponho a aprofundar minhas pesquisas nestas direções, reconstituindo biografia de escravos, libertandos e libertos, nas quais a dimensão do corpo, enquanto propriedade escrava e enquanto local de construção dos discursos raciais e de gênero, se entrelaçam em uma perspectiva que ilumina o surgimento de novas formas de controle social, via sanitarismo, medicina legal e recursos técnicos de identificação.

Outros trabalhos na linha da história social da escravidão e do pós-emancipação vêm sendo desenvolvidos, muitos em colaboração com Flávio Gomes. Ressalto os vinte anos de diálogos com o colega, e mais ainda, as recentes parcerias em livros e artigos. Sublinho os artigos que escrevemos em conjunto, especialmente os seguintes: “Interiorização e os quilombos em São Paulo, c. XVIII e XIX”, no prelo na *Revista Iberoamericana América Latina - España-Portugal* (Instituto Ibero-Americano, Berlim, el GIGA Instituto de Estudios Latinoamericanos, Dossiê: “Quilombolas e Índios Misturados”, 2011 (**Anexo X**), o artigo “Quilombos Volantes, Interiorização e Fugas em São Paulo, Séculos XVIII e XIX”, ora em apreciação pelo *Hispanic American Historical Review* (**anexo X**) e o capítulo de livro intitulado “Slavery and Social Movements in Nineteenth-Century Brazil: Slave Strategies and Abolition”, o qual figurará no volume editado por Flávio dos Santos Gomes, Olivia Cunha e Dale Tomich, intitulado *Plantations in the Americas: Material, Social, and Symbolic Landscapes* (State University of New York Press, 2011) (**Anexo X**). No momento, planejamos novos trabalhos conjuntos para os próximos anos.

Além disso, em 2009, publiquei o capítulo de livro intitulado “Teremos Grandes Desastres, se não houver Providências Enérgicas e Imediatas: A Rebeldia dos Escravos e a Abolição da Escravidão” no livro Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.), *Brasil Império, 1870-*

1889, vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, o qual buscou apresentar um balanço dos avanços de pesquisa alcançados nas últimas décadas com relação ao tema do Brasil do Império, colocando à disposição do leitor uma síntese do estado atual da arte em relação aos temas clássicos do período. Minha contribuição girou em torno da questão da abolição da escravidão e da precarização da liberdade que a acompanhou e teve como objetivo mostrar como a política emancipacionista, abraçada pelo estado, colocava o problema da emancipação na arena das relações particulares estabelecidas entre senhores e escravos. Desta forma, ao longo da segunda metade do XIX, mas com especial ênfase no período que vai de 1871 a 1888, os escravos transferiram uma enorme soma de recursos particulares – seus pecúlios – para as mãos de seus senhores, indenizando-os. Neste texto teço, igualmente, uma análise a respeito do papel das autoridades policiais nos confrontos ocorridos nos anos finais de vigência da escravidão, entre escravos e seus senhores (**Anexo VIII**).

Complemento relatando que, em 2010, conforme comentei anteriormente, a EDUSP lançou uma segunda edição revista e com novo prefácio de Flávio Gomes, do livro *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição* (**Anexo III**). A reedição deste livro veio a atender uma lacuna, uma vez que estando esgotado a muitos anos, o livro continuou a ser utilizado em cursos de graduação e pós-graduação em diferentes universidades brasileiras e estrangeiras. Além disso, também em 2010, a mesma editora EDUSP lançou a edição brasileira do livro *Brazil through the Eyes of William James*, com o título *O Brasil no Olhar de William James*, o qual foi totalmente revisado e recebeu uma amostra ampliada de imagens, proporcionando a oportunidade de no Brasil este trabalho já bem consolidado no meio acadêmico norte-americano (**Anexo VII**).

Sublinho que nos últimos anos me dediquei igualmente a publicar trabalhos em órgãos de divulgação científica, na forma de artigos e resenhas. Cito, por exemplo, os seguintes trabalhos: resenha do livro G. Horne, *The Deepest South*, intitulada “Uma Reviravolta no Tráfico de Escravos”, no jornal *Estado de São Paulo* (01/07/2007, D6); resenha do livro de F. Luna e I. Del Nero da Costa e H. Klein (orgs.), *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*, sob o título “Pesquisadores derrubam mitos sobre a escravidão”, *História Viva* (20/09/2009, ano VI); resenha do livro de W. Albuquerque, *O Jogo da Dissimulação*, com o título “Legitimidade da Abolição”, no jornal *O Globo*, Caderno Verso e Prosa (11/07/2009); “Feitiço e Sedução, resenha do livro de Gabriela Reis Sampaio, *Juca Rosa: Um Pai-de-Santo na Corte Imperial*; “Brasil, o sul mais

distante dos EUA”, resenha do livro de G. Horne, *O Sul mais Distante*, *História Viva* (01/11/2010); artigos “Algo mais que um paraíso”, *Revista de História da Biblioteca Nacional* (01/01/2010, vol. 52); em colaboração com Flávio Gomes, “Para Curar os Males”, *Revista de História da Biblioteca Nacional* (01/03/2010, vol. 54) e “Retratos da Segregação”, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, número especial *História das Ciências*, (01/10/2010).

Concluo esta parte do memorial ressaltando que os últimos cinco anos de minha carreira foram os mais produtivos de uma trajetória já longa, que se iniciou na década de 1980 e cuja primeira publicação remonta a 1987. Em termos de planos para o futuro, pretendo manter o mesmo nível de produtividade atingido nestes anos, realizando da melhor maneira possível os projetos apresentados anteriormente. Encontro-me, estou certa, no ápice da minha produtividade; os anos de pesquisa, docência e divulgação colaboraram para que eu amadurecesse, mantendo uma genuína curiosidade a respeito da história e uma renovada disposição para ampliar meus temas de pesquisa e leituras teóricas, sempre mantendo meu compromisso com uma história social engajada com as práticas sociais e com a problematização da agência histórica de escravos, libertandos e libertos.

Etapas da Carreira Docente

Iniciei minha carreira docente precocemente, quando eu ainda cursava a faculdade de História. Minha primeira colocação se deu no Colégio Santa Cruz, uma das mais renomadas escolas particulares de São Paulo, no segundo semestre de 1976, quando ofereci, como monitora, um curso de revisão de história geral para os alunos do terceiro ano colegial que se encaminhavam para o vestibular. Nesta ocasião, embora eu fosse uma professora completamente inexperiente, enfrentei uma classe de mais de quarenta alunos, poucos anos mais novos do que eu, e ansiosos por sanar as falhas e revisar o extenso programa de história exigido pelos exames vestibulares.

Em 1977, fui contratada como professora regular do curso colegial do Colégio Santa Cruz, aonde permaneci até o final de 1980. Nestes quatro anos de docência ministrei cursos de História Geral e História do Brasil, para todos os anos do curso colegial. Sendo esta escola uma das mais concorridas de São Paulo e tendo uma reconhecida reputação de escola de nível alto, a preparação dos cursos ministrados exigiram de mim uma enorme dedicação, sobretudo quando se considera que eu ainda era aluna da faculdade e, portanto, tinha que dar conta dos meus

compromissos como aluna de graduação. Considero que o curso de história antiga, que ministrei no primeiro colegial, e que preparei em conjunto com a Profa. Maria Cristina Wissenbach, também professora do colégio, e nos quais nos utilizamos de recursos didáticos variados, como a leitura das estórias em quadrinhos do Asterix, foi o mais enriquecedor da minha experiência didática desta fase.

Em 1981 permaneci por curto espaço de tempo como professora em colégios de segundo grau, particulares e do estado, sendo porém contratada como professora assistente do Instituto de Ensino Superior Senador Fláquer de Santo André, São Paulo. Nesta faculdade amalei a experiência docente que eu de fato almejava, ministrando cursos noturnos para alunos trabalhadores e de formação deficiente, mas que, no entanto, demonstravam um forte interesse pelo aprendizado e uma ânsia de instruir-se e de adquirir capacidade de crítica e reflexão social. Nesta faculdade ministrei cursos de História do Brasil – Colônia, Império e República – para a Faculdade de Estudos Sociais e curso de Antropologia para a Faculdade de Psicologia. Foi ministrando os cursos de História do Brasil que desenvolvi um primeiro programa pessoal, no qual, atendendo às características dos alunos, buscava tanto oferecer uma bibliografia básica, porém com acento nas discussões da história dos problemas sociais brasileiros. Neste curso utilizava-me de uma bibliografia composta tanto por autores consagrados como Caio Prado Júnior em *A Formação do Brasil Contemporâneo* e Emília Viotti da Costa em *Da Senzala à Colônia*, como me valia de manuais e antologias de artigos com enfoques mais gerais, como os contidos em *Brasil: Texto e Consulta*, organizado por Ricardo Maranhão e outros e *Brasil em Perspectiva*, organizado por Carlos Guilherme Mota, sempre buscando estabelecer problemáticas amplas, que contribuíssem no estabelecimento de contextos gerais da história do Brasil e que ajudassem a sanar a deficiência da formação básica dos alunos das faculdades particulares, sobretudo aqueles que se dispunham a ingressar no ensino básico por meio de cursos de curta duração como era o de Estudos Sociais. Já o curso de Antropologia, concebido para atender a faculdade de Psicologia, procurava enfocar as diferenças estruturais entre natureza e cultura, buscando estabelecer um primeiro campo de reflexão a respeito do estatuto da cultura e de sua produção nas diferentes sociedades. Neste curso eram utilizados como textos de leitura e discussão, capítulos escolhidos de livros como *As Estruturas Elementares do Parentesco* e *O Pensamento Selvagem*, de Claude Lévi-Strauss, *A Sociedade contra o Estado*, de Pierre Clastres, e *As Formas da História*, de Claude Lefort.

No segundo semestre de 1985, a mudança para Chapel Hill, Carolina do Norte, Estados Unidos, mencionada acima, marcou um ponto de interrupção da minha trajetória docente. Retornando ao Brasil nos finais de 1986, matriculei-me no programa de doutorado do Departamento de História da USP em 1987, dedicando-me no decorrer dos anos seguintes exclusivamente à minha pesquisa de doutorado.

Retornei à docência apenas em 1993 quando ministrei, durante o meu estágio de pós-doutorado realizado junto ao Departamento de História da USP, o curso de pós-graduação intitulado “Escravidão no Brasil e nas Américas: Tendências e Debates”. Organizado em temas, o curso colocou em discussão vários aspectos polêmicos do atual debate historiográfico, abrangendo questões referentes aos marcos teóricos, à formação dos campesinatos nas Américas, às religiões afro-americanas, à resistência, aos processos abolicionistas e à relação entre escravidão e nacionalidade. Este curso proporcionou uma oportunidade para discutir em sala de aula várias das proposições que vinha desenvolvendo em artigos publicados e em reuniões científicas. Ademais, permitiu a atualização de um interesse de longo prazo, iniciado durante a minha estadia nos Estados Unidos, o de inserir a experiência histórica da escravidão no Brasil dentro do contexto mais amplo e rico da escravidão nas Américas. Em 1994, ainda vinculada ao estágio de pós-doutorado, ministrei mais um curso de pós-graduação, este intitulado “Raça e Nação no Pensamento Social Brasileiro, 1822-1930”. Neste curso eu procurei instrumentalizar as reflexões derivadas do campo de pesquisa que eu havia passado a me dedicar no pós-doutorado, referente à história das ideias e das mentalidades no Brasil do Segundo Reinado, na qual eu me interessava pela reconstituição de um universo intelectual, debates ideológicos e vida privada das elites atuantes do período (**Anexo XI**). Ao mesmo tempo, me vali dos subsídios resultantes da minha participação, no decorrer do ano de 1993, nos seminários mensais de pesquisa, realizados no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e promovidos pelo Grupo de Estudos do Pensamento Social no Brasil, sob a direção do Prof. John Monteiro. Nestes, vários pesquisadores, provenientes das áreas da História, Sociologia, Antropologia e Ciência Política, interessados na história do pensamento social no Brasil, se revezavam na apresentação de seminários de leitura, nos quais se debatia autores seminais do pensamento social brasileiro.

No ano de 1995 fui contratada como professora substituta da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), ministrando cursos “História do Brasil: Império e República” para a Faculdade de História e “Formação do Brasil: República” para a Faculdade de Serviço Social.

No cursos de História do Brasil, oferecidos em dois semestres e organizados para atender as demandas dos alunos da Faculdade de História, organizei um rol de leituras e debates articulados em torno de temas da história social e política que buscavam estabelecer os nexos entre, por um lado, a problemática da formação do estado liberal, do conceito de nação e da produção de uma cidadania incompleta com a dinâmica social e os movimentos populares do período, por outro. A bibliografia do curso colocava em pauta textos teóricos, de abordagem abrangente, com leituras de textos de época e documentos, que eram utilizados pelos alunos como base para apresentação de seminários de leitura. Já o curso de “Formação do Brasil: República”, ministrado na Faculdade de Serviço Social, abordando o período de 1930 à 1970, voltava-se para o enfoque de temas mais gerais, como o do populismo, da organização dos movimentos sociais no campo, da formação do estado autoritário e da redemocratização, que objetivavam traçar um amplo perfil das questões mais candentes da História do Brasil no período (**Anexo XI**).

Aprovada, em primeiro lugar, no Concurso de Provas e Títulos realizado em novembro de 1995, iniciei as minhas atividades no Departamento de História da FFLCH da USP no primeiro semestre de 1996, na disciplina de América Colonial, na qual permaneci até 2007, quando me transferei para a disciplina de Brasil Independente. Em meu semestre inicial, ministrei dois cursos, um no Departamento de História e outro no de Ciências Sociais, para quatro turmas grandes. Na História, ofereci a matéria “América Colonial” para duas turmas de calouros, cada qual com mais de 80 alunos. Nas Ciências Sociais, as duas turmas do curso “História Política, Econômica e Social do Brasil” somaram mais de 250 alunos. O curso “América Colonial” foi oferecido de 1996 a 2007, com exceção dos anos de 2003 e 2004, quando eu me encontrava em estágio de pesquisa no exterior. O curso “História Política, Econômica e Social Geral e do Brasil” foi oferecido novamente no primeiro semestre de 1998 (**Anexo XI**).

O curso “América Colonial” teve por objetivo introduzir os alunos – majoritariamente estudantes ingressantes na Faculdade – não apenas à temática da colonização e do colonialismo, como também a conceitos e métodos instrumentalizados pelos historiadores desta área. Estruturado em torno de aulas expositivas e debates de textos, o curso exigia um volume de leituras bastante considerável, com ênfase numa bibliografia de história social, porém também incluindo algumas fontes da época colonial. Em termos temáticos, o curso buscava fornecer um quadro analítico para o encontro de culturas radicalmente diferentes e suas relações subsequentes no desenvolvimento de novas estruturas sociais e econômicas. Assim, para além do modelo de

dominação e da noção de estrutura sistêmica, procuramos através das aulas e da bibliografia de apoio sublinhar a noção de processo social, onde os diferentes agentes sociais desempenham um papel na história colonial. Neste quadro, discutimos as estratégias das lideranças e das populações indígenas diante do processo da expansão europeia, o papel de escravos africanos na construção e destruição dos sistemas escravistas, a emergência de novos atores sociais através do processo de etnogênese e, por fim, o desenvolvimento de elites dirigentes nas colônias e seus conflitos tanto com os segmentos subalternos quanto com as autoridades metropolitanas.

O curso de graduação “América Colonial” passou, ao longo dos anos, por constantes renovações de modo a atingir os amplos objetivos a que se propõe no exíguo espaço de tempo de um semestre letivo. Embora os objetivos do curso tenham se mantido desde 1996, os programas de cada curso enfatizaram a diferentes aspectos. Um dos desafios deste curso foi o de conseguir compatibilizar os temas da história dos índios com os relativos a uma história afroamericana, com a introdução do Caribe e outras áreas escravistas no curso. Nos anos de 2001 e 2002, por exemplo, optei por sublinhar as especificidades da organização das sociedades indígenas pré-conquista com a introdução de textos voltados para análise das sociedades pré-colombianas na Mesoamérica e Andes. O interesse maior desta abordagem foi o de elaborar os nexos entre formas autônomas e coloniais de trabalho, sociedade e vida cultural dos diferentes grupos indígenas, mostrando o sistema colonial como produto do encontro de culturas. Já em 2005 voltei a inserir ao curso temas e bibliografia sobre o Caribe, buscando enfocar aspectos da história social da escravidão como a formação de um protocampesinato negro nas Américas, a formação de uma cultura afroamericana, as revoltas de escravos e a Independência do Haiti à discussão. Uma seleção dos diferentes programas oferecidos neste curso se encontra no **Anexo XI**, oferecendo uma ideia sucinta da estrutura do curso.

O curso oferecido nas Ciências Sociais, primeiro em 1996 e novamente no primeiro semestre de 1998, apresenta um quadro amplo da formação histórica do Brasil, orientado para um público menos familiar com as cânones do estudo da história. Cobrindo, basicamente, os períodos da Colônia e do Império, este curso também exige bastante leitura por parte do aluno. O curso intercala uma bibliografia clássica com a historiografia contemporânea e busca também estabelecer um contraponto entre fontes de época e análises posteriores. Procurando traçar um painel amplo, o curso parte da ideia da construção de um conceito de América, passa pelas

questões suscitadas pela emergência de uma nova sociedade e desemboca na problemática da constituição de uma nação e da cidadania no século XIX.

No segundo semestre de 1997, em resposta a um convite das Profas. Sueann Caulfield e Rebecca Scott, do Departamento de História da Universidade de Michigan e do Center for African-American and African Studies e graças a uma bolsa da Comissão Fulbright, vinculada ao programa de “Scholar-in-Residence” (**ver comprovante no Anexo XI**), ministrei um curso no programa de história da Universidade de Michigan, em Ann Arbor, EUA. O curso, “Slavery and Abolition in Brazil: Current Themes in Comparative Perspective”, foi oferecido no nível de pós-graduação, porém com abertura para alguns alunos avançados de graduação, todos com interesses acadêmicos voltados para os estudos latino-americanos e caribenhos ou estudos afro-americanos. Assistido por dez alunos, o curso abordou temas clássicos e emergentes da bibliografia brasileira sobre a escravidão e a abolição, sempre estabelecendo um diálogo com os estudos caribenhos e norte-americanos. A tarefa de dar aula em outra língua apresentou-se como um grande desafio, porém transformando-se numa experiência enriquecedora do ponto de vista profissional e acadêmico. O programa deste curso encontra-se no anexo.

Desde 1999 passei a ministrar a disciplina optativa “História do Cotidiano”, para o qual venho desenvolvendo uma abordagem pessoal dos temas da história social da escravidão e do pós-emancipação que são analisados em sua dinâmica original, em sua projeção na história da construção da nação no XIX e na atualidade, enquanto temas constituintes dos movimentos políticos e de base. A ideia do curso começou a se desenvolver em 1999 quando organizei um programa intitulado “A Escravidão na História do Brasil”. O objetivo do curso era abordar os principais temas relativos à problemática da constituição, desenvolvimento e superação da escravidão no Brasil, a partir de um ponto de vista da história social da escravidão, que projetasse os escravos e seus descendentes como agentes históricos ativos. Além disso, busquei trazer as questões discutidas no âmbito historiográfico para a atualidade, procurando analisar como as problemáticas da história da escravidão e da emancipação têm se projetado como plataformas políticas dos movimentos negro e de base.

A abordagem inicial deste curso foi enriquecida com minha experiência no exterior. No decorrer do mês de fevereiro de 2003, à convite da Diretora do Latin American and Caribbean Program (LACS) da Universidade de Michigan, Prof. Dra. Sueann Caulfield, ministrei mini-curso interdisciplinar, aberto para todos os alunos da graduação e pós-graduação desta

universidade, com o tema “Slavery, Miscegenation, and National Identity: A View from Brazil”, no qual procurei apresentar, de forma temática, as peculiaridades da formação e sociedade escravista brasileiras, direcionando a discussão para um patamar comparativo com o sul dos EUA e Caribe, de forma a tornar mais visível os contrastes e especificidades brasileiros. O fato do curso ter tido 25 alunos, misturando aqueles apenas interessados pela cultura brasileira, mas estudantes de áreas variadas, com alunos de pós-graduação da área de América Latina e Brasil, tornou a gerência das discussões bastante desafiadora, exigindo muito do professor. O resultado final foi extremamente positivo, tendo o curso recebido avaliação estimulante tanto dos alunos quanto da direção do LACS, que creditou ao curso um papel positivo na divulgação da história do Brasil (**ver programa do curso no Anexo XI**).

A partir do curso desenvolvido no exterior reorganizei o antigo programa de “História do Cotidiano”, dando ênfase à questão das especificidades da construção de uma identidade nacional brasileira, sublinhando o papel da escravidão e da incorporação subsidiária da população afro-descendente no período pós-emancipação. O curso busca confrontar o processo histórico de construção das identidades nacionais homogêneas com a dinâmica da constituição das identidades de grupos sociais, baseadas em características étnicas, de gênero, raciais, entre outras, de forma a construir uma nova abordagem da formação do estado nacional (**ver programa no Anexo XI**). Por meio da análise dos contextos históricos que delinearam e redelinearam as principais questões sociais do Brasil, este curso examina alguns dos principais problemas que subjazem a construção das identidades sociais no Brasil. O objetivo principal do curso é desenvolver uma perspectiva crítica que considere a importância dos processos de reconfiguração cultural, tomados em sua dinâmica e criatividade, com vistas a iluminar as complexas relações entre as articulações do processo de formação de identidades de grupos sociais ou classes e o desenvolvimento da identidade nacional baseada no ideal da miscigenação. Por meio da análise dos contextos históricos que delinearam e redelinearam as principais questões sociais do Brasil, este curso examina alguns dos principais problemas que subjazem a construção das identidades sociais no Brasil. O curso pretende enfrentar três grandes questões: 1. Como a ausência de uma história comprometida com análise de gênero e com a crítica à interpretação paternalista- branqueadora que tem vigorado na história do Brasil ainda dificulta a compreensão das relações de poder na sociedade brasileira escravista e pós-escravista; 2. Como a história da ocupação alternativa da terra no Brasil pode subsidiar a abordagem de uma história

social comprometida com a recuperação da formação de um protocampesinato. Para tal fim este item do curso inicia analisando o sistema de roça de escravos, segue fazendo análise crítica dos quilombos, enfoca outras dinâmicas de ocupação informal da terra, como das terras de preto, de santo e de índios e desemboca na análise do movimento contemporâneo de legalização de terras de remanescentes de quilombos. Finalmente, o último item do curso enfoca a questão da raça e das teorias raciais no XIX e, em seguida, projeta o problema para a reflexão sobre como os conceitos de raça e racismo estão hoje colocados pelos diferentes setores da sociedade. Este curso vem despertando bastante interesse dos alunos, que têm respondido de maneira positiva ao desafio de refletir a respeito das opções historiográficas e suas consequências políticas e ideológicas.

Em 2007, quando o Departamento de História, seguindo as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” incorporou ao seu programa uma disciplina voltada para a formação de professores em História da África e dos Afro-descendentes, este curso foi credenciado como a disciplina atinente à diretriz, sob a rubrica “FLHO 426 - História da África e dos Afro-descendentes no Brasil: conteúdo e ferramentas didáticas para a formação de professores do Ensino Fundamental e Médio” e ministrado em 2007, com grande aceitação entre os alunos. Aproveitamos a oportunidade para incorporar ao programa uma série de materiais audio-visuais, textos didáticos, artigos da mídia e outros materiais da cultura popular, com o objetivo precípuo de sensibilizar o futuro professor para aspectos sutis das manifestações de comportamentos, opiniões e imagens subrepticiamente racializadas da cultura circundante. Nesta oportunidade, assistimos o marcante vídeo de Jane Elliot, *The Eye of the Storm* (ABC News, 1970), com vistas a abrir uma discussão a respeito dos aspectos comportamentais das manifestações sociais racistas e racializadas, as quais, muitas vezes, permeiam discursos aparentemente aceitáveis e progressistas.

Em 2008, me transferi para a disciplina de História do Brasil Independente, a qual me oferecia uma inserção mais direta em minha área de interesse principal, qual seja história social da escravidão e da abolição no contexto brasileiro. Este curso foi ministrado nos anos de 2008, 2009 e 2010, sempre em turmas vespertinas e noturna, tendo sido seus programas ajustados a cada ano (**ver programas no Anexo XI**). Este curso tem como objetivo analisar os processos históricos que marcaram a formação do estado no Brasil e a consolidação de uma economia

escravista nacional, no período que vai da Independência à República. O objetivo maior do curso é o de fornecer um quadro analítico para análise do século XIX em relação aos seguintes temas: 1. emergência das estruturas do estado e de uma burocracia estatal identificada aos princípios centralizadores do Império; 2. desenvolvimento de uma elite escravista e liberal e suas tensões frente ao estado; 3. expansão, restrição e estrangulamento da economia escravista, enfocando as tensões decorrentes do fechamento do tráfico de escravos, da política emancipacionista e do movimento da abolição, entre outras questões. Por meio do delineamento dos contextos político, econômico e social do XIX, o curso busca elaborar uma releitura do período, propondo perspectivas que ensejem uma abordagem da história social dos segmentos subalternos. Um dos principais objetivos do curso é o de analisar a história da construção do estado e da nação do ponto de vista da agência e resistência de escravos/as, forros/as, indígenas e homens e mulheres livres despossuídos. Embora a docência em História do Brasil do século XIX tenha propiciado que eu me coloque, em termos cotidianos, em contato direto com meus temas principais de pesquisa, o desafio de organizar e ministrar estes cursos não foi desprezível. O mero fato de eu ter que organizar um curso de Brasil do XIX como disciplina obrigatória, portanto cobrindo um amplo leque de questões, ao mesmo tempo imprimindo, à proposta, um recorte historiográfico significativo à história social como a venho praticando em minha carreira, apresentou-se como um desafio. Os cursos vêm sendo bem recebidos pelos alunos e seus programas, a cada ano, têm passado por processos de afinamento e renovação, de forma que os alunos possam ter contato com uma bibliografia atualizada.

Meus primeiros anos de docência junto ao departamento foram dedicados à graduação. No segundo semestre do ano de 2000, porém, ministrei meu primeiro curso de pós-graduação em História Social, intitulado “Viagens e Viajantes do Ocidente Moderno: a literatura de viagem dos séculos XVII, XIX e XX”, curso este voltado para a discussão da questão da viagem e do papel dos viajantes na constituição da modernidade. A problemática deste curso, a partir da qual ele foi concebido, parte da constatação de que, marcada por processos culturais complexos, como o da ilustração, do advento do cientificismo, do romantismo, da constituição de um *self* individualizado e das ideologias imperiais, a viagem e a literatura de viagem desempenharam um importante papel na constituição da modernidade. Possibilitando, por meio do deslocamento, a que viajantes e seu público – as sociedades envolvidas com os desafios da modernidade – refletissem a respeito de si próprias, a literatura de viagem, ao mesmo tempo, abria espaço para a

construção, por oposição, de um discurso sobre a alteridade e sobre o papel do ocidente no domínio, condução e absorção das sociedades não-ocidentais. O objetivo deste curso é analisar, em termos teóricos, históricos e da análise de textos, o estatuto da viagem e dos viajantes, no contexto da modernidade, por meio do estudo de uma seleção de viajantes e suas biografias, que percorreram a América Latina, África e Oriente entre os séculos XVIII e XX (**Anexo XI**). Assistido por pós-graduandos de diferentes áreas como da História, Antropologia, Ciência Política, Crítica Literária e Teoria Literária, o curso deu origem à formação de um grupo de seminário de caráter interdisciplinar, voltado para a discussão do tema “Literatura e História”. Tendo assumido a coordenação do seminário, organizei, no decorrer do ano de 2001, encontros mensais para discussão de textos e projetos dos participantes. O interesse despertado pela abordagem do tema e bibliografia inovadora manteve unido um grupo interdisciplinar de grande interesse acadêmico.

A partir de 2002, passei a ministrar o curso de pós-graduação “História e Narrativas: Novas Perspectivas”. Este curso tem como intuito oferecer subsídios teóricos ao estudante de pós-graduação em História e em outras áreas afins que estão interessados em trabalhar temáticas vinculadas ao encontro colonial, à construção das identidades e à análise dos discursos. O curso traz uma perspectiva teórica pluridisciplinar voltada para os debates da história em suas fronteiras e coloca em discussão uma bibliografia bastante atual, derivada dos *subaltern studies* e da perspectiva pós-colonial. O objetivo do curso é o de focar os processos sociais, ideológicos e discursivos que subjazem à construção das narrativas históricas, em termos da criação e recriação dos sujeitos e das identidades na história e suas relações com a questão da dominação, da apropriação narrativa e do gênero. O curso já foi ministrado por três vezes, tendo tido boa acolhida dos alunos de História Social e de outras áreas, como antropologia, crítica literária e literatura inglesa. Neste sentido, ressalto a parceria e o diálogo que estabeleci com os professores de Língua e Literatura Inglesa – Prof. Lynn Mário Trindade Menezes de Souza e Profa. Laura Izarra – com os quais tenho intercambiado alunos e palestras. O diálogo vem sendo muito frutífero, demonstrando a validade de uma perspectiva multidisciplinar.

Em 2008, seguindo a diretriz pessoal de renovar constantemente os cursos de pós-graduação por mim ministrados, organizei o curso “A Abolição da Escravidão e a Construção dos Conceitos de Liberdade, Raça e Tutela nas Américas”. Neste procurei me fixar em uma bibliografia mais claramente historiográfica, afinando o foco para a análise de processos sociais

amplos atinentes às abolições do tráfico de escravos e da escravidão, ocorridas nas Américas, em uma perspectiva mais longa, procurando atrair alunos que pesquisassem especificamente estes temas. Dos finais do século XVIII, passando pelas abolições do tráfico de escravo e processos de emancipação e pós-emancipação, as diferentes sociedades da América escravista produziram ideias, conceitos e projetos que refletiam a respeito da liberdade dos afrodescendentes. Senhores de escravos, seus ideólogos e os ascendentes estados nacionais, juntamente com os cientistas naturais, viajantes e pensadores sociais procuraram conceituar os lugares geográficos e sociais nos quais os afrodescendentes poderiam gozar de uma liberdade restrita e tutelada. Ao mesmo tempo, escravos, libertos e outros grupos sociais menos comprometidos com a escravidão buscaram requalificar o conceito de liberdade colocado em pauta pelas elites, preenchendo-o com significados políticos, sociais e culturais amplos e variados. O objetivo deste curso é refletir sobre o processo de emancipação dos escravos nas Américas, a partir do ponto de vista da história social e das ideias, com especial ênfase no Brasil, nos Estados Unidos e, em menor escala, no Caribe. Para tal, o curso coloca em discussão uma bibliografia recente sobre os temas das abolições, processos de emancipação dos escravos e conceitos de raça/clima e mestiçagem no período, tomados como indicadores das diferentes percepções sociais a respeito da inserção/exclusão dos libertos nas sociedades americanas pós-emancipação. A reflexão sobre os processos de emancipação e abolição da escravidão colocada em pauta por este curso pretende, assim, ampliar a compreensão do significado histórico das abolições e da agência dos afrodescendentes na construção deste processo. De maneira geral, este curso responde ao desafio de analisar os processos de abolição dos escravos nas Américas para além de seu enquadramento como movimento restrito ao âmbito das políticas formais e sob controle das elites. Por meio da leitura de uma bibliografia atinente a temas variados, tais como ciência natural, antropologia, fotografias, literatura de viagem, romances, diários, cartas, processos criminais e outros relatos, o curso pretende realizar uma análise amplificada dos processos de emancipação dos escravos nas Américas, alargando a compreensão das abolições como processos sociais multifacetados e complexos. Localizando sua discussão para além das esferas públicas do estado e políticas de mão-de-obra, este curso pretende discutir como as abolições foram precedidas e acompanhadas por profunda reconfiguração das percepções sociais sobre o lugar dos afrodescendentes nas sociedades pós-emancipadas. O curso foi ministrado novamente no segundo semestre de 2010, já

com uma programação de aula e bibliografia renovadas (**ver no Anexo XI os programas de 2008 e 2010**).

De novembro a dezembro de 2008, atendendo ao convite do Latin American and Caribbean Studies e do Departamento de Romance Languages da Universidade de Michigan (Ann Arbor, MI, EUA) ministrei, simultaneamente em português e em inglês, o curso intitulado, “Visões da Escravidão, Abolição e Pós-Emancipação: do ideal da mestiçagem à emergência dos movimentos sociais afrodescendentes na sociedade brasileira atual”. Este programa, voltado para o aluno norte-americano proficiente em português, enfocou o velho problema da mestiçagem em uma moldura que buscava reavaliar os processos de inserção e exclusão ocorridos no Brasil, da formação do estado nacional aos inícios do século XXI, procurando, desta forma, sublinhar as especificidades do processo brasileiro. No Brasil, o processo de constituição da identidade nacional esteve fortemente vinculado à integração dos afrodescendentes, a ser alcançada pela mestiçagem. Tão aplaudida quanto criticada como mera fachada de uma sociedade racista e excludente, a mestiçagem mantém-se, até os dias hoje, como questão fundamental à sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, tanto no passado quanto nos dias atuais, discussões sobre a pureza “racial”, cultural e religiosa também se fizeram presentes, sobretudo com relação as manifestações culturais afrodescendentes. Por meio da análise de fontes diversas, como literatura, literatura de viagem, representação imagética, textos antropológicos e historiográficos, é objetivo deste curso apresentar alguns dos caminhos interpretativos por meio dos quais a sociedade brasileira, da escravidão ao período pós-emancipação, considerou a miscigenação como base do desenvolvimento de uma identidade nacional, ao mesmo tempo em que manteve a valorização do ideal da pureza cultural. Trazendo esta discussão para a atualidade, o curso aborda também como os movimentos sociais vêm propondo uma visão mais complexa da sociedade brasileira, baseada na diversidade étnica e cultural, ao mesmo tempo em que o ideal miscigenador persiste como tema recorrente. Sem pretender ser exaustivo, este curso apresenta algumas das linhas de discussão que têm orientado o debate sobre mestiçagem/integração/autonomia cultural dos afrodescendentes na sociedade brasileira. Tais discussões se apresentam centradas em três temas: um primeiro, na emergência do conceito de raça e de mestiçagem; um segundo, no processo de formação de uma cultura camponesa afro-brasileira e nos atuais movimentos sociais de reconhecimento de quilombos; e um terceiro, na discussão do candomblé enquanto manifestação cultural e religiosa “pura”. Pela exigência de leituras complexas em

português, o curso recebeu apenas 6 estudantes, mas foi também acompanhado pelo Prof. Jean Hébrard, naquela altura professor visitante do Departamento de História da mesma universidade (**Anexo XI**).

O balanço de trinta anos de docência – interrompido pelos períodos em que gozei de bolsas de estudo – no ensino médio, superior privado e público, dentre estes 15 anos de docência no Departamento de História como docente concursada (afora 1 ano de docência no Estágio de Pós-Doutorado) têm me mostrado que a docência é uma das atividades mais desafiantes e recompensadoras da carreira.

Orientação de Alunos e Supervisão de Pós-Doutorado

Uma das mais importantes atividades a que venho me dedicando desde o meu ingresso no Departamento de História é a orientação de alunos. Desde que me credenciei como orientadora no Programa de História Social deste departamento já concluí a orientação de 16 trabalhos, sendo 10 mestrados e 6 doutorados. Desta orientação já surgiram 7 livros (sendo 2 no prelo) e diversos artigos em revistas científicas, publicadas por estes orientandos. Além disso, tenho colaborado com a formação de quadros acadêmicos, uma vez que diversos ex-orientandos estão hoje bem profissionalizados, como Alexsander Gebara, professor de História da África na UFF (RJ) desde 2007, Sandra Molina, professora titular de Relações Internacionais na Universidade de Ribeirão Preto (SP), Luiz Vailati, professor de História da Arte na Faculdade de Belas Artes da FAAP, desde 2006, entre outros. Atualmente oriento 2 mestrandos e 8 doutorandos, todos em História Social e focados em temas ligados à história social da escravidão e do pós-emancipação, história das ideias científicas e raciais, história social das ideias e da cultura. Acrescento que reputo minha atividade como orientadora, uma das principais tarefas a que tenho me dedicado, tendo sempre o cuidado de acompanhar de perto cada uma das pesquisas sob minha orientação, oferecendo sugestões e bibliografia, ao mesmo tempo procurando não tolher a criatividade de cada aluno/a. Além disso, venho estimulando os alunos de todos os níveis a buscarem documentação original e abordagens renovadas. Para realização de tal intento venho incentivando a execução de estágios de pesquisa de mestrando e doutorandos em universidades estrangeiras. Posso afirmar que tenho alcançado estas metas, como se pode comprovar da análise das orientações concluídas e em andamento a frente descritas.

Orientações Concluídas: Mestrados

Enidelce Bertin, dissertação de mestrado em História Social, intitulada “Alforrias em São Paulo do Século XIX: Entre a Conquista Escrava e o Paternalismo Senhorial”, concluída em 2001, com bolsa FAPESP. O trabalho foi agraciado com a publicação na série teses do Departamento de História, aparecendo publicado sob o título *Alforrias na São Paulo do XIX: Liberdade e Dominação* (São Paulo: Humanitas, 2004), no qual consta prefácio de minha autoria (**ver Anexo XIV**). Este trabalho veio a suprir uma lacuna historiográfica, apresentando uma pesquisa densa a respeito das cartas de alforria, registradas nos cartórios paulistanos, entre os anos de 1800 e 1888. Depositadas até os dias de hoje no Primeiro e Segundo Cartórios da capital, as 1105 cartas de liberdade que compõem o fundo documental deste livro são relativas sobretudo à cidade de São Paulo (embora na série pesquisada se encontre, também, um conjunto de cartas que, embora legalizadas em notários paulistanos, na verdade, haviam se originado nas áreas rurais da província) e espelham, com grande clareza, a complexidade do sistema escravista, principalmente urbano, que se desenvolveu na São Paulo do XIX. Por meio das alforrias, este trabalho documenta como a escravidão vicejou, penetrou na vida cotidiana de amplas camadas paulistanas, enfrentou as mudanças ocasionadas pelas leis e movimentos abolicionistas para, finalmente, desaparecer sob o comando de um discurso paternalista e excludente dos antigos escravizados/as das benesses da modernização. Desta forma, as cartas de alforria, analisadas em *Alforrias na São Paulo do XIX: Liberdade e Dominação*, tornam-se guias para releitura da história da escravidão em São Paulo. O trabalho de Enidelce conduz o leitor às entranhas do poder dominial, aos segredos escondidos nas entrelinhas das declarações senhoriais, contidas nos textos da carta de liberdade, que insistiam em reafirmar a decisão e bondade dos senhores no ato do alforriamento, para contradizer-se de mil e uma maneiras, como ilustram as passagens de cartas de alforrias que aparecem neste trabalho. Deslindando pioneiramente os mecanismos de alforria da cidade de São Paulo, o livro de Enidelce tornou-se referência na área.

Alexsander Lemos de Almeida Gebara, dissertação de mestrado em História Social, concluída em 2001, com bolsa CAPES, sob o título “A Experiência do Contato. As Descrições Populacionais de Richard Francis Burton”. Este trabalho realizou uma leitura crítica cuidadosa de diferentes obras do viajante inglês Richard Burton, sobretudo daquelas publicadas no período de 1851 a 1869, voltando-se com especial ênfase para a análise da parte referente às descrições populacionais. Os relatos de viagem analisados referiam-se a suas viagens à Índia, Península Arábica, África Ocidental, Central e Oriental e Brasil. O objetivo do trabalho era acompanhar ao

longo do período proposto, as mudanças e permanências dos parâmetros descritivos da população adotados por R. Burton, sobretudo com relação aos conceitos de raça, clima, civilização, mestiçagem e contato entre “civilizações”. A par disso, o trabalho se preocupou em analisar a antropologia e a etnologia inglesa do período, procurando mapear as diferentes influências destes nascentes ramos do conhecimento sobre o pensamento de Burton. O trabalho adquiriu importância na medida em que foi capaz de mostrar que as descrições de Burton, mais do que se conectarem a alguma linha teórica ou teoria racial específica, oscilavam conforme o local descrito. Tal característica parece ter sido uma constante nos textos da maior parte dos viajantes do período os quais utilizavam-se de um amplo espectro de ideias, conceitos e opiniões, sem necessariamente se comprometer com nenhum deles. Assim, tratando da sociedade hindu, é possível perceber que a construção de Burton apresenta a população dentro de um conjunto de costumes reguladores, que permite considerá-los de alguma maneira como civilizados, ainda que esta civilização apareça como estática e atrasada, dentro dos moldes da construção orientalista. Além disso, ao descrever certos grupos tribais, dados como selvagens, Burton os descreve positivamente devido à sua suposta pureza. Aqui surge claramente um dos conceitos mais estáveis em sua obra, qual seja o da pureza dos bárbaros em contrapartida à deterioração ocasionada pelo contato e mestiçagem. Embora tais conceitos se mantenham relativamente estáveis em suas descrições da Península Arábica, eles não se mantiveram em relação a suas viagens na África. À medida em que Burton se interna nas sociedades africanas, suas descrições tornam-se mais ambivalentes e racialistas, pontuadas por conceitos de poligenia, infância, primitivismo e ausência de história e civilização. Nesta ocasião, o contato entre ocidentais e grupos nativos aparece, pela primeira vez, como positiva, possibilitando certa civilização dos africanos. Uma parte deste trabalho de mestrado apareceu como artigo na *Revista de História*, n. 149, 2004, sob o título “As Representações Populacionais de Richard Burton: uma análise de suas representações” e serviu, principalmente, para instrumentalizar seu autor para partir para uma análise mais aprofundada e complexa da atuação de Burton na África.

Débora Michels Mattos, dissertação de mestrado em História Social, concluída em 2002 com bolsa CNPQ, intitulada “Fora do Arraial. Lepra e Instituições Asilares em Santa Catarina, 1940-1950”. Este trabalho encontra-se no prelo com o mesmo título da dissertação (Itajaí: Casa Aberta, 2011). Em seu trabalho, Débora, em primeiro lugar, aborda a constituição de um imaginário acerca da “lepra”, o qual justificou, da Antiguidade à Idade Média, que esta doença

fosse enfocada como especialmente assustadora. Embora a partir do XIX esta doença tenha passado a ser vislumbrada sob a ótica da cura, as estratégias abraçadas com vistas a combatê-la continuaram sendo pautadas por práticas de exclusão. No Brasil, esses instrumentos se fizeram presentes no século XX, a partir dos anos 30, quando instituições de controle e confinamento foram edificadas em todo o país. Amparadas num discurso caritativo, higienista, profilático e nacionalista, duas categorias de instituições foram construídas: de um lado, os hospitais colônias, voltados à reclusão dos doentes; de outro, os estabelecimentos preventoriais, destinados à sua prole sadia. Tendo como pano de fundo o movimento nacional de combate à “lepra”, o trabalho de Débora analisou o caso de Santa Catarina, embora seu panorama de análise tenha se tornado realidade em todo o país no período, no qual vigia medidas voltadas para a exclusão do doente e de seus familiares. O trabalho analisou a construção das instituições asilares, sobretudo do Hospital Colônia Santa Teresa e do abrigo preventivo Educandário Santa Catarina durante os anos de 1940 a 1950, discutindo seus objetivos, suas constituições físicas e organizacionais, seus mecanismos de persuasão, seus instrumentos disciplinares e, além disso, os saberes ali produzidos, salientando as táticas de enfrentamento e as formas de adequação ao sistema daqueles que o integraram. Embora distante em termos de período do foco principal dos meus interesses de pesquisa, o trabalho de Débora enfocou temas convergentes, como doença, sanitarismo, história social das práticas e cuidados médicos. Mais ainda, o interesse de Débora por uma história social da doença e das práticas e cuidados médicos acabou se enraizando em uma perspectiva mais ampla. Atualmente esta aluna desenvolve seu doutorado a respeito de práticas médicas e de cura atinentes à população afro-descendente de Santa Catarina.

André Rosemberg, dissertação de mestrado em História Social, concluída em 2003, bolsa CAPES, intitulada “Processos Sociais e Justiça em Santos na Década de 1880”. Este trabalho foi agraciado com o prêmio de publicação pela Série Teses do Departamento de História, aparecendo publicado sob o título de *Ordem e Burla. Processos sociais, escravidão e justiça em Santos* (São Paulo: Alameda, 2006), no qual consta prefácio de minha autoria (**Anexo XIV**). Neste trabalho, Rosemberg realizou o levantamento e fichou todos os processos criminais de Santos na década de 1880. A organização e análise historiográfica deste material permitiu que o trabalho apresente uma abordagem diferenciada de um momento de transição da cidade portuária e de seus habitantes. A análise empreendida neste trabalho filia-se, em primeiro lugar, a uma abordagem compromissada com a recuperação, por meio da documentação criminal, da

historicidade da vida social das camadas populares, formadas tanto por escravos e libertos quanto por imigrantes, emprestando-lhe a agência histórica que lhes cabe. Para tal, o autor elaborou uma minuciosa reconstituição da vida dos trabalhadores e trabalhadoras pobres que transitavam pelas ruas barulhentas de uma cidade caótica, insalubre e precária em todos os aspectos. Nesta pesquisa André recupera a organização social e a delimitação de uma ética dos pobres, a qual mantinha-se alheia aos ditames de um aburguesamento seletivo, que rejeitava os precários modos-de-vida dos despossuídos. Assim, se apresenta este como um guia instigante para uma releitura dos inícios do processo de modernização e construção do espaço público liberal na Santos da transição entre o Império e a República, sob o ponto de vista da vivência das camadas populares. Por seu turno, o processo criminal é entendido neste trabalho como um feixe de discursos construído pela instância jurídica, cujo objetivo, para além de produzir uma verdade sobre crime, objetiva inserir o ato criminalizável numa instância discursiva normalizadora. O autor chama a atenção para as várias vozes que interferiam na organização deste feixe discursivo, vozes estas provenientes de instâncias múltiplas acomodadas sob o guarda-chuva jurídico, evidenciando a carga ideológica presentes nos autos. Assim trabalhados os autos sugerem uma direção que corre em sentido diverso àquele que tem sido aceita até o momento por historiadores e sociólogos, que sublinha a distância histórica intransponível entre a justiça brasileira e os pobres. Tomando o viés contrário, o autor acredita que a justiça naquela década de 1880 funcionava como uma instância mediadora de resolução de conflitos do dia-a-dia, estando, em certo sentido, próxima da vida dos populares. A par desta abordagem, o autor se interessou por enfocar o processo de construção da instituição policial na Santos dos anos de 1880, o que o livro realizou por meio da reconstituição dos comportamentos da polícia na repressão à criminalidade popular, registrados na parte inquisitória dos autos. Este interesse de pesquisa se desdobrou para o doutorado, discutido à frente.

Leonel de Oliveira Soares, dissertação de mestrado em História Social, concluída em 2004, bolsa CAPES, intitulada “No Caminho dos Goiaes: formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi Mirim do século XIX”. Este trabalho se caracterizou por realizar uma pesquisa excepcionalmente ampla e complexa, analisando todos os inventários e testamentos do Cartório de Primeiro Ofício de Mogi Mirim, contendo 1084 inventários. Além disso, a pesquisa foi complementada por fontes diversas, como listas nominativas, documentação de diferentes instâncias administrativas, literatura de viagem, entre outras fontes. Esta dissertação

enfocou a formação e desenvolvimento da economia escravista na região de Mogi Mirim, no período que vai de 1836 a 1880, porém fazendo incursões no período anterior. O trabalho discute como a economia local dos finais do século XVIII, baseada na economia de subsistência, participou do abastecimento do mercado interno, promovendo uma primeira capitalização. Em seguida, este trabalho mostra como, posteriormente, no decorrer do século XIX, a região voltou-se fortemente para o mercado exportador, o qual justificou a formação de uma economia escravista propriamente dita na região. O trabalho apresenta também uma discussão demográfica da região, baseada nas listas nominativas habitantes. A análise demográfica vem a complementar os dados dos inventários post-mortem, os quais forneceram a base deste trabalho voltado para o estudo da economia, estrutura de posse dos escravos e das características demográficas das populações livre e escrava da região. Por meio da elaboração de tabelas e quadros quantitativos das informações retiradas dos inventários e listas nominativas, o trabalho apresentou uma série de análises comparativas sincrônicas e diacrônicas que recuperam a dinâmica da formação de uma economia escravista cafeeira tardia na Província de São Paulo. Tendo se iniciado como um trabalho de história social da escravidão, este mestrado acabou realizando uma pesquisa de história econômica e quantitativa. Os motivos desta mudança encontram-se em nossa constatação da impossibilidade de se construir a perspectiva almejada sem que fossem realizados primeiramente estudos sobre a feição sócio-econômica da região, fornecendo o contexto que permitisse o aprofundamento da pesquisa em direção as relações escravistas aí vigentes.

Priscila Lima Alonso, dissertação de mestrado concluída em 2006, sob o título “O Vale do Nefando Comércio: o contrabando de escravos no Vale do Paraíba paulista entre 1850-1860”. Utilizando-se de uma variada gama de documentos tombados em diferentes arquivos e museus do Vale do Paraíba e de São Paulo, como processos crime de responsabilidade, ofícios diversos, ofícios reservados e correspondências trocada entre diferentes autoridades locais e a Presidência da Província, o trabalho de Priscila analisou como o Vale do Paraíba paulista continuou a receber africanos tanto após a proibição da lei de 1831 como depois da lei de 1850, isto é, pelo menos até 1860. Argumenta Priscila neste trabalho que algumas regiões do Vale do Paraíba paulista teriam se tornado os grandes entrepostos escravistas do período, justificando, assim, a existência de enormes plantéis. Este trabalho procura historiar como após 1831 o tráfico de escravos foi paulatinamente se estruturando enquanto atividade ilegal ou semi-legal, emergindo após 1850 com vasta experiência na ilegalidade. Neste trabalho Priscila mostra igualmente como a

complacência ou ativa cumplicidade das autoridades policiais e judiciárias locais foi fundamental para a sobrevivência do tráfico ilegal. Mais interessante ainda, este trabalho mostra como, além da elite fazendeira local que diretamente enriqueceu por meio do tráfico ilegal, a população também foi conivente com esta atividade, aliando-se direta ou indiretamente aos envolvidos. Neste sentido, sugere Priscila que os fatores que mais contribuíram para a perenidade do tráfico ilegal no Vale do Paraíba foram as fortes redes clientelísticas que existiam entre a elite plantadora, autoridades, políticos locais e famílias poderosas da região. Essas fortes alianças garantiram a permanência dos interesses locais (que envolviam o tráfico de africanos e a escravidão) e garantiram a impunidade dos réus. Desta forma, o mestrado de Priscila apresentou-se como uma contribuição significativa para o aprofundamento dos conhecimentos a respeito do tráfico legal e ilegal no XIX na região, da escravidão em si no Vale do Paraíba paulista, história das famílias, com suas redes de parentesco e vizinhança solidarizadas em torno da manutenção do cativeiro e da estruturação de uma atuação policial e jurídica clientelística conivente com a manutenção do tráfico e da escravidão de cativos ilegalmente mantidos em cativeiro.

Thaís Helena dos Santos Buvalovas, dissertação de mestrado em História Social, concluída em 2007 sob o título “O Diário da Minha Viagem para Filadélfia. Impressões de um ilustrado luso-brasileiro na América (1798-1799)”. Este trabalho foi aprovado para publicação pelas editoras Alameda e Hucitec e encontra-se no momento no prelo pela Editora Hucitec. Estamos solicitando auxílio publicação da FAPESP. No entanto, a editora já sinalizou que se interessa pela publicação do trabalho mesmo na ausência de financiamento externo. O trabalho de Thaís analisou o *Diário de Minha Viagem para Filadélfia*, de autoria de Hipólito da Costa, procurando recuperar como o jovem jornalista, então com 24 anos de idade, construiu suas representações a respeito dos Estados Unidos. Embora as pesquisas sobre Hipólito da Costa sejam abundantes, o tema da viagem aos Estados Unidos permanecia pouco explorado. Justificou-se esta viagem como parte de um ambicioso projeto desenvolvido pela coroa portuguesa com vistas a buscar subsídios para modernizar a economia colonial dos finais do XVIII. Temas como escravidão, abolição e inserção dos afro-descendentes na sociedade norte-americana livre do norte é um dos temas de análise de Thaís. Outro tema chave nesta análise é o da liberdade e representação política contrapostos à tirania e escravidão (entendida aqui como metáfora política). Acompanhando as experiências norte-americanas de Hipólito da Costa – com grupos dissidentes, quacres e maçônicos, sobretudo – Thaís conclui o trabalho de maneira muito

original, oferecendo uma nova leitura da inserção de Hipólito e do *Correio Braziliense* em seu tempo e contexto. Cotejando as conclusões provenientes da análise do diário de Hipólito nos EUA, com as ideias emanadas por ele em outros escritos posteriores, sobretudo no *Correio Braziliense*, Thaís sugere uma releitura das filiações políticas e ideológicas do jornalista, vinculando-o mais ao pensamento anglo-saxônico do que ao luso-português, mais à maçonaria do que à igreja e mais ao whiggismo do que à ilustração portuguesa. As ideias que aqui começaram a ser delineadas encontraram uma continuidade bastante fértil na pesquisa de doutorado, ora em andamento. Esta pesquisa reforçou uma linha de orientação a respeito da construção das narrativas de viagem sob o ponto de vista de uma história atlântica e de uma história social das ideias e de sua circulação.

Christina Rostworowski da Costa, dissertação de mestrado em História Social, concluída em 2008, bolsa CAPES, intitulada “O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e sua Viagem ao Brasil, 1815-1817”. Este trabalho baseou-se na análise do livro de autoria de Wied-Neuwied, *Viagem ao Brasil*, publicado na Alemanha em 1820, tendo como tema a viagem empreendida pelo seu autor nos anos de 1815 a 1817, nas então províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Em suas andanças, o príncipe interagiu com diferentes grupos indígenas, mas se tornou conhecido por sua descrição dos botocudos, considerados então os indígenas mais selvagens da colônia. Preocupou-se este trabalho, mais uma vez, em analisar uma narrativa de viagem, da pena de um viajante bem conhecido e relativamente bem estudado, sob um novo ponto de vista. Interessava-nos nesta oportunidade reconstituir o processo de construção da narrativa de viagem em questão a partir do ponto de vista da relação desenvolvida pelo Príncipe Wied-Neuwied e seu guia, capataz, amigo e, possivelmente amante, o índio botocudo Guack. Buscava-se, portanto, reconstruir a narrativa do príncipe sob a ótica de seus interrelacionamentos, sublinhando os processos dinâmicos de construção de discursos nos quais viajantes e nativos interagem formando redes narrativas que, construídas nas zonas coloniais e de fronteira, são, em seguida, apropriadas por europeus e apresentadas como frutos do conhecimento ilustrado. Mais uma vez aqui, o ponto de vista primordial era o da negação das distâncias entre viajantes e nativos e do processo construção de conhecimentos pelos europeus ilustrados sobre o mundo colonial como um processo unilateral, no qual a colônia aparece apenas receptora. Procurou-se mostrar como a narrativa de Wied-Neuwied incluía, reforçava e se apropriava de padrões aceitáveis os conhecimentos oferecidos pelos seus interlocutores,

sobretudo indígenas, mostrando que antes do que receptores passivos do conhecimento europeu ilustrado, os grupos indígenas eram ativos produtores destes discursos e de saberes. Apropriados e colocados sob padrões aceitáveis ao público europeu, a influência dos interlocutores era cuidadosamente elidida.

Maria Clara Sales Carneiro Sampaio, dissertação de mestrado em História Social, concluída em 2009, com o título “Fronteiras Negras ao Sul: A proposta dos Estados Unidos de colonizar a Amazônia Brasileira com afrodescendentes norte-americanos na década de 1860”. O trabalho de M. Clara tem como base a análise da negociação entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos – este último representado por seu Ministro Plenipotenciário lotado na embaixada no Rio de Janeiro, James Watson Webb – no que toca a proposta norte-americana de constituição de uma empresa binacional de colonização para Amazônia, proposta ao governo brasileiro em 1862. A peculiaridade de tal proposição era que a população alvo do empreendimento, os colonos em questão, eram os afro-descendentes livres ou em vias de emancipação provenientes de diversas regiões dos Estados Unidos. Este projeto foi apresentado ao Ministério dos Estrangeiros do Brasil, chefiado pelo então Ministro de Estado, Marquês de Abrantes, em maio 1862 e poucos meses depois o Imperador Pedro II mandou responder negativamente. A questão principal deste trabalho refere-se às relações estabelecidas entre os Estados Unidos da era da Guerra Civil, sobretudo no decorrer do governo de A. Lincoln e o império brasileiro. O objetivo maior do trabalho foi o de enfocar um tema praticamente negligenciado na história da América e do Brasil em particular, qual seja a dos interrelacionamentos existentes entre os dois países em torno dos problemas da escravidão e da abolição, refletindo sobre as diferentes maneiras nas quais os dois países visualizaram o lugar dos afro-descendentes livres e libertos no mundo pós-escravidão. Para os EUA, a tendência sempre havia sido a de considerar como danosa a convivência entre brancos e negros livres, fato que justifica as iniciativas de fundação de companhias de colonização especializadas em afro-descendentes e a fundação da Libéria. Em meados da década de 1860, o Brasil escravista, começava a ativamente construir a imagem de um país que permitia a convivência harmoniosa entre brancos e negros. Os EUA, por seu turno, guiados por conceitos de raça, clima e degeneração, foram tentados a acreditar que a expatriação de afro-descendentes para áreas tropicais, como a da Amazônia, neste caso, apresentava-se como a solução ideal. Para realizar tal pesquisa, M. Clara trabalhou no Arquivo do Itamarati no Rio de Janeiro e nos arquivos da Yale

University, local onde ela localizou os papéis pessoais de James Webb, principal personagem deste episódio até então esquecido, porém muito significativo, da história do período. Sublinho que esta orientação seguiu minhas próprias pesquisas realizadas sobre os viajantes norte-americanos no Brasil, com especial atenção na Expedição Thayer de Louis Agassiz, e iniciou uma linha de pesquisa interessante, que busca analisar os laços entre Brasil e EUA na era da Guerra Civil. Esta dissertação aparece discutida no artigo de autoria de M. Clara, “Emancipação, Exclusão, Expulsão: Visões do Negro no Brasil e nos EUA da década de 1860”, *Revista Sankofa. Revista de História da África e da Diáspora Negra*, São Paulo: n. 3, maio de 2009 (<http://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa3>).

Maíra Chinelatto Alves, dissertação de mestrado História Social, defendida em 2010, bolsa FAPESP, sob o título “Quando falha o controle: os crime de escravos em Campinas, 1840/1870”. Maíra também gozou uma bolsa do Programa para Jovens Professores e Pesquisadores das Universidades Latino-Americanas do Grupo Coimbra, para estagiar na Universidade de Leiden (Holanda) entre novembro de 2008 a fevereiro de 2009, sob supervisão do Prof. Pieter Emmer. Neste trabalho Maíra analisou os crimes de escravos cometidos contra senhores, feitores e seus prepostos, em Campinas das décadas de 1840 e 1870 à luz de inventários dos senhores e de outros parentes que haviam ocorrido devido ao incidente criminoso ou que estavam colocados em haviam ocorridos em períodos próximo ao evento. O objetivo do trabalho era o de aprofundar o conhecimento a respeito das dinâmicas de organização do trabalho e do estabelecimento de ritmos de trabalho próprios, os quais testemunhavam a existência de uma organização social autônoma dos escravos, que se concretizava em torno das tarefas a serem desempenhadas e das relações sociais existentes entre cativos, libertos, libertandos e homens livres pobres trabalhavam no eito ao lado dos escravos. Neste sentido, o trabalho de Maíra realizou uma análise da criminalidade de escravos que, embora tivesse como alvo os crimes cometidos contra senhores e seus prepostos, utilizava estes eventos como uma janela para penetrar na organização interna dos grupos de escravos, recuperando suas dinâmicas a partir de um ponto de vista horizontal. Uma das maiores ambições do trabalho era o de recuperar dinâmicas ocultas das comunidades de senzalas, as quais estavam sujeitas aos índices de africanidade, às oscilações demográficas, às ondas de expansão do açúcar até 1840 e depois do café, da idade do senhor e da composição do plantel. Neste sentido, o trabalho de Maíra retomou de maneira renovada a pesquisa que desenvolvi em “Crime e Escravidão. Trabalho, Luta e

Resistência nas Lavouras Paulistas, 1830-1888”, a partir de um ponto de vista renovado. A estratégia de aprofundar os crimes de apenas duas décadas, utilizando-se dos inventários, redundou em um trabalho muito original, o qual, no atual momento, está sendo ampliado no estágio de doutorado desta aluna.

Orientações Concluídas: Doutorados

Luiz Lima Vailati, tese de doutorado em História Social, defendida em 2005, com bolsa CNPQ, intitulada “A Morte Menina: Práticas e Representações da Morte Infantil no Brasil dos Oitocentos (São Paulo e Rio de Janeiro)”. A tese de Luiz Vailati foi agraciada com o prêmio Série Teses do Departamento de História, aparecendo publicada com título *A Morte Menina: Infância e Morte Infantil no Brasil dos Oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. (São Paulo: Alameda, 2010), com prefácio de minha autoria (**Anexo XIV**). A tese de Luiz se caracteriza por uma marcante originalidade. Por um lado, este aluno trabalhou com a história da infância, utilizando-se preferencialmente dos registros fúnebres relativos a morte de inocentes. A nova leitura das fontes proposta por Luiz possibilitou que ele renovasse o vocabulário vigente na área da história da criança e da família, inserindo nas discussões a respeito do assunto os termos provenientes dos registros fúnebres, os quais embora pareçam contrários a ela, mostraram-se como fontes ricas e sugestivas no mapeamento das mudanças sutis ocorridas em torno das concepções de infância. Fontes como textos eclesiásticos, que intentavam disciplinar a vivência da morte para os fiéis, tornando sua experiência, tão comum nos tempos anteriores às vacinas, aos procedimentos antissépticos e aos antibióticos, suportável; os assentamentos de óbitos com sua profusão de mortalhas, elaboradas e coloridas, a serem envergadas pelos pequeninos falecidos; ainda compromissos de irmandades, discriminando minuciosamente os procedimentos funerários devidos aos parvos; somadas as teses médicas sobre aborto, cesariana e embriotomia, as quais, para além da discussão médico- científica, na verdade se interessavam em discriminar a partir de que momento e como se poderia batizar um feto apenas parcialmente nascido e a literatura de viagem, sempre rica, porém preconceituosa, compõem a parte principal da miríade de fontes a partir das quais foi este trabalho redigido. Luiz agregou ainda a este trabalho, uma outra série de registros de interesse tais como fotografias de inocentes amortalhados, em poses elegantes ou no colo de sua mães, imagens tumulares – do anjinho espreme-limão, do jovem inocente ainda em calças curtas, ou do anjo que os protegeria em sua passagem para o além –,

cartas e diários. Além disso, ao invés de circunscrever sua pesquisa a um período de tempo limitado, este aluno resolveu enfrentar um período longo, o século XIX todo. Com objetivo de acompanhar as mudanças sociais em relação à concepção de infância, ao tratamento e educação considerado adequado a esta fase da vida, ao papel social desempenhado pelo inocente na composição da família e da nascente nação, todas mudanças lentas e sutis, este aluno trabalhou com uma miríade de fontes colocadas ao longo de um período de tempo bastante significativo, sobretudo quando se tem em conta as limitações da tese de doutorado. Neste trabalho, discursos e práticas sociais se entrecruzam, compondo uma história que abandona modelos formais, como, por exemplo, de como a família deveria ser ou funcionar. Abdica ainda de verdades absolutas, sempre apontando as mediações sociais existentes entre discursos e práticas, como fica claro em sua análise do papel da igreja nas sociedades do Rio e São Paulo do período. E, finalmente, este trabalho supera uma história das ideias descarnadas de práticas sociais, como testemunha sua análise da formação do discurso médico no Rio, e tangencialmente na Bahia, a partir de meados do XIX. Ao invés de antepor o tratamento tradicional por parte da igreja e dos leigos, os quais relegavam a morte menina a um território quase ausente de normas ou a festejavam publicamente em funerais de anjos, à emergência de um discurso moderno, médico-cientificizante e aburguesado, Luiz Vailati persegue permanências inesperadas. Mostra o autor, por exemplo, que em seu berço, a obstetrícia no Brasil se mantinha quase refém da igreja, tendo sido a preocupação principal dos médicos a de respeitar os dogmas religiosos prescritos para a boa morte infantil, que propunham, acima de qualquer outra consideração, a prioridade do batismo sobre a salvação da vida da mãe ou do feto. Apenas em segunda instância propugnavam os doutores e doutorandos das faculdades de medicina ou da Imperial Academia de Medicina do Rio procedimentos médicos adequados ao enfrentamento de uma das maiores questões de saúde pública do período, qual seja a da mortalidade infantil. O trabalho mostra também que apenas a partir da consolidação de uma preocupação higienista, ligadas às políticas públicas que acompanharam a urbanização das cidades do sudeste, já no bem avançado XIX, que se definirá um discurso médico ligado ao bem estar coletivo, agora não da criança propriamente dita, mas da infância, entendida como futuro da nação. Daqui para frente vemos ocorrer a inversão dos pólos de poder tradicional existente na família, proposta pelo Padroado, vigente desde a colônia, na qual o pai surgia como a figura organizadora primordial: assiste-se então a emergência de um modelo de família nuclear, centrado na criança, vista agora como o bem social mais precioso.

Sandra Rita Molina, tese de doutorado em História Social, defendida em 2006, com o título “A Morte da Tradição: A Ordem do Carmo e os Escravos da Santa contra o Império do Brasil”. Este trabalho teve como objetivo principal analisar a trajetória da Ordem Carmelita da Província Fluminense, com ênfase nas décadas de 1850 e 1860. O foco principal do trabalho recai sobre a gestão escravista impressa pelos religiosos, privilegiando, assim, o enfoque de um tema pouco usual em nossa historiografia, qual seja o da política de administração dos escravos abraçada pela Igreja, neste caso ilustrada pelos carmelitas, principalmente no período em que estes estiveram sob restrição legislativa imperial, a qual obstaculou a entrada de noviços na ordem, seccionando o fluxo de formação de gestores da economia da ordem e, em especial, da economia escravista. O objetivo maior do trabalho é o de, por meio do deslindamento do padrão da gestão escravista e de suas mudanças de regras, advindas dos problemas pelos quais a ordem passou, vislumbrar a organização das comunidades de escravos que povoavam as diferentes fazendas carmelitas. São abordados de maneira sistemática neste trabalho uma série de percalços pelos quais passaram os frades nas décadas de 50 e 60 do século XIX na gestão de seus escravos: assassinatos de frades, como o do prior de São Paulo em 1859, denúncias de falsificação de matrículas de escravos, revoltas e aquilombamentos dos escravos da santa na década de 1860. Como mostra Sandra, foram todos estes episódios sugestivos das vicissitudes pelas quais passaram os escravos da ordem, acostumados a uma gestão paternalista e estável até 1850 e, a partir daí, expostos a mudanças de vida radicais devido ao arrendamento das principais propriedades da ordem à particulares. Outro tema enfocado neste trabalho é a emergência de uma atuação abolicionista que confrontou com bastante ênfase a ilegitimidade da posse de escravos por ordens religiosas. Para a confecção deste trabalho, Sandra analisou sobretudo a documentação interna à ordem, a qual forma um conjunto de fontes inéditas até então e de difícil acesso.

Enidelce Bertin, doutorado em História Social, defendido em 2006, com bolsa CNPQ, sob o título “Os Meia-Cara. Os Africanos Livres em São Paulo no século XIX”. Trata-se este de um trabalho no qual Eni deu continuidade a suas preocupações do mestrado. Em seu primeiro trabalho, esta aluna havia verificado o caráter ambíguo e precário da liberdade ofertada pelas cartas de alforria, as quais, ao mesmo tempo que propunham a aquisição da liberdade, a condicionavam ao reforço de laços do bem servir, que reforçavam a dependência entre libertandos e seus senhores e/ou patronos. Retomando suas preocupações a respeito dos precários

limites das liberdades possíveis de serem adquiridas na vigência da escravidão, em seu doutorado Eni voltou-se para trabalhar com os africanos livres que serviram nos estabelecimentos públicos da Província de São Paulo. Tema inédito para esta província, a pesquisa de Eni valeu-se de variada documentação, mormente dos autos cíveis nos quais africanos livres reivindicaram suas liberdades para acompanhar a luta destes sujeitos na aquisição de suas liberdades frente a uma política de estado que referendava a liberdade dos africanos apreendidos em embarcações de tráfico ilegal, porém submetia-os a anos de trabalhos forçados. Ao estabelecer um prazo de 14 anos de trabalho para efetivação da liberdade do africano livre, período no qual o capturado poderia servir ao estado ou ser arrematado por particulares, em ambos os casos ficando o africano submetido a formas de controle similares aos da escravidão e, mesmo, trabalhando lado a lado com os escravos, mostra que o estado brasileiro concebia a liberdade do africano – e de seus descendentes – apenas como produto final de uma longa trajetória, no decorrer da qual deveriam ser inculcadas nestes as regras da disciplina, dependência pessoal e tutela. Como mostra Eni, a consequência dos dispositivos postergadores postos em prática em relação à liberdade dos africanos livres, que já, por princípio, jogavam a liberdade para o futuro, e devido ao fato do ônus da prova de serviços prestados recair nas costas dos africanos, os quais, obviamente, encontravam imensas dificuldades para comprová-la, a emancipação dos africanos livres só acabou acontecendo de fato com os decretos de 1853 (para africanos livres em mãos de particulares) e de 1864 (para aqueles servindo em repartições públicas). No entanto, mesmo após conceder as cartas de emancipação, o estado brasileiro continuava impondo restrições ao exercício da liberdade dos africanos livres, estabelecendo uma política de tutela, obrigando os emancipados a pedirem autorização para as autoridades para se deslocarem ou mudarem de ocupação ou emprego. Como mostra Enidelce Bertin, frente à política postergacionista e tutelar desenvolvida pelo estado no trato daqueles que já eram si mesmo livres, “questionamos se a administração dos africanos livres pelo Estado não era um grande ensaio para testar a tutela dos libertos em geral no momento em que a escravidão acabasse”. Neste sentido afirma a autora que “considerando essa atuação do estado diante das emancipações dos africanos livres, entendemos que havia uma percepção dos efeitos - reais ou não – daquelas liberdades sobre o controle do processo de emancipação. Nesse sentido, o significado histórico da ação dos africanos livres reveste-se de importância política, tanto porque expôs que os interesses do Estado estavam muito aquém da preocupação com a proteção, como porque evidenciou que, para o governo, os

emancipados exerceram a função de ensaio para o trabalho livre tutelado, além de uma experiência de liberdade controlada”. Além disso, ao impor os anos de trabalho como condição para a liberdade, o estado exigia que o africano, ainda que livre, adquirisse sua liberdade, de alguma forma consagrando o princípio que os senhores, o estado, ou mesmo a sociedade em geral, tinham direito a indenização pela perda do potencial ou real trabalhador, representado pelo africano e seus descendentes. Este princípio – que já norteava informalmente a política de alforrias vigentes na sociedade escravista brasileira, como comprovam os estudos sobre o tema, que têm demonstrado o fato da alforria condicional e/ou adquirida ter sido a forma mais comum de obtenção da liberdade pelo escravo – se confirmou na política emancipacionista da segunda metade do XIX.

Alexsander Lemos de Almeida Gebara, tese de doutorado em História Social, defendida em 2006, com bolsa CAPES, sob o título “A África presente no discurso de Richard Francis Burton: uma análise da construção de suas representações”. No decorrer do doutorado Alex gozou das seguintes bolsas: Bolsa Sanduíche na London School of Economics (setembro 2004 a fevereiro 2005) e bolsa do COSDERIA/SEPHIS para participar do Extended Workshop on New Theories and Methods on Social History (Dakar, Senegal, 5 a 25 de setembro de 2005). Além disso, a tese de Alex foi agraciada pelo prêmio Série Teses do Departamento de História, sendo publicada sob o título *A África no Olhar de Richard Francis Burton: Antropologia, Política e Livre Comércio na Costa Ocidental (1861-1865)*. (São Paulo: Alameda, 2010), tornando-se um dos primeiros doutorados em História da África defendidos em nosso departamento. A edição conta com prefácio de minha autoria (**ver Anexo XIV**). Neste trabalho, Alex Gebara aproveita o lapso nos estudos de Burton sobre o continente africano para dar sequência a uma minuciosa releitura de suas obras, tarefa já iniciada em seu trabalho de mestrado, se tornando um dos únicos estudiosos a analisar sistematicamente a fase africana de Burton. Ao focar a atuação do viajante Richard Burton na África Ocidental nos anos de 1861 a 1865, o autor se coloca, em primeiro lugar, na posição de contribuir no campo de estudos sobre a atuação deste que foi um dos maiores viajantes de todos os tempos, campo este, por sinal, bastante volumoso no ambiente acadêmico inglês e norte-americano. Isto porque o período de atuação do famoso viajante inglês escolhido por Alex Gebara, aquele no qual ele desempenhou as funções de cônsul na África Ocidental, é o menos estudado. Considerada com uma fase menor - ofuscada pelas antológicas peregrinação a Meca de 1853 e expedição em busca das nascentes do Nilo de 1856 - o período

consular de Burton recebeu pouca atenção de seus biógrafos. De fato, as grandes expedições, elas próprias seguidas pela publicação de relatos de viagem que alcançaram o grande público inglês, além de serem discutidos nas sociedades científicas e aclamados como marcos na literatura de viagem da época, marcaram a trajetória de Burton. Em comparação com estes grandes feitos, o período consular de Burton parece se recolher para as sombras, se caracterizando como uma fase nebulosa. Mas, não é apenas esta característica do período de Burton na África Ocidental que tem servido para afugentar os pesquisadores. O que parece definitivamente afastar os interessados é o fato de que paira sobre a fase consular, assim como sobre suas publicações do período, principalmente sobre seus livros de viagem *Wanderings in West Africa*, *Abeokuta and the Cameroons Mountains* e *A Mission to Gelele*, um tom profundamente pessimista com relação às possibilidades de “civilização” da África e dos africanos. Segundo seu autor, os africanos, em decorrência da implementação da política não-intervencionista no denominado “interregno anti-imperialista” dos anos de 1840-1860, haviam sido abandonados pelas nações ocidentais, sobretudo pela Inglaterra e por isso estavam sendo engolfados pela mais negra selvageria. Em diapasão contrário ao que se dava na Inglaterra que, na esteira do abolicionismo e do combate ao tráfico de escravos, se propunha a ver no africano “um homem e um irmão”, assim receitando o comércio lícito e a missão civilizatória, Burton não via saída para a África fora da intervenção e da tutela. O trabalho de Alex mostrou de maneira convincente que o estudo das narrativas de viagens, quando lidas em seu contexto político atlântico e confrontadas pelos conceitos de raça, clima, miscigenação e degeneração e outros vigentes no XIX, podem oferecer subsídios bastante novos para uma releitura destas fontes.

Rafael Freitas e Souza, tese de doutorado em História Social, defendida em 2009, com bolsa CNPQ, sob o título “Trabalho e Cotidiano na Mineração Inglesa em Minas Gerais: A Mina da Passagem de Mariana (1863-1927)”. O trabalho de Rafael filiou-se a uma visão da história do trabalho e das técnicas, história do cotidiano e história econômica para analisar a mineração inglesa em Minas Gerais, especificamente a Mina da Passagem, de Mariana, Minas Gerais, entre 1836 e 1927. Para tal, Rafael realizou uma pesquisa excepcionalmente ampla de toda a documentação disponível em diferentes cartórios e arquivos, utilizou-se ainda de narrativas de viagem, relatórios e outros documentos internos à companhia, compondo um amplo quadro do funcionamento daquele que foi um dos mais longevos empreendimentos ingleses na área da mineração no Brasil. O objetivo primordial do trabalho foi recuperar uma história do trabalho e

da técnica enquanto instâncias complementares, conectando o processo de modernização da mina a partir do ponto de vista da introdução de tecnologias voltadas para a racionalização do trabalho e exponenciamento das jazidas. A introdução destas técnicas renovadas recebeu no decorrer deste trabalho não uma abordagem meramente otimista, que prezasse as possibilidades do desenvolvimento capitalista em um arraial mineiro do interior do Brasil, mas sim foi confrontada com o sistema de trabalho adotado pela mina no decorrer do período. São assim abordados o trabalho escravo, o sistema de aluguel de escravos pelos ingleses, a contratação de mão-de-obra livre nacional e imigrante, as primeiras organizações mineiras, a vida cotidiana dos trabalhadores das minas, a cultura social da mineração que se desenvolveu na cidade, seus marcos e princípios, entre outros temas. Desta forma, este trabalho foi capaz de traçar um quadro complexo da vida e sociedade na mineração aurífera de Minas Gerais na passagem do XIX para o XX, sob o ponto de vista do trabalhador e do desenvolvimento de uma cultura mineira popular. Este trabalho também enveredou pela história do meio ambiente, à medida em que se interessou por historiar o processo de devastação das matas originais do entorno da região, mostrando as consequências da exploração predatória adotada pela mineração do período e suas consequências na vida social das populações mineradoras.

Pós-Doutorado

Flávio dos Santos Gomes, supervisão de pós-doutorado de agosto de 2008 a fevereiro de 2009. No decorrer de seu estágio, Flávio co-ministrou parte das aulas do curso de pós-graduação, “A Abolição da escravidão e a construção dos conceitos de liberdade, raça e tutela nas Américas”, apresentou seminário na linha de “História Atlântica” e encetou profícuo diálogo com grupo de estudantes de pós-graduação da área de história social da escravidão. Tais eventos permitiram que Flávio estabelecesse uma excelente interlocução teórica com nosso grupo de pesquisas, além de aprofundarmos uma colaboração intelectual que vem se consolidando a mais de uma década. Em termos de pesquisa, Flávio utilizou-se do período para aprofundar suas pesquisas no campo da História Atlântica e da História Social da Escravidão e do Pós-Emancipação, ampliando sua reflexão teórica e historiográfica para Guiana Francesa, Cuba, Venezuela e Colômbia, tanto no período colonial quanto pós-colonial. Partindo de uma perspectiva hemisférica, Flávio teve oportunidade de retrabalhar conceitos, como os de agência, reinvenção cultural, construção de identidades, entre outros, estabelecendo diálogos frutíferos

com pesquisadores da área do Departamento de História da USP e de outras instituições. Além disso, Flávio utilizou-se do período para realizar uma série de viagens de pesquisa sobre demografia escrava, perfil sócio-demográfico da população escrava do Vale do Paraíba fluminense e pesquisas em fontes digitalizadas sobre as regiões escravistas da América Central e Guianas. Neste período, Flávio redigiu também uma série de textos que começam a aparecer na forma de artigos e capítulos de livro. Além disso, neste período Flávio A oportunidade de conviver com mais proximidade com um colega possuidor de uma das mais significativas produções na área em questão, apresentou-se como uma oportunidade muito profícua. O estreitamento de nossa colaboração acadêmica já se materializou na realização de artigos e projetos conjuntos, quais sejam: redação do artigo “Para Curar os Males”, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, maio de 2010, redação do artigo “O contraponto paulista: interiorização, fugas e quilombos volantes, séculos XVIII e XIX”, atualmente em apreciação pelo *Hispanic American Historical Review*, “Quilombos em São Paulo e Rio de Janeiro”, *Revista Iberoamericana*, participação de Flávio no livro *(T)Races of Louis Agassiz: Photography, Body, and Science, Yesterday and Today/ Rastros e Raças de Louis Agassiz: Fotografia, Corpo e Ciência, Ontem e Hoje*. (São Paulo: Capacete, 2010), com o capítulo “Agassiz and the ‘Pure Race’ African in the City on the Atlantic”/ Agassiz e as Raças Puras Africanas na Cidade Atlântica”, além de outros textos e colaborações em andamento.

Orientações Concluídas: Iniciação Científica

Renato Pignatari Pereira, bolsa FAPESP, com a pesquisa “Análise das Resistências Indígenas em Cuba e no México do século XVI”, encerrada em 2001, *Mariana Petroni*, bolsa CNPQ, com a pesquisa “Estado e Religião na Mesoamérica dos Séculos XV e XVI”, encerrada em 2003 e *Melissa Lourenço Machado*, bolsa CNPQ, com a pesquisa “Introdução à História dos Povos Maia”, encerrada em 2004. Todos estes bolsistas trabalharam em temas ligados à disciplina de América Colonial, com ênfase nos temas: História da América, história indígena, construção de identidades, história social e da cultura.

Orientações em Andamento

Mestrados

Andressa Capucci Ferreira, aluna de mestrado em História Social, ingressante em março de 2008 e atualmente em fase de redação da dissertação, vem estudando as décadas finais de vigência da escravidão, com ênfase na criminalidade de escravos e no desenvolvimento do movimento abolicionista no Vale do Paraíba Paulista, em especial em Jacarei. Seu projeto, intitulado “Experiências de Liberdade, Históricos de Vidas: As Relações entre Escravos e Abolicionistas no Vale do Paraíba (1870-1888)”, vem trabalhando com os processos criminais desta comarca, buscando reconstituir os processos de alforria, coartação e outros, que facilitaram o acesso de escravos aos mecanismos jurídicos de negociação e aquisição da liberdade. Andressa vem, igualmente, enfocando os muitos aspectos da atuação abolicionista, que de um discurso humanitário e paternalista, torna-se campo de disputa política entre facções locais e de acerto de contas de conflitos de terras e famílias. Embora tenha ingressado em 2008, Andressa esteve em licença maternidade, tendo, portanto, seu prazo de depósito do trabalho alargado. A orientação vem conduzindo o trabalho no campo da história social da escravidão e da abolição, buscando trabalhar com conceitos de agência, contexto histórico, definição de diferentes agentes e atividades políticas, nas quais escravos, libertandos e libertos são parte integrante do quadro local.

Marília Bueno de Araújo Ariza, aluna de mestrado em História Social, ingressante em julho de 2009, bolsista Fapesp, vem desenvolvendo projeto intitulado “Libertandos Trabalhadores na Província de São Paulo do Século XIX: Trajetórias de Liberdades e Experiências do Cotidiano”. Esta pesquisa tem como objetivo teórico mais amplo rediscutir a compreensão tradicional da “transição” do trabalho escravo para o trabalho “livre” com os propósitos de compreender as condições e os arranjos dessa transição negociados entre libertandos, senhores e patrões, bem como de estabelecer um quadro mais amplo dos significados do tornar-se e ser livre na Província de São Paulo, no século XIX, antes da Abolição. A pesquisa se propõe a escrutinar a dimensão cotidiana das experiências e do universo do trabalho de libertandos de modo a compreender o funcionamento intestino das relações senhores/patrões – escravos/libertandos, delineadas nos limites do paternalismo senhorial nos municípios de São Paulo e Campinas. Competem para a consecução desses objetivos a problematização da historiografia relativa ao tema da formação do mercado de trabalho livre e assalariado nacional em oposição ao trabalho escravo, bem como reflexões acerca dos significados múltiplos de liberdade vividos pelos sujeitos históricos e a compreensão das

experiências cotidianas dos trabalhadores “a caminho do ser livre”. A documentação analisada compreende contratos de locação de serviço, documentação inédita sob guarda do 1º Cartório de Notas da Capital, São Paulo, bem como de ações de liberdade do Tribunal de Justiça de Campinas, alocadas no Centro de Memória da Unicamp, em Campinas, e de ações de mesmo tipo alocadas no Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A pesquisa de Marília Ariza, ainda em andamento, se insere em uma persistente reflexão que venho desenvolvendo a respeito do “tornar-se livre” no contexto do processo de superação da escravidão no Brasil – e nas Américas de forma geral – na qual os preceitos formais da liberdade, durante muito tempo, foram confrontados por tentativas senhoriais e estatais de implantação de formas de trabalho dependente, como a tutela, aprendizagem e colonato, que tiveram lugar em diferentes regiões caribenhas e apareceram no Brasil na forma de projetos nunca plenamente implementados. Embora a ausência de mecanismos legais de restrição do gozo da liberdade, os libertos no Brasil, no mais das vezes, emergiam de um longo processo de convivência entre a escravidão e formas de acesso a uma liberdade precária e tutelada, que os educava para se acomodarem a novos espaços sociais de dependência. As práticas de alforria e os contratos de trabalho que se seguiram às alforrias com cláusula de serviço, favorecendo a manutenção da escravidão e/ou de formas de trabalho dependente aparecem como janelas importantes para análise deste processo.

Doutorados

Francisca Carla dos Santos Ferrer, aluna de doutorado em História Social, ingressante em março de 2007, qualificou-se em 2010 e, atualmente dedica-se à redação da tese, que será depositada até agosto de 2011. Sua pesquisa, intitulada “Da Guerra do Paraguai à Abolição: Senhores e Escravos na Fronteira Meridional do Brasil” enfoca o contexto social, político e econômico de fronteira do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, para analisar o cotidiano da sociedade escravista meridional a partir da deflagração da Guerra do Paraguai em 1864 até o período da abolição em 1884, nesta Província sulina. O foco desse trabalho incide sobre o município de Jaguarão, porção da campanha fronteiriça entre Brasil e Uruguai. Esta região teve papel relevante devido à grande concentração fundiária, pecuária extensiva, fornecimento de gado vacuum às charqueadas, além de possuir um dos maiores planteis de escravos da província sul-rio-grandense, sendo o segundo município da província em números de escravos, com 5.056 cativos. Cabe ainda destacar a instabilidade do espaço territorial marcado

pelo signo da guerra e da fronteira, que interpenetraram e constituíram a organização e formação sócio- política dessa sociedade sulina, questões essas, importantes para análise do escravo na região de fronteira com uma região livre da escravidão. Para desenvolver tal investigação Francisca Carla busca apreender a dinâmica do cotidiano dos escravos nas estâncias da cidade fronteiriça de Jaguarão, antes do conflito internacional com o Paraguai, entendendo as relações entre senhores e cativos, nesse espaço estratégico de fronteira. Outra questão relevante é perceber quem eram e como eram recrutados os escravos para participar da guerra contra o Paraguai e ainda compreender a inserção social desses negros nas Forças Militares, no dia-a-dia das contendas bélicas ao lado de pobres-livres, estrangeiros e estancieiros. Questões como a re-escravização dos soldados negros, a efetivação desses combatentes nas Forças Armadas e ainda a relevância do papel do soldado liberto na abolição no Rio Grande do Sul são temas igualmente presentes nesta pesquisa. Ao término da guerra, muitos libertos que retornaram à província foram recebidos com algemas, castigos e subjugados à escravidão por seus antigos senhores. Diante dessa situação arbitrária órgãos como jornais, associações e grupos abolicionistas passaram a denunciar e lutar pelo direito adquirido dos soldados negros, alimentando o movimento abolicionista local. A orientação imprimida por mim junto à pesquisa de Francisca Carla procura retomar a questão do caráter multifacetado e precário de acesso à liberdade por parte de libertandos e libertos, conduzindo o foco de leituras e discussões com esta aluna para o problema dos significados socialmente esgrimidos entre escravos, libertandos e libertos, por um lado, senhores, estado e polícia, por outro, em torno dos sentidos e significados da liberdade. Ao mesmo tempo, ao focar em um ambiente específico, o da fronteira rio-grandense, permeado pela fronteira viva, pelo contato entre brasileiros e uruguaiois em torno das leis e tratados internacionais que procuravam determinar o status de escravos e libertos na área de fronteira e das guerras, imprime a especificidade a este trabalho. Concluo observando que Francisca Carla vem dialogando com os estudiosos do tema da escravidão no Rio Grande do Sul, sobretudo nas áreas de fronteira, preparando-se para produzir um trabalho útil para a área e tema de sua escolha.

Karoline Carula, aluna de doutorado em História Social, ingressante em julho de 2007, bolsista CNPQ, defendeu qualificação em abril de 2010 e encontra-se no momento em fase de redação da tese. Acrescento que entre julho e outubro de 2009, esta aluna usufruiu de uma bolsa sanduíche oferecida pelo Programa de Mobilidade em Pós-graduação do Santander - Rede de

Macro Universidades Públicas da América Latina e Caribe, que permitiu que ela realizasse um estágio no Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas no Laboratório de História da Biologia e Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia da Faculdade de Estudos Superiores de Iztacala Universidade Autônoma do México, sob a supervisão do Prof. Dr. Ismael Ledesma Mateos. O trabalho de Karoline, intitulado “Darwinismo, Raça e Gênero: Conferências e Cursos Públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)” tem como objetivo estudar a difusão das ideias darwinistas em conferências e cursos públicos realizados na cidade do Rio de Janeiro entre 1870 e 1889. Nesses espaços eram apresentados assuntos relativos à ciência. Dentre as várias teorias científicas abordadas, a pesquisa centra sua atenção no darwinismo, pois até a primeira metade do século XX esta corrente de pensamento entremeou os modelos de teorias racistas no Brasil. Em termos de fundamentação científica, a meta deste trabalho é compreender os significados sociais da vulgarização das ideias darwinistas. Para realizar este estudo estão sendo utilizadas como fontes jornais e revistas, publicações literárias e científicas, documentação institucional e governamental. A pesquisa foi desenvolvida tendo como metas mapear e analisar as conferências e os cursos públicos ocorridos entre 1870 e 1889, as temáticas abordadas, os oradores e seu público e as redes de sociabilidade dos oradores que se apresentavam em tais espaços; esclarecer em que medida os cursos e conferências brasileiros estavam relacionados com os de outros países; analisar como as ideias darwinistas apareciam nos temas abordados; compreender como os conceitos darwinistas foram construídos; analisar de que maneira esse darwinismo abordado nas conferências e cursos apresentava propostas civilizatórias; investigar e discutir se houve uma preocupação realmente científica em divulgar a teoria biológica; compreender o que os conferencistas entendiam por darwinismo, e se eles próprios eram ou não darwinistas; analisar como o darwinismo foi apreendido em termos de gênero, isto é, com quais filtros, leituras sociais específicas, esta teoria foi apropriada; esclarecer se as ideias apresentadas eram discutidas dentro do protocolo da ciência ou se os conceitos eram usados como ferramentas para a difusão de teorias sociais. Integrando-se em um amplo leque de uma história da difusão das ciências e da leitura, a pesquisa de Karoline se integra ao meu próprio espectro de reflexões à medida em que se propõe a estabelecer uma leitura da difusão do darwinismo nos anos finais do Império sob o ponto de vista de uma história social das ideias nas quais considera-se como aspecto definidor não o binômio produção das ciências versus recepção, mas sim toma-se como ideia fundamental o caráter interativo na construção do conteúdos em circulação, reconstituídos por meio de uma

análise informada por questões de gênero e referenciado às ideias raciais então em circulação no ambiente letrado da corte. Livros como os de Ronald L. Numbers e John Stenhouse (orgs.), *Disseminating Darwinism. The role of place, race, religion, and gender* tem sido bastante importantes, na medida em que mostram como a leitura do darwinismo foi profundamente marcada pelas questões sociais em diferentes partes do mundo. A orientação proposta para a pesquisa de Karoline fixou três questões teóricas mais amplas que serviram para amarrar as diferentes perguntas históricas que a pesquisa vem se colocando. São estas as questões de gênero, em primeiro lugar, no qual se busca estabelecer como historicamente homens e mulheres, que começavam a frequentar estes novos espaços de sociabilidade moderna foram tratados e, ativamente, apreenderam os conceitos científicos e cientificizantes aí tratados e, em segundo lugar, como as questões da abolição da escravidão e a emergência de uma abordagem racial a respeito do lugar dos afrodescendentes na sociedade brasileira, podem ter condicionado a difusão de um determinado darwinismo.

Thaís Helena dos Santos Buvalovas, aluna de doutorado em História Social, ingressante em março de 2008 e bolsista FAPESP, qualificou em dezembro de 2010 e planeja depositar sua tese de doutorado em dezembro de 2011. Com vistas a realizar as pesquisas bibliográficas e documentais necessárias para a consecução da pesquisa Thaís esteve em Londres no decorrer dos meses de junho e julho de 2009, tendo pesquisado na British Library; British Library Newspapers; British Library of Political and Economic Science; Library and Museum of London e Freemason's Hall. No presente estágio Thaís vem desenvolvendo tema conectado a sua dissertação de mestrado já discutida anteriormente. Sob o título "Hipólito da Costa em Londres. O Whiggismo no discurso político do *Correio Braziliense*. 1808-1822", o trabalho desta aluna tem como objetivo investigar o universo discursivo do *Correio Braziliense*, jornal publicado durante seu exílio em Londres, entre junho de 1808 e dezembro de 1822, e, em paralelo, rastrear evidências que, para além do discurso, contribuíssem para desvendar a rede textual em que este encontrava inserção. No centro destas proposições encontra-se a hipótese de que os textos publicados por Hipólito da Costa em seu periódico mostravam um sensível deslocamento frente ao seu público preferencial, indicando sua filiação a um corpo de ideias que não encontrava referências no universo mental da metrópole portuguesa ou de sua colônia na América. Assim, ao investigar o caráter das trocas e apropriações realizadas neste espaço discursivo, a pesquisa de Thaís enfoca duas questões estreitamente relacionadas entre si. Em primeiro lugar, a inserção do

Correio Braziliense numa rede textual bastante ampla, de filiação anglo-americana; e, em segundo lugar, a identidade existente entre suas formulações e o discurso de periódicos hispano-americanos, especialmente nos centros de Caracas e Buenos Aires, a partir de 1810. Conjugando estas duas linhas, a pesquisa pretende mostrar como a identidade manifesta no discurso de agentes separados por vastas distâncias geográficas, divisões de ordem político-administrativa e mesmo idiomas distintos espelhava uma articulação orgânica, cujo centro de gravidade era a capital britânica. Assim, ao inserir o *Correio Braziliense* em seu contexto de produção, esta pesquisa busca também desvendar a intrincada teia de relações pessoais e filiações políticas que teriam forjado linguagens comuns e inserido o jornal de Hipólito da Costa em projetos de intervenção conjunta no processo de emancipação então em curso no continente sul-americano. A pesquisa desenvolvida por Thaís apresenta-se como uma oportunidade para aprofundar uma linha de pesquisa que vem me interessando cada vez mais, conectada a linha de pesquisa de História Atlântica, que busca desvendar as dinâmicas da circulação e interação de ideias, que conectaram intelectuais e cientistas brasileiros, latino-americanos, anglo-americanos e europeus em torno de um universo de ideias divulgadas em língua inglesa. Esta perspectiva, ao permitir que se recupere linhagens de ideias ainda pouco consideradas no contexto acadêmico brasileiro, vem permitindo a releitura de temas consolidados em novas perspectivas. Trabalhando com construção de ideias políticas a respeito da independência, liberdade, representação, entre outras, nas primeiras décadas do XIX, a pesquisa em questão vêm enfocando de maneira renovada temas como os da escravidão e tirania versus liberdade e representação política e disseminação de uma leitura liberal anti-colonial e anti-escravista.

Maria Clara Sales Carneiro Sampaio, aluna de doutorado em História Social, ingressante em março de 2009 e bolsista FAPESP vem, no atual estágio, desenvolvendo pesquisa cujo escopo básico havia sido já abordado em sua dissertação de mestrado “Fronteiras Negras ao Sul: A Proposta dos Estados Unidos de Colonizar a Amazônia Brasileira com Afro-Descendentes Norte-Americanos na Década de 1860”, discutida anteriormente. Atualmente, a pesquisa de M. Clara, intitulada “Continente de Estrangeiros: Projetos Norte-Americanos de Expatriação de Afro-descendentes para a América Central e América do Sul durante o Governo Lincoln” surge como um alargamento do mestrado e visa realizar uma análise das propostas de projetos de colonização de libertos norte-americanos feitas pelo governo dos Estados Unidos a diversos países da América Central e América do Sul, tais como México, Nicarágua, Guatemala,

Honduras Britânicas (atual Belize), Costa Rica, atual Panamá (em 1862 região pertencente à Colômbia), Equador e Brasil. A envergadura temporal das análises se circunscreve dentro dos anos de duração da Guerra de Secessão dos Estados Unidos, 1861 a 1864. O recorte temático respeita a escolha do conjunto de fontes documentais oficiais do Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos, em específico, a correspondência diplomática. Na administração Lincoln, sobretudo nos seus dois primeiros anos, 1861-1862, a discussão sobre o lugar social do ex-cativo nos Estados Unidos apareceu veiculada em uma diretriz binomial de combinar necessariamente a emancipação dos escravos com a expatriação dos mesmos, fato que trouxe uma série de conseqüências no que respeita à circulação de ideias de raça, escravidão e liberdade nas Américas. As frentes de negociação diplomática que pretendiam angariar países aliados para receber ex-escravos norte-americanos podem revelar facetas interessantes das discussões e políticas locais de substituição do trabalho escravo, para os poucos países que ainda não tinham abolido a instituição, e das realidades controversas do trabalho dependente no pós-abolição para os outros. Ao mesmo tempo, a falta de sucesso dessas negociações e, em último plano, o pouco êxito das experiências de expatriação de ex-escravos norte-americanos em geral, revelam prismas intrigantes para análise essas discussões internas aos Estados Unidos, Caribe e América do Sul, em especial, Brasil. Para a consecução de tal pesquisa, M. Clara realizou duas viagens de pesquisa relativamente breves aos arquivos norte-americanos. Atualmente, entre outubro de 2010 e abril de 2011, ela se encontra estagiando como Visiting Assistant Researcher do Departamento de História, Yale University, EUA, sob supervisão de Stuart Schwartz. A orientação impressa nesta pesquisa conecta-se às minhas próprias pesquisas relativas as interações entre os EUA e as Américas na era da guerra civil, buscando sublinhar a circulação de ideias de raça, clima e destino nacional, ideias estas produzidas nos Estados Unidos do sul e do norte, foram profusamente veiculadas em diferentes suportes no Brasil e na América Central e do Sul do período. Meu objetivo aqui é instituir uma linha de pesquisa a respeito do impacto da guerra civil norte-americana nos destinos da escravidão e do pós-emancipação nas Américas, e em especial no Brasil, a qual venha a tornar mais complexa nossa compreensão do processo de abolição da escravidão e da emergência dos conceitos de raça e do destino da população afro-descendente no pós-emancipação. A ideia de que os afro-descendentes eram incapazes de usufruir de uma liberdade plena, acompanhada pela veiculação de ideias e imagens a respeito da inferioridade dos africanos e seus descendentes, fortemente divulgadas pelas elites políticas e cientistas norte-

americanos são temas que ainda merecem uma avaliação cuidadosa. Neste sentido, a pesquisa de M. Clara apresenta, sob abordagem bastante original, tema estratégico para a construção de uma visão hemisférica da questão da escravidão e sua superação nas Américas.

Luciana da Cruz Brito, aluna ingressante no doutorado em História Social em março de 2010 e bolsista CNPQ, encontra-se atualmente nos estágios iniciais de pesquisa intitulada “As Interpretações Norte-Americanas sobre a Escravidão e a Abolição no Brasil, 1850-1888”. Para a consecução da pesquisa, Luciana, no momento, encontra-se pleiteando uma bolsa sanduíche Fulbright, que permita que ela venha a estagiar durante um ano junto a New York University (EUA) sob a supervisão da Profa. Barbara Weinstein. Uma segunda possibilidade, será Luciana estagiar nesta instituição, por seis meses, com uma bolsa sanduíche CNPQ. Ambos os pleitos estão em julgamento, com decisão agendada para inícios de 2011. A pesquisa de Luciana parte da constatação de que Brasil e Estados Unidos foram países que tinham em comum o fato de serem grandes nações escravistas. Contudo, estas duas nações se distinguiam quanto à maneira como administraram o cativeiro, da mesma forma que também foram distintas as formas como se desenvolveram suas relações raciais. No Império brasileiro, onde africanos e descendentes de africanos constituíam a maioria da população nas principais províncias do país, acreditava-se na possibilidade de convívio entre negros e brancos mesmo após a abolição. No caso dos Estados Unidos, as ideias quanto ao convívio das “raças” era bem distinta. Desde a Revolução Americana (1776), as noções de direitos universais do homem, que justificavam a independência deste país, colaboraram para criar um ambiente propício para o questionamento da escravidão humana. A partir de então, os negros norte-americanos reivindicaram para si o direito à liberdade, o que resultou num processo lento de abolição em alguns estados do norte dos Estados Unidos já nos anos finais do século XIII. Contudo, desde os primeiros anos da Revolução Americana, Thomas Jefferson já havia se mostrado cético a respeito da impossibilidade de convivência entre negros os brancos no seu país. Enquanto os sulistas se preocupavam em garantir a existência do cativeiro e conter o que chamavam de “fanatismo abolicionista”, a região norte dos Estados Unidos começava a pensar numa estratégia para solucionar o problema negro deixado pelas emancipações. Boa parte dos cidadãos do norte acreditava que a presença dos negros libertos na sociedade norte-americana seria algo nocivo e a solução encontrada era a deportação destes indivíduos para locais na África, América Central e América Latina, inclusive o Brasil. O trabalho tem como objetivo analisar os discursos sobre escravidão e abolição no Brasil que

circularam, em diferentes fases e contextos norte-americanos, entre 1850 e 1888. Em primeiro lugar, pretende-se mapear como estes discursos foram construídos no Brasil para serem divulgados ao público norte-americano, acompanhando assim como o Brasil pretende se apresentar frente à maior potência hemisférica, antes, durante e após o final da Guerra Civil. É também objetivo desta pesquisa analisar como foram percebidos estes discursos emanados pelas autoridades brasileiras a respeito da sociedade brasileira escravista e como estes serviram de base para que fossem constituídos nos EUA do sul e do norte percepções do Império. Pretendemos entender como se deu a elaboração e a interação destas ideias que circularam entre as duas nações, analisando como estas formulações foram feitas para atender às necessidades e projetos da sociedade norte-americana para o Brasil no período pré e pós Guerra Civil. A pesquisa se propõe a analisar diferentes discursos construídos por norte-americanos a respeito da sociedade escravista brasileira tais como memorandos diplomáticos e artigos jornalísticos, relatos de viajantes norte-americanos, os registros deixados por representantes diplomáticos daquele país no Império, além de manifestações escritas por traficantes de escravos, abolicionistas e brasileiros que divulgavam certa imagem do Brasil. Uma das principais fontes encontra-se em notícias de periódicos norte-americanos da época e que eram divulgadores de notícias sobre a escravidão, o tráfico e a abolição do cativeiro no Império. A partir destes relatos pretende-se analisar como, além de produzidos, eles foram recepcionados pela sociedade norte-americana. A orientação impressa à pesquisa de Luciana mais uma vez conecta-se à linha de pesquisa em História Atlântica, buscando reforçar uma análise que busque estabelecer interrelações, em nível hemisférico, entre diferentes abordagens, ideias, conceitos e projetos que giravam em torno da escravidão, de sua superação e do local social reservado ao liberto nas diferentes sociedades americanas no pós-emancipação. Os temas básicos aqui em foco são, novamente, precariedade da liberdade, conceitos de raça e de clima no ponto de vista da ciência e em seus usos políticos, reconstituição de iniciativas e agências de libertandos e libertos.

Juliano Custodio Sobrinho, aluno de doutorado em História Social, ingressante em março de 2010 e bolsista CNPQ, começa a desenvolver pesquisa a respeito dos processos de abolição da escravidão na zona da mata mineira. Sua pesquisa intitulada, “O Processo de Abolição da Escravidão e os Significados da Liberdade em Minas Gerais (Campanha, 1880-1888)”, embora encontre-se ainda em estágio inicial, já está bem direcionada, tanto em termos teóricos quanto em termos da pesquisa documental. O objetivo central desta pesquisa é contribuir para o

aprofundamento dos estudos a respeito do processo abolicionista em Minas Gerais e, mais especificamente, no sul mineiro, procurando resgatar os discursos e as ações realizadas pelos diversos agentes sociais que se envolveram com as questões acerca da crise do sistema escravista na região. Os discursos proferidos pelos proprietários, pela elite letrada e por outros representantes dos setores sociais são objetos deste estudo. As ações da população escrava diante do cativo e suas tentativas de legitimar a liberdade, nesses anos que antecederam a abolição, serão recuperados. A interação entre proprietários, escravos e demais personagens históricos nesse processo final da escravidão é um dos temas fundamentais dessa pesquisa. Traçar um perfil das pessoas envolvidas nesse debate sobre a abolição na região será fulcral para penetrar nas mediações existentes entre o mundo do cativo e o mundo dos livres. Assim, o intuito de caracterizar os proprietários, a elite letrada e os demais segmentos sociais contribuem para entendermos como a região encarou o processo emancipacionista. Além disso, a pesquisa busca recuperar a atuação de movimentos abolicionistas na região e quem eram os agentes envolvidos nesses grupos. As transformações políticas, econômicas e sociais do Império brasileiro e as repercussões acerca da questão da abolição, bem como os efeitos das leis emancipadoras são temas de preocupação deste trabalho. Deslindar os significados da liberdade para a população escrava é uma das metas essenciais dessa pesquisa. Nesse sentido, entender as atuações desses agentes – em processos legais, fugas ou revoltas – será fundamental para delinear o processo de abolição em Minas Gerais. Cabe ressaltar que a pesquisa está igualmente preocupada em averiguar a presença e atuação de quilombos no contexto da desagregação do sistema escravista na região e o papel desempenhado nas ações das autoridades e das elites locais no combate e no controle desses espaços. A pesquisa em andamento vêm se utilizando de jornais, processos criminais, ações de liberdade, atas das Câmaras Municipais e da Assembleia Legislativa da província, inventários post mortem e testamentos e documentos de chefias de polícia, bem como correspondências da presidência da província. A orientação desta pesquisa conecta-se à linha de pesquisa em história social da escravidão e da abolição, na qual venho investindo já a décadas e reflete minhas preocupações já bem amadurecidas a respeito da agência de escravos, libertandos e libertos no limiar da abolição, bem como a respeito da necessidade de inserir os movimentos de libertando no interior de um amplo escopo de movimentos sociais pela abolição. Procura-se recuperar o processo de abolição como, por um lado, produto histórico das interações entre

diferentes agentes políticos, incluindo os o escravos, e por outro, como história da escravidão em sua última década de existência.

Débora Michels Mattos, aluna de doutorado em História Social, ingressante em julho de 2010, encontra-se neste momento refinando seu projeto inicial. Intitulado provisoriamente “Saúde, Doença, Vida e Morte: Dimensões do corpo através de saberes e fazeres da população afro-descendente de Santa Catarina”, Débora retoma neste projeto suas preocupações com uma história social da medicina e das práticas médicas, agora reorientada para o universo das populações de origem ou descendência africanas. Por meio de uma análise ligada a história social da escravidão e do pós-emancipação, esta aluna procura analisar a dimensão histórica do corpo de escravos, libertandos e libertos, como suporte da pessoa, isto é como produtor de saberes e fazeres, do corpo constitutivo de alteridades, do corpo em constante luta pela sobrevivência na escravidão e no imediato período pós-emancipação, portanto, preocupando-se em mostrar também como este corpo aparece como sujeito de controle e intervenção. Isso porque, com a introdução da ciência médica oficializada pelas instâncias de poder no contexto do século XIX, a partir de um discurso que preconizava a formação de uma sociedade mais desenvolvida aos moldes das nações europeias, africanos e afrodescendentes, seus saberes e fazeres no âmbito das lides relativas ao trato da saúde e da doença, da vida e da morte, de sua participação no tecido social, foram se tornando, cada vez mais, alvos de sanções. As fontes de interesse de Débora são: processos criminais, documentação policial, ofícios da Inspetoria de Higiene, documentação municipal. A orientação impressa por mim nesta pesquisa conecta-se bem de perto aos trabalhos que venho desenvolvendo atualmente, a respeito de uma história do corpo enquanto suporte de identidades e como espaço aonde vão se fixar os novos discursos médico-sanitários e raciais no período imediatamente pré e pós-emancipação, permitindo que se reconstitua os contextos sociais da escravidão e da emergência de formas dependentes e provisórias de trabalho e status, bem como a aquisição da liberdade formal, sob o ponto de vista novo, que foca a pessoa e sua corporiedade como denominador principal de reflexão.

Maíra Chinelatto Alves, aluna de doutorado em História Social, ingressante em julho de 2010 e atualmente refinando seu projeto inicial e pleiteando bolsa. Sua pesquisa, intitulada provisoriamente de “Crimes de Escravos em Campinas do Século XIX: A Formação da Comunidade Escrava e as Dinâmica da Senzala” apresenta-se como um alargamento de sua dissertação de mestrado, já discutida anteriormente. Na pesquisa atual, Maíra mantém seu foco

primordial nos processos criminais de escravos das fazendas campineiras no período que vai de 1840 a 1888, procurando, desta feita, recuperar as relações sociais, de parentesco, afetivas e de trabalho que informavam os contatos entre os cativos, libertos, libertandos e livres pobres, presentes no ambiente da fazenda de café do período. O objetivo aqui é recuperar as dinâmicas de constituição de uma comunidade escrava, cujos ritmos e inflexões são delimitados a partir de uma análise minuciosa das conjunturas a que esteve submetida a escravidão na área e período, em termos de demografia, preço, tráfico, ritmos de trabalho, bem como sob a consideração cuidadosa do conjunto de conhecimentos que hoje dispomos a respeito da vida social de escravos, libertos e libertandos na área e período em questão. Além de retomar criticamente os trabalhos *Crime e Escravidão* e *O Plano e o Pânico*, Maíra tem se inspirado no livro de Anthony Kaye, *Joining Places: slave neighborhoods in the Old South*, o qual demonstrou exemplarmente como se pode reconstituir os ritmos da escravidão por meio das relações interpessoais dos escravos entre si e entre eles e outros setores despossuídos.

Atividades Administrativas e de Serviço à Comunidade

A atuação profissional que desenvolvi ao longo de minha carreira encontra, sem dúvida, seus pontos fortes na pesquisa, ensino e orientação de alunos. No entanto, tenho participado ativamente das tarefas administrativas e técnico científicas tanto no que respeita minha área de atuação de forma geral, como historiadora, pesquisadora de temas de alto impacto social, quanto enquanto docente do Departamento de História desta universidade desde finais de 1995.

Como membro do Departamento de História, venho participando de sua gestão desde meu ingresso. Desde quando ingressei no Departamento de História, participei de algumas comissões não estatutárias, uma primeira para realizar uma consulta à comunidade sobre a eleição do chefe de departamento, uma segunda como integrante da comissão que desenvolveu um programa de atividades para os calouros ingressantes em 1997. Fui também membro da Comissão de Execução do Provimento no. 556/CSM, presidida pela Profa. Ana Maria Camargo, que objetivava acompanhar criticamente as mudanças na política de preservação da documentação sob a guarda do Poder Judiciário. Neste período fui também designada para compor a Comissão de Preservação Histórica da cidade de Americana. Em 1998 voltei a participar da Comissão de Consulta à Comunidade para Indicação para a Chefia e Vice-Chefia do Departamento, desta feita como presidente. Participei também da Comissão não-estatutária

para elaboração de projeto para a utilização do espaço antes ocupado pelo MAE (Museu de Arqueologia e Etnologia). A partir de agosto de 1998 passei a participar como membro efetivo da Comissão Editorial da Revista de História e do Conselho Departamental como suplente. No segundo semestre de 1998 colaborei também, com o projeto “As Universidades e as Profissões”, FFLCH-Serviço de Cultura e Extensão Universitária, participando da elaboração do material institucional sobre a FFLCH e apresentando palestra sobre a Faculdade de História aos alunos do segundo grau.

Entre 1999-2001 fui eleita como membro titular para a Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e em 2001-2002, fui membro Suplente da mesma Congregação e em 2009 voltei a ocupar uma vaga na Congregação como Representante dos Livre-Docentes. Em 1998, fui eleita membro suplente do Conselho de Departamento de História, no período 2002-2003 fui também membro titular do mesmo conselho e atualmente sou membro suplente do mesmo. Ocupei igualmente os cargos de Vice-Coordenação da Graduação, Departamento de História e Vice-Coordenação da Linha de Pesquisa “Movimentos Sociais”, Departamento de História, desde 2000, coordenação da Área de História Moderna, Departamento de História, 2000-2002. Desde 2009, sou vice-coordenadora da área de História do Brasil.

Com relação à Pós-Graduação, mais especificamente com relação ao Programa em História Social ao qual pertenço, tenho sido desde 1998, com interrupção apenas no período em que estive fora do país entre 2003-2004, membro titular da Comissão da Comissão de Pós-Graduação, sendo, portanto, automaticamente nomeada membro da Comissão de Bolsas, trabalho estratégico na administração do programa. Como participante deste comitê, venho discutindo os parâmetros de alocação de bolsas e venho acompanhando as políticas científicas e de avaliação do desempenho dos alunos, procurando estabelecer uma linha de equilíbrio entre a alocação dos recursos e as características particulares de nosso programa. Possuindo por volta de 600 alunos de mestrado e doutorado, alocados em áreas díspares e com necessidades específicas, e mantendo a tradição de realizar um mestrado mais longo e trabalhoso, o departamento tem sofrido com a aguda carência de bolsas ao longo dos anos. Atuar nesta comissão, vêm me ensinando bastante a respeito da gestão de uma pós-graduação.

Desde 1999 passei a participar da Comissão Editorial da *Revista de História*. No biênio 2001-2002 continuei a fazer parte do Conselho agora como Vice-Coordenadora na gestão coordenada pelo Prof. Modesto Florenzano. O biênio em questão foi bastante produtivo pois

neste a revista voltou à periodicidade. Acrescento também que, no decorrer do período, no ano de 2000, organizamos o número comemorativo dos 50 anos da *Revista de História*. O número preparado para marcar tal evento foi organizado em torno da recuperação dos melhores e mais representativos artigos publicados ao longo da história da revista e apareceu com artigos dos principais historiadores nacionais e internacionais – como Prof. Sérgio Buarque de Holanda, Profa. Maria Thereza Petrone, Emilia Viotti da Costa, entre outros. Este número contou igualmente com um dossiê em homenagem à nossa falecida colega, Ilana Blaj.

No biênio 2003-2004 e novamente 2004-2006 fui eleita Editora da *Revista de História* do Departamento de História. Nestes anos de coordenação dei prioridade à organização de Dossiês que ofereçam à comunidade acadêmica oportunidade de focar, a partir de pontos de vista diversos, temas de interesse. Neste período a *Revista de História* também vem se esforçando para publicar, em português, artigos de pesquisadores estrangeiros e tem obtido boa acolhida junto a autores estrangeiros que nos enviaram artigos traduzidos para o português por eles ou por terceiros – sem custos para a *RH* – como foi o caso dos artigos de Dale Tomich, Jan French, James Woodard, entre outros. A revista tem buscado também divulgar a produção latino-americana, publicando os artigos importantes em espanhol. Ressalto, sobretudo, a colaboração de colegas de diferentes universidades e a organização dos seguintes dossiês: História-Historiografia (2o. semestre 2004) História de São Paulo (1o. semestre 2004) , História Atlântica (1º. semestre 2005), História dos Índios (1º. Semestre 2006) e África e América (2º. semestre 2006) (**Anexo XV**).

Em 2004, um grupo de professores do departamento, composto de Marina Mello e Souza, Maria Cristina Wissenbach, Rafael Marquese, Adone Agnolin, Carlos Bacellar e Carlos Zeron, além de mim, organizou a linha de pesquisa em História Atlântica. O objetivo era o de congregar uma série de iniciativas individuais dos professores ligadas a orientação, pesquisa e ensino, em um forum departamental, capaz de estimular o diálogo entre os pesquisadores da casa e colegas de outras instituições, além de estimular os diálogo entre alunos da graduação e, sobretudo, da pós-graduação com pesquisadores desta linha. A iniciativa deslanchou e de lá para cá, sobretudo até 2009, organizamos reuniões regulares, nas quais tanto foram apresentadas as pesquisas dos organizadores da linha, quanto recebemos uma série de colegas de outras instituições, como Flávio Gomes, professor da UFRJ, ao tempo em que ele estagiava em nosso pós-doutorado, Christian Nowara, Dale Tomich, Beatriz Mamigonian, Robert Slenes, Sílvia Lara, entre outros.

A iniciativa também redundou na organização de um grupo de troca de informações na internet, o qual conta atualmente com 99 membros, que vêm disponibilizando aos alunos informações importantes nesta área. No ano de 2010, devido à sobrecarga de compromissos, a linha recebeu menos atenção. No entanto, planejamos retomar esta importante iniciativa no ano próximo.

A organização da linha de pesquisa em História Atlântica frutificou em novas direções. Em 2010, como resultado da iniciativa de um grupo de professores de ambas as universidades, assumi o cargo de Coordenadora do Convênio entre a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e Universidade Vanderbilt (Nashville, TN, EUA). Em fevereiro de 2010, estabelecemos um primeiro contato com o grupo de professores da Vanderbilt, nas pessoas dos professores, Jane Landers, Marshall Eakin e Celso Castilho, quando fomos informados que a Universidade de Vanderbilt, a qual possui o mais antigo Centro de Estudos Brasileiros dos EUA, havia designado a USP como sua parceira principal na América Latina, assim, buscando estabelecer convênios específicos, capazes de fortalecer seus laços com nossa universidade. Como primeira iniciativa, fomos convidados a participar de um seminário com vistas a estabelecer contatos preliminares. Atendendo ao convite, um grupo de professores da casa – Marina Mello e Souza, Maria Cristina Wissenbach e eu – participamos do seminário “Brazil, Africa, and the Atlantic World” organizado pela universidade hospedeira. Nesta oportunidade, encetamos as bases de nosso convênio em torno da temática da História Atlântica e iniciamos as primeiras negociações. Como produto deste primeiro contato, organizamos em nosso departamento o “Seminário USP-Vanderbilt: As Américas e o Mundo Atlântico”, ocorrido em agosto do corrente. Nesta oportunidade, recebemos o grupo de professores Vanderbilt para discutir temas conectados aos nossos interesses, como a questão da história da África, história social da escravidão e do pós-emancipação, abolição da escravidão e emergência de conceitos de raça e cidadania. O seminário recebeu além do grupo original de ambas as universidades, colegas de outras instituições, como Sílvia Lara e Robert Slenes, da Unicamp, Keila Grimberg, da Unirio e Marisa Soares da UFF. Nesta oportunidade, acompanhamos o grupo de professores e da Diretora do Escritório de Relações Internacionais da Vanderbilt, Dawn Turton, em reuniões com a Diretora de nossa Faculdade, Profa. Sandra Nitrini, com a direção do IEB e com o IEA, na pessoa do Prof. Cesar Ades. As negociações prosperaram e em outubro do corrente assinamos o convênio que ora se encontra em vigor. No momento, iniciamos a seleção de alunos de pós-graduação para realizar o primeiro intercâmbio, que deverá ocorrer a partir de setembro de 2011.

Noto que, apesar das condições estabelecidas pelo convênio implique que os alunos brasileiros viajem com estipêndios próprios ou com bolsa de instituições nacionais (Vanderbilt apenas oferece a mensalidade gratuita), tal convênio vem a fortalecer o leque de oportunidades de nossos alunos de estagiar no exterior, fortalecendo os laços internacionais da FFLCH e, especialmente, os do Departamento de História.

Complementando as atividades da linha de História Atlântica, eu, Maria Cristina Wissenbach e Rafael Marquese organizamos um primeiro simpósio temático junto a “XVII Encontro Regional de História - O lugar da História”, que teve lugar na Unicamp (Campinas) em 2004, intitulado “Conexões Atlânticas e os Mundos da Escravidão (Séculos XVI - XIX)”. Em 2008, o mesmo grupo organizou junto a “XIX Encontro Regional da ANPUH São Paulo. Poder, Violência e Exclusão”, ocorrido na Universidade de São Paulo (Departamento de História) o simpósio temático “Os Mundos do Tráfico, da Escravidão e do Pós-Emancipação em Perspectiva Atlântica: Trajetórias Históricas e Narrativas”, o qual recebeu 35 inscrições, dos quais foram selecionados 20 e atendidos informalmente os outros. A partir daí, devido a demanda, dividimos o grupo. Em 2009, organizei juntamente com Enidelce Bertin (ex-aluna de doutorado) junto ao “XXV Simpósio Nacional da ANPUH. História e Ética”, ocorrido na Universidade Federal do Ceará (Fortaleza), o simpósio temático “A Abolição da Escravidão e a Construção dos Conceitos de Liberdade, Raça e Tutela nas Américas”. O simpósio recebeu pesquisadores de todo o Brasil, tendo resultado em um rico diálogo. Dado o sucesso da empreitada, começo agora a organizar uma proposta de simpósio temático para a Anpuh Nacional de 2011, desta feita em associação com o Prof. Celso Castilho da Universidade de Vanderbilt, EUA.

Acrescento que ofereço assessoria e participo de órgãos e instituições de fomento à pesquisa, revistas e associações profissionais, tanto como assessora científica da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo), FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia), FAPEMAT (Fundação de Amparo à Pesquisa do Mato Grosso do Sul), CAPES e CNPQ, entre outros, assessora ad-hoc da *Revista de História*, da *Revista Brasileira de História*, *Hispanic American Historical Review*, *Atlantic Studies*, *Estudos Históricos*, entre outras, membro titular do Conselho Consultivo da ANPUH - Regional São Paulo (Associação Nacional dos Professores História).

Participei e continuo participando do corpo editorial de diferentes revistas tais como: *Revista Brasileira de História* (2001-2003), *Revista Topoi* (desde 2003), *El Matadero*

(Argentina, desde 2009), *Revista Tempo* (desde 2009) e *Revista Mujimbo. Revista de Estudos Étnicos e Africanos* (desde 2010).

Acrescento que já participei de 59 bancas entre qualificações de doutorado, teses de doutorado e dissertações de mestrado, 27 bancas de qualificação de Mestrado, 1 banca de Exame de Livre-Docência e 3 bancas de concurso de ingresso de docentes, ocorridos tanto no Departamento de História quanto em outros departamentos da Faculdade e de outras universidades (**comprovantes Anexo XII**).

Em termos de trabalho oferecidos à comunidade ressalto aqui minha atuação nos trabalhos, seminários e cursos que ofereci aos professores de primeiro e segundo graus, desenvolvido junto a órgãos da Secretaria de Educação. Uma segunda inserção encontra-se associada a minha atuação como historiadora interessada na preservação de arquivos cartoriais e documentação criminal e como pesquisadora ligada aos temas da escravidão e da exclusão histórica da população afrodescendente do gozo dos direitos de cidadania na sociedade brasileira.

Em termos da primeira atividade sublinho que em 1992 fui nomeada Assessora Técnica da Gerência de Projetos Especiais da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, com a função de subsidiar a coordenação do Projeto “Memória e História”, junto a escolas da rede pública e de participar da organização de seminários, cursos e material de apoio destinado a professores de primeiro e segundo graus.

Envolvendo uma equipe técnica composta por historiadores e sociólogos, este projeto de caráter experimental, foi implementado em escolas públicas, tanto de primeiro como de segundo graus, inscritas voluntariamente. Atingindo um total de 84 docentes, provenientes de escolas tanto da capital quanto da baixada santista - Cubatão, São Vicente, Praia Grande e Itanhaém. A abordagem então proposta para o enfoque da memória e da história filiava-se a uma intenção que era a de proporcionar subsídios para o desenvolvimento pelo professor, em conjunto com seus alunos, de um trabalho de descoberta e conscientização a respeito da memória social da qual o aluno e seu meio são portadores. Memória, assim, capaz de ajudar a redescobrir a identidade social da qual o aluno é depositário enquanto membro de uma família, morador de um bairro, produto de uma classe social, fruto de um meio cultural e de um grupo étnico ou linguístico. Desta forma, a abordagem que busquei imprimir era sobretudo social, buscando ajudar o professor a estabelecer as possíveis pontes entre a vivência particular do aluno e a história de sua época e de seu meio social.

Neste cargo atuei na redação do citado projeto, e na elaboração de uma antologia de textos que visava colocar em pauta as relações entre memória social e construção da fonte histórica. Por meio da seleção de trechos escolhidos de autores que trabalharam com a questão da memória social e de sua transformação em fonte histórica, como de Maurice Halbwachs e Ecléa Bosi, e da redação de textos de discussão que esclarecessem os trechos selecionados, buscava-se apoiar a atuação dos professores envolvidos na coordenação dos projetos nas escolas. Participei também da organização do seminário Tempo e História, coordenando mesas e apresentando trabalho, como parte do esforço desenvolvido pela FDE para subsidiar a discussão da nova proposta curricular de história então em fase de elaboração e discussão.

Acabei demitindo-me do cargo de assessora desta instituição depois de um curto período em função da incompatibilidade do meu modo de trabalhar, mais próprio do ambiente acadêmico, com a estrutura de órgãos públicos muito vulneráveis às oscilações da política da Secretaria de Educação.

De volta à universidade e à docência, ofereci em outubro de 1996 a conferência intitulada “Escravidão no Caribe e no Brasil: uma perspectiva comparada”, no curso de difusão cultural “América Latina: Novas Perspectivas sobre a História da População”, organizado pelo Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, realizado no Departamento de História da USP e em julho de 1998 participei como docente do Curso Preparatório para o Concurso de Professores de História da Secretaria do Estado de São Paulo, organizado pela Associação Nacional de História (ANPUH).

Em agosto de 1998 fui designada para compor o Comitê Nacional Brasileiro do Projeto “Rota do Escravo”, projeto este de feição internacional, subsidiado pela UNESCO e que tem como objetivo mapear a diáspora africana e a difusão da variedade cultural do continente em diferentes regiões do mundo. No Brasil, o projeto está sob a supervisão da Fundação Palmares que instituiu um Comitê que tem por função propor as bases teóricas para a inserção do Brasil no amplo espectro da diáspora africana. Com vistas à lançar o Projeto “Rota do Escravo” no Brasil, a Fundação Cultural Palmares promoveu entre 18 e 22 de agosto de 1998 o Seminário Internacional “Rota do Escravo” que teve lugar em Brasília – Senado Federal e do qual participaram palestrantes internacionais, tanto ligados às questões acadêmicas, vinculadas ao tráfico de escravos e à escravidão africana, quanto militantes dos movimentos internacionais de direitos humanos e das Nações Unidas e profissionais vinculados ao desenvolvimento de

políticas públicas endereçadas aos descendentes das populações africanas transplantadas ou atingidas pelo tráfico, na África, Ásia, Europa e Estados Unidos. Deste seminário participei da mesa-redonda intitulada “Referências Teóricas e Científicas para o Tratamento do Tráfico, da Escravidão e de suas consequências”, juntamente com os profs. Paul Lovejoy (Universidade de York – Canadá) e Robin Law (Universidade de Stirling – Escócia). Embora o projeto não tenha prosperado neste formato no Brasil, tendo sido esta iniciativa inicial abandonada, a preocupação com a recuperação da história dos africanos e afrodescendentes no Brasil e nas Américas, bem como o debate social e político a respeito das desigualdades e racismo no Brasil, continuaram fazendo parte central das minhas preocupações. Foi com este fim que, a partir de 2004, passei a ministrar, enquanto optativa da graduação, a disciplina “História do Cotidiano. Uma Nova Visão das Questões da Escravidão, Raça e Identidade Nacional”, com programa voltado especificamente para discussão da construção de um discurso racializado no Brasil pós-abolição e análise das práticas do racismo em nossa sociedade. Neste curso, ao lado de textos teóricos de autores nacionais e norte-americanos, os alunos assistem e analisam filmes e vídeos, como o marcante vídeo de Jane Elliot, “*The Eye of the Storm*” (ABC News, 1970), discutem livros didáticos, novelas e outros veículos da mídia nacional. O curso despertou muito interesse dos alunos e em 2007, quando o Departamento de História passou a seguir as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, este curso foi credenciado como a disciplina atinente à diretriz, sob a rubrica “FLHO 426 - História da África e dos Afro-descendentes no Brasil: conteúdo e ferramentas didáticas para a formação de professores do Ensino Fundamental e Médio” e ministrado em 2007.

Minhas preocupações com a prática do racismo e a necessidade de uma atividade militante de denúncia, levou a que, eu, desde outubro de 2009, me vinculasse como membro do “Transatlantic Committee Demounting Louis Agassiz”, (<http://www.louverture.ch/KAMPA/AGASSIZ/Komitee/committee.html>), o qual reúne intelectuais e artistas de diferentes nacionalidades, para lutar contra práticas racistas, por meio da adoção de uma militância ligada às políticas da memória e do esquecimento. O Comitê “Demounting Louis Agassiz” encontra-se baseado na Suíça, sob a liderança do historiador e ativista, Hans Fässler. Seu objetivo principal concretiza-se no desenvolvimento de uma campanha que engrossa outras iniciativas em curso em diferentes cidades europeias, com objetivo de denunciar a sobrevivência de nomes, marcos e

símbolos ligados ao tráfico de escravos e às práticas do racismo no dia-a-dia dos centros urbanos europeus. Neste caso específico, busca-se despertar a consciência a respeito da manutenção de um dos picos dos Alpes Suíço com o nome de um dos mais importantes cientistas racista do XIX, Louis Agassiz. O comitê organizou um abaixo-assinado de escala mundial, voltado para colher assinaturas solicitando a mudança do nome de Agassizhorn para Rentyhorn, isto é, de Pico Agassiz para Pico Renty, nome de um dos escravos fotografados em 1850 na Carolina do Sul, EUA, a mando de Louis Agassiz, com fins de comprovar a inferioridade racial dos africanos e seus descendentes. A iniciativa engrossa outras campanhas que, embora possam ser vistas ainda com certo descrédito no ambiente brasileiro, pouco sensibilizado para as questões das políticas de rememoração, vêm catapultando campanhas importantes. Exemplifico com a campanha desenvolvida em torno da devolução dos restos de Sara Baartman – a Venus Hottentot – jovem sul africana explorada como atração circense em Londres e Paris dos inícios do XIX e que, após sua morte, teve seu corpo autopsiado por G. Cuvier e teve suas partes íntimas e cérebro mantidos em formol e expostos no Musée de l’Homme por quase todo o século XX. Em 2002, a Cidade do Cabo, em cerimônia oficial recebeu os restos de Sara e os enterrou em um monumento local, como símbolo da prestação de contas com o sombrio passado do racismo. A campanha encetada por H. Fassler vem colocando a questão da raça e do racismo em um ponto de vista contemporâneo, refletindo sobre os termos nos quais grupos étnicos pós-coloniais foram excluídos e discriminados, ao mesmo tempo desvendando como símbolos aparentemente neutros, como nomes de lugares e marcos geográficos, evocam as origens de tal exclusão, desta forma as perpetuando. Conectada a esta campanha, passei a trabalhar com a artista haitiana-suíça e ativista anti-racista, Sasha Huber. A organização da Exposição Fotográfica e lançamento de livro-catálogo por nós organizado, *(T)Races of Louis Agassiz: Photography, Body, and Science, Yesterday and Today/Rastros e Raças de Louis Agassiz: Fotografia, Corpo e Ciência, Ontem e Hoje*, realizados sob os auspícios da ONG “Capacete” e da 29ª. Bienal de Artes de São Paulo e financiado pela FRAME (Finnish Fund for Art Exchange), procurou trazer para o ambiente brasileiro formas de ativismo social conectado à valorização da história, da memória e das políticas de rememoração e esquecimento (**ver no Anexo XVI o cartaz da exposição**). Esperamos agora poder levar a exposição para museus e outras instituições nacionais. Em termos internacionais, atualmente a exposição fotográfica está agendada para ser replicada na Finlândia na Suíça, em 2012. Esta exposição está sendo organizada por Hans Fässler e será realizada no

museu do Cantão de St. Gallen, localidade próxima a Nêuchatel (cidade de origem de Louis Agassiz) e pretende colocar à disposição da população a parte da Coleção Fotográfica Brasileira de L. Agassiz, como forma de desvendar aspectos sombrios de um dos heróis locais.

Venho também colaborando com as iniciativas da Secretaria de Cultura de São Bernardo do Campo (SP) e Mauá (SP), apresentando palestras para os professores da rede e movimentos sociais locais, como as apresentadas no “Ciclo Cultura Levante dos Malês” em 2007, no qual apresentei a palestra “Cultura, Identidade e Resistência Negra no Brasil” e em 2010, no “Ciclo Cultura, Identidade e Resistência Negra no Brasil”, apresentei a palestra “Os Caminhos da Resistência Negra no Brasil” (**ver Anexo XII**).

Estas atividades devem continuar a dar frutos nos próximos anos, por meio delas pretendo continuar apresentando uma colaboração modesta, porém dedicada, ao combate ao racismo no mundo contemporâneo.